




coleção

documentos

# A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002)

revisão crítica

Maria Teresa Citeli



A pesquisa sobre sexualidade e  
direitos sexuais no Brasil (1990-2002)

revisão crítica

CENTRO LATINO AMERICANO  
EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS  
Instituto de Medicina Social  
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### COORDENAÇÃO GERAL

*Maria Luiza Heilborn e Sergio Carrara*

### EQUIPE ACADÊMICA

*Alessandra de Andrade Rinaldi*

*Anna Paula Uziel*

*Elaine Reis Brandão*

*Fabiola Rohden*

*Jane Araujo Russo*

*Laura Moutinho*

### EQUIPE TÉCNICA

*Jacqueline Costa - Secretária*

*Leila Araújo - Gerente de Projetos*

*Andreia Barreto - Secretária*

*Sandra Infurna - Bibliotecária*

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

*Carla Rodrigues*

*Marcelo Natividade*

*Washington Castilhos*

*Felipe Medina - Estagiário*

### CONSULTORES ESPECIAIS

*Adriana Vianna (PUC-Rio)*

*Ana Teresa A. Venâncio (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)*

*Luiz Fernando Dias Duarte (PPGAS - Museu Nacional/UFRJ)*

*Maria Tereza Citeli (Fundação Carlos Chagas – SP)*

*Mauro Brigeiro (Universidade Nacional da Colômbia)*

*Roger Raupp Rios (Escola Superior da Magistratura Federal / UniRitter)*



# A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002)

revisão crítica

Maria Teresa Citeli

Copyright © Centro Latino Americano  
em Sexualidade e Direitos Humanos – IMS/UERJ

Projeto gráfico da capa e miolo  
*Anna Amendola*

Revisão  
*Malu Resende*

---

C581

Citeli, Maria Teresa

A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais  
no Brasil (1990-2002): revisão crítica / Maria  
Teresa Citeli. – Rio de Janeiro : CEPESC, 2005.

160 p. – (Coleção Documentos, v.2)

ISBN 85-89737-03-9

1. Sexualidade. 2. Direitos sexuais. 3. Ciências Sociais.  
I. TituloII. Série.

CDU – 159.922.1

---

Ficha catalográfica – Sandra Infurna (CRB-7 4607)

Apoio:



FORD FOUNDATION

*A presente publicação é fruto do trabalho desenvolvido pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) no Instituto de Medicina Social/UERJ. O CLAM tem como principal objetivo produzir, organizar e difundir conhecimento sobre sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, contribuindo para diminuir as desigualdades de gênero, e fortalecer a luta contra a discriminação das minorias sexuais na América Latina. Trata-se de uma iniciativa que integra um projeto de âmbito internacional intitulado "Diálogo Global sobre Saúde e Bem-Estar Sexual", que está sendo atualmente implantado, com o apoio da Fundação Ford, também na Ásia, na África e nos EUA.*

*Perseguindo esse objetivo geral, o Centro coordenou, ao longo do ano de 2003, a produção de uma série de diagnósticos e mapeamentos. Alguns deles dedicaram-se a fazer um balanço do conhecimento disponível na região sobre diferentes aspectos da sexualidade, identificando tendências e lacunas. Outros buscaram mapear a implementação dos direitos e das políticas sexuais em países da América Andina e do Cone-Sul.*

*"A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica" é o segundo volume da Coleção Documentos. Apresenta um balanço das pesquisas sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil, apontando marcos conceituais e abordagens metodológicas, bem como identificando avanços e lacunas. Esperamos oferecer informação de qualidade para pesquisa e que sirva para instigar futuras linhas de trabalho.*

Sérgio Carrara  
Maria Luiza Heilborn



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	_ 9
ASPECTOS METODOLÓGICOS	_ 11
DESCRITORES UTILIZADOS	_ 13
ESTRUTURA DO TEXTO	_ 14
CAPÍTULO 1	_ 17
ANTECEDENTES NO BRASIL, DÉCADAS DE 1970 E 1980	
CAPÍTULO 2	_ 29
IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	
MOVIMENTOS E DIREITOS SOCIAIS	_ 30
IDENTIDADES DE GÊNERO: FEMINILIDADE E MASCULINIDADE	_ 32
HOMOSSEXUALIDADE, BISSEXUALIDADE, TRANSEXUALIDADE	_ 37
SEXUALIDADE E ETNIA	_ 41
TENDÊNCIAS E LACUNAS	_ 43
CAPÍTULO 3	_ 45
EXPRESSÕES DA SEXUALIDADE	
SEXUALIDADE NA JUVENTUDE: INICIAÇÃO, VIRGINDADE	_ 47
PROSTITUIÇÃO E TURISMO SEXUAL	_ 50
TENDÊNCIAS E LACUNAS	_ 53



CAPÍTULO 4	_55
INSTÂNCIAS REGULADORAS DA SEXUALIDADE	
CIÊNCIAS E SEXUALIDADE	_55
RELIGIÕES E SEXUALIDADE	_58
MÍDIA	_63
TENDÊNCIAS E LACUNAS	_66
CAPÍTULO 5	_67
SEXUALIDADE, DSTs E AIDS	
PREVENÇÃO DA AIDS E CONTRACEPÇÃO	_70
PREVENÇÃO DA AIDS E MEDICALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE	_72
MORALIDADE E SIGNIFICADOS DA EPIDEMIA NAS CAMADAS POPULARES	_74
AIDS, HOMOSSEXUALIDADE E BISSEXUALIDADE	_79
TENDÊNCIAS E LACUNAS	_81
CAPÍTULO 6	_83
SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS	
TER OU NÃO TER FILHOS	_87
CONTRACEPÇÃO E ESTERILIZAÇÃO	_91
ABORTO	_92
DIREITOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	_94
VIOLÊNCIA DE GÊNERO	_95
TENDÊNCIAS E LACUNAS	_96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	_99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	_107
ÍNDICE ONOMÁSTICO	_141

## INTRODUÇÃO

Este documento apresenta um estado da arte das pesquisas sobre sexualidade e direitos sexuais realizadas no Brasil de 1990 a 2002.\* Propõe um balanço do conhecimento acumulado no âmbito das Ciências Sociais, identificando os marcos conceituais e as abordagens metodológicas adotadas, bem como os avanços e as principais lacunas da produção para, finalmente, sugerir linhas de trabalho para o futuro.

A elaboração desta revisão bibliográfica tem como propósito contribuir para a construção de uma agenda de pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos, compartilhada por especialistas nacionais e da América Latina, visando influir sobre o debate público no plano nacional e subsidiar o intercâmbio entre pesquisadores locais e latino-americanos.

Este levantamento foi produzido pelo IMS – Instituto de Medicina Social da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da iniciativa *Creating a Global Dialogue on Sexuality and Well-Being* da Fundação Ford, cujo pólo no continente é o CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, sediado no Brasil na UERJ. O projeto pretende influir sobre o debate público, promover e difundir pesquisas e fortalecer os conhecimentos dos especialistas do campo para subsidiar os setores governamentais e não-governamentais no desenho de políticas e programas.

---

\* A redação deste trabalho contou com a preciosa colaboração da socióloga Tina Amado, editora de textos da área de Ciências Humanas, a quem agradeço.

A bibliografia levantada foi sistematizada em uma base de dados, de modo a facilitar outras atividades previstas pelo CLAM, no âmbito do mesmo projeto, tais como organizar e manter no IMS uma biblioteca especializada na temática das culturas e políticas sexuais e, também, publicar uma coleção de livros de autores brasileiros e estrangeiros considerados fundamentais para a área.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Realizar um levantamento exaustivo do conjunto de pesquisas brasileiras no campo das Ciências Sociais sobre sexualidade e saúde sexual afigura-se à primeira vista como tarefa impossível. Considerando as limitações de prazo e de recursos, este é um primeiro mapeamento que, embora não represente um inventário exaustivo, permite esboçar tendências temáticas e de abordagem. Esta pode ser considerada, pois, uma investigação exploratória, a ser complementada e atualizada.

O critério temporal estabelecido para delimitar a busca de referências bibliográficas sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva foi o de localizar textos que apresentassem resultados de pesquisas teóricas ou empíricas, publicados em livros e periódicos nacionais entre 1990 e 2002. Embora esse tenha sido o período predefinido, decidiu-se incluir uma revisão de estudos pioneiros sobre o assunto (Capítulo 1), realizados a partir da década de 1970, pelo impacto que tiveram sobre os posteriores.

A localização dos trabalhos aqui comentados resulta de pesquisa realizada de janeiro a julho de 2003 em bibliotecas e coleções de periódicos acadêmicos. Foram consultadas bases de dados e bibliotecas das seguintes instituições:

ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, RJ:  
Centro de Documentação e Recursos, base MicroIsis;

FCC – Fundação Carlos Chagas, SP: BAMP – Biblioteca Ana Maria Poppovic;

NEPO – Núcleo de Estudos de População da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, SP: Centro de Documentação;

Núcleo de Estudos Pagu, Unicamp, SP: Centro de Documentação;

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ: Rede *Sirius*, Catálogo *on line*;

Unicamp, SP: SBU – Sistema de Bibliotecas da Unicamp, base Acervus;

USP – Universidade de São Paulo, SP: SIBi – Sistema de Bibliotecas; Catálogo Global Dedalus, Banco de Dados Bibliográficos da USP; Catálogo *on-line*.

As seguintes coleções de periódicos ou séries foram esquadrihadas:

Coleção Ciências Sociais Hoje

Coleção O que ler nas Ciências Sociais

*Revista Brasileira de Ciências Sociais*

*Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* - BIB

*Revista Estudos Feministas*

*Cadernos Pagu*

*Revista Novos Estudos Cebrap*.

A busca norteada por esse critério revelou-se, no entanto, insuficiente para acompanhar a trajetória de pesquisadores que, pela relevância de alguns de seus trabalhos, mereceram uma investigação personalizada (por seus nomes) em bibliotecas e sítios na Internet – não tendo sido obviamente possível realizar esse tipo de busca para todos os autores que apresentaram significativas contribuições para o desenvolvimento da temática. Foram ainda acolhidos títulos de outros acervos, como bibliotecas pessoais – da autora do texto-base deste estudo e de colegas – bem como os indicados em listas de referências bibliográficas de obras consultadas. Essas estratégias ampliaram bastante a base inicial de dados e as impropriedades cometidas poderão ser sanadas em levantamentos futuros.

Pesquisas e trabalhos teóricos produzidos em sexologia, psicanálise e psicologia não foram incluídos no presente estudo por ultrapassarem a área de formação da responsável pelo texto-base. Desses campos disciplinares foram incluídos apenas alguns trabalhos de autores inseridos nas redes

articuladoras de grupos de pesquisadores das Ciências Sociais ou, então, daqueles que, a partir de estudos, nelas exerceram significativa influência – o que pode ser detectado pelas referências bibliográficas ou pela presença de seus textos em coletâneas organizadas no âmbito destas.

Sabe-se que os critérios definidores de inclusão de trabalhos no presente estudo são passíveis de contestação. As escolhas aqui foram feitas sempre no sentido de adequar a dimensão e o alcance da tarefa de recuperar a produção sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva às limitações que acompanham qualquer trabalho acadêmico de natureza similar.

## DESCRITORES UTILIZADOS

Os descritores temáticos utilizados para busca em bibliotecas\* foram selecionados a partir de termos genéricos (*broader terms*) e específicos (*narrower terms*) constantes do *Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres* (Bruschini, C., Ardaillon, D. & Unbehaum, S. 1998).

Foram realizadas buscas por descritor, assunto ou palavra-chave, de acordo com o sistema adotado em cada biblioteca, utilizando-se os seguintes descritores: aborto; abuso sexual; conduta sexual; comportamento sexual; diferença entre os sexos; direitos sexuais; educação sexual; erotismo; bissexualidade; heterossexualidade; homossexualidade; feminilidade; masculinidade; papéis sexuais; pedofilia; pornografia; prazer sexual; prostituição; saúde reprodutiva; saúde sexual; sexualidade e violência sexual.

Dentre os resultados obtidos, foram excluídos os textos escritos em idioma que não o português, traduções, relatos de experiência, guias e manuais. A localização e a inclusão de teses e dissertações demandariam tempo e recursos superiores aos estimados para o presente trabalho; por esse motivo, só foram incluídas aquelas a que se teve acesso em casos excepcionais, como os de trabalhos fundantes ou de estudos muito recentes que não foram publicados.

Todos os trabalhos foram indexados na já mencionada base de dados elaborada para esta pesquisa. Depois de consultados e/ou lidos na íntegra,

---

\* Na consulta ao acervo da Unicamp, colaborou Daniela Manica, doutoranda no IFCH/Unicamp.

foram mantidos, além de ensaios fundantes, aqueles que apresentavam, parcial ou integralmente, resultado de pesquisa teórica, bibliográfica ou empírica relativa à temática em questão: sexualidade, saúde sexual e reprodutiva. Os resultados de algumas pesquisas foram publicados em mais de uma coletânea ou periódico. Nestes casos, optou-se por mencionar todas as referências sobre a mesma pesquisa, de modo a facilitar o acesso do leitor. A bibliografia aqui referida traz um total de 354 títulos<sup>1</sup>, dentre os quais 56 referem-se às obras publicadas até 1989 e 298 ao período de abrangência deste estado da arte (1990-2002). O índice remissivo onomástico incluído no final do texto facilita a localização dos autores citados ao longo deste estudo.

Dos 354 títulos constantes da bibliografia, 104 são livros (incluindo coletâneas, monografias, obras de autoria institucional), 149 capítulos de obras coletivas, 91 artigos de periódicos e 10 teses ou dissertações.

Lembrando que essa pesquisa sofreu limitações – de resto, impostas a qualquer trabalho dessa natureza – sublinha-se aqui uma delas: a busca foi realizada em bibliotecas e centros de pesquisa da região Sudeste, o que certamente restringiu o acesso a resultados de pesquisas publicadas em outras regiões do país, principalmente quando se levam em conta a fragmentação do mercado editorial brasileiro e as dificuldades de distribuição de livros.

Diversos trabalhos identificados nas buscas também não puderam ser consultados, mas considera-se que a análise do material levantado traz elementos suficientes para apresentar os principais enfoques e abordagens adotados para trabalhar a temática, segundo os aportes de diferentes campos disciplinares, como antropologia, ciência política, demografia e sociologia.

## ESTRUTURA DO TEXTO

Para organizar a análise do significativo volume de obras arroladas foi necessário adotar artifícios, cujos resultados se refletem na estruturação dos capítulos. O esquema originalmente pensado propunha uma linha que passa da identidade de gênero e da expressão da sexualidade à sua regu-

---

<sup>1</sup> Quando se aludir ao título de uma publicação, este vem em *itálico*; e quando se tratar de capítulo ou artigo, é indicado entre *aspas*.

lação, para finalmente tratar das questões relativas à sexualidade e à reprodução – que da primeira não pode ser dissociada. No entanto, inúmeros estudos situam-se na interseção desses subtemas e a decisão de referi-los em um ou outro capítulo foi tomada de forma muitas vezes arbitrária, seja para agrupar textos de mesma autoria, ou constantes de uma mesma coletânea, seja para apresentar desdobramentos de uma mesma pesquisa inicial, o que nem sempre foi possível. Assim, enquanto algumas pesquisas são citadas em mais de um capítulo, em outros casos apenas remete-se o leitor à menção em capítulo posterior ou anterior. O caso dos estudos em torno da temática da AIDS é o mais emblemático. O impacto da epidemia na pesquisa em Ciências Sociais reflete-se no número de estudos sobre o tema, levando à opção de dedicar-lhes um capítulo exclusivo, o que não impediu que alguns deles, cujo foco claramente recaía em questões de identidade de gênero ou de medicalização, por exemplo, fossem mencionados nos respectivos capítulos.

Optou-se, pois, pela seguinte ordenação dos capítulos, iniciando-se com breve apanhado dos estudos realizados no período anterior à década de 1990, cujos aportes constituíram as bases de boa parte das pesquisas subsequentes.

No Capítulo 2, reúnem-se comentários sobre as obras dedicadas tanto às identidades de gênero de maneira mais ampla quanto as que discutem orientação sexual, tendo em vista a imbricação entre ambas. Incluem-se aí pesquisas sobre os movimentos sociais organizados em torno de categorias identitárias para reivindicar direitos, movimentos esses que muitas vezes produziram inflexões nas linhas de pesquisa acadêmica. Estudos sobre as diversas formas de expressão da sexualidade – do prazer e erotismo à prostituição – são comentados no Capítulo 3; o foco de muitos estudos na iniciação sexual e na sexualidade juvenil levou a dedicar-lhes uma seção específica. Buscou-se reunir no Capítulo 4 as pesquisas sobre as instâncias que, de uma ou outra forma, incidem sobre, influenciam ou regulam o exercício da sexualidade: ciências, religiões e mídia. O Capítulo 5 reúne as referências às pesquisas em torno da AIDS, como mencionado. E os estudos relativos à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos são comentados no Capítulo 6.





## CAPÍTULO 1 ANTECEDENTES NO BRASIL, DÉCADAS DE 1970 E 1980

Um breve recuo do recorte temporal desta pesquisa à década de 1970 justifica-se, porque foi a partir de então que, com a emergência dos movimentos feminista e homossexual, além do interesse pelo tema por parte de organismos e agências internacionais, as Ciências Sociais voltaram o olhar para as temáticas da mulher e da sexualidade. De fato, a década marca o início da mobilização social para dar visibilidade à mulher como agente social e histórica, “legitimando-a como objeto de estudos” (Costa, Barroso & Sarti, 1985, p.5-6). A designação de 1975 como Ano Internacional de Mulher, pela Organização das Nações Unidas, fortaleceu o interesse e favoreceu o estabelecimento de linhas de pesquisa “sobre a mulher”, ou de “estudos de mulher” (traduzindo literalmente o nome do campo anglo-americano *women’s studies*) em algumas instituições, com apoio seja de órgãos da ONU, seja de agências financiadoras nacionais e estrangeiras.

O panorama político brasileiro no período se foi marcado pelo autoritarismo político, também o foi pela emergência dos movimentos “progressistas”, surgidos principalmente da experiência social das camadas médias, em estreita interação com a academia. A ênfase na igualdade de direitos ressoa nos estudos que se voltam para a família e a saúde da mulher – temática que mais tarde viria a assumir o rótulo de saúde sexual e reprodutiva. Ao postular o caráter histórico das hierarquias entre os sexos e da sexualidade, tomadas como construções sociais em vez de condições naturais, os estudos acadêmicos feministas promoviam a dissociação entre exercício da sexualidade e reprodução, afirmando o direito ao prazer e ao próprio corpo.

A partir de meados da década de 1970 e mais nitidamente na de 1980, configuraram-se pólos de atividade em pesquisa nas Ciências Sociais em torno dessas questões. Do ponto de vista da ancoragem institucional, a produção pioneira permite vislumbrar alguns pólos que vieram a se fortalecer na década de 1990, situados em São Paulo (FCC – Fundação Carlos Chagas, na capital; IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Unicamp), no Rio de Janeiro [Museu Nacional da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Instituto de Medicina Social da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ISER – Instituto de Estudos da Religião] e no Rio Grande do Sul [Departamento de Antropologia da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Textos importantes também provinham de pesquisadores(as) vinculados(as) a outros centros, como Heleieth Saffioti – que publicou ainda em 1969 *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* – ou Rose Marie Muraro, autora de *Libertação sexual da mulher* (1970) e, mais tarde, de *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil* (1983), ou ainda o trabalho da brasilianista June Hahner (1978). Produções também pioneiras, na área da psicologia e da sexologia, foram as de Naumi Vasconcelos que, em 1971, publicou *Dogmatismos sexuais* e as de Flávio Gikovate (1977), cujos guias visavam então principalmente ao público adolescente. Um texto que veio mais tarde a ser referência obrigatória na volumosa produção sobre contracepção – ou a relação entre exercício da sexualidade e reprodução – foi o estudo de Flávio Pierucci (1978) da “ideologia do clero católico sobre a reprodução humana no Brasil”, onde são expostas as distintas posturas frente às práticas anticoncepcionais entre a cúpula católica e o “baixo clero”, responsável por orientar os casais de fiéis.

Exemplo do alcance da produção acadêmica sobre “emancipação da mulher”, como se chamava nesses primórdios, é o número especial “Mulher hoje”, da prestigiosa revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (n.26, 1980), editada por Ênio Silveira e Moacyr Félix, onde, no dizer de seus editores, “esforçamo-nos ao máximo para oferecer um painel o mais amplo possível das diversas faces do pensamento atual na ciência, na política, na economia, na literatura e nas artes”. O número traz artigos sobre feminismo, trabalho feminino e aborto, tanto de autoras que vieram a ser consideradas “feministas históricas”, como Eva Blay e Zuleika Alambert, quanto de autoras que estavam contribuindo para projetar o tema, como Claudia Fonseca e Mary Garcia Castro.

A ênfase na análise marxista da “questão da mulher” expressa-se, por exemplo, em *Mulher brasileira: opressão e exploração*, também de Saffioti (1984).

Os pesquisadores da temática, de modo geral, articulavam-se em redes informais e encontravam suporte, na década de 1980, na criação das associações nacionais de pesquisa e pós-graduação (ABEP, ABA e ANPOCS).

A leitura dos trabalhos desse período deixa transparecer a importância da Fundação Ford como agência financiadora. Segundo Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985, p.11), a Fundação, a partir de 1974, verificou o interesse pelo tema entre pesquisadores brasileiros; gradativamente passa a ser a mais atuante, “constituindo-se na principal fonte de financiamento” – fornecendo apoio que se estendeu desde o financiamento direto de pesquisas até a garantia de infra-estrutura para os encontros das associações. E, a partir de 1978, passa a dar suporte financeiro para o Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres na FCC, o que se estenderia por duas décadas.

Os trabalhos produzidos no esteio dos “estudos sociais de mulher” – que mais tarde focalizariam as “relações de gênero” – abordam a temática da sexualidade ao tratar da “questão da mulher”, discutindo família, feminismo, saúde, educação sexual, reprodução humana e aborto. Em 1975, por exemplo, dentre os artigos e ensaios reunidos no número 15 da revista *Cadernos de Pesquisa* da FCC, inteiramente dedicado à “condição da mulher”, cerca da metade abordava os estereótipos, papéis ou diferenças sexuais na escola, na família ou no mundo do trabalho. Essa produção, no final da década de 1970, consistindo sobretudo de ensaios, resultados de pesquisas e relatos de experiências de intervenção, sugere a ação conjunta e imbricada entre produção de conhecimento e militância nos movimentos feminista, *gay* e outros movimentos sociais.

De fato, como lembram Costa, Barroso e Sarti em “Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?” (1985), na passagem da década de 1970 para a de 80 – período de intensa efervescência política, de abertura, eleições, anistia – “as mulheres têm ocasião de se debruçar mais sobre elas mesmas” e surgem grupos de mulheres “menos híbridos e de feição mais caracteristicamente feminista”, muitas vezes integrados pelas mesmas autoras da produção acadêmica. Essa controvertida relação entre militância e pesquisa contribuiu para criar uma rede de apoio e solidariedade “que foi importante para as pesquisadoras, ao enfrentar a ortodoxia acadêmica” (Barroso, 1981, *apud* Costa, Barroso & Sarti, 1985, p.13).

A intensa articulação entre as(os) pesquisadoras(es) do campo fica patente na quantidade e importância das obras coletivas – coletâneas, séries, coleções – publicadas ou iniciadas nos anos 1980, das quais algumas são aqui destacadas:

*Espelho de Vênus*: identidade social e sexual da mulher (1981), organizada pelo Grupo Ceres.

A coleção *Década da Mulher* foi um “balanço da década”, publicada em 1985 pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo em co-edição com a editora Nobel, que “aborda a situação da mulher brasileira sob diferentes aspectos”: mulher e trabalho, saúde, educação, direitos, políticas públicas, mulher negra, movimentos de mulheres.

A publicação da série *Perspectivas Antropológicas da Mulher* pela editora Zahar começou em 1981, organizada por Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn, que eram alunas do Departamento de Antropologia da UFRJ. Os volumes 2, 3 e 4 foram publicados respectivamente em 1981, 1983 e 1985. Essa série lançou coletâneas de textos marcantes do período: “Antropologia e feminismo”, de autoria das organizadoras da série (1981); “Mulheres faveladas: com a venda nos olhos”, de Tania Salem (1981); “Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly”, de Rosane M. Prado (1981); “Família e reprodução humana”, de Eunice Durham (1983); “Dona Beija, análise de um mito” (Abreu Fo, O. (1983); e “Em nome da mãe” (Aragão, 1983).

Outra importante série de coletâneas resulta dos programas de Dotação para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero da FCC, em São Paulo, financiados pela Fundação Ford. Os programas começaram a ser realizados no final da década de 1970, por iniciativa de Carmen Barroso e de um grupo de pesquisadoras do Departamento de Pesquisas Educacionais da FCC, “movidas pelo desejo de constituir e consolidar, no Brasil, o campo de estudos sobre a mulher”. Foram realizados oito concursos, que apoiaram ao todo 170 projetos de pesquisa, contribuindo para a constituição de um corpo de pesquisadoras que hoje está à frente de programas de pós-graduação ou de núcleos de pesquisas. Dos programas resultaram oito coletâneas.

A primeira coletânea dessa série é *Vivências: história, sexualidade e imagens*

*femininas* (Bruschini & Rosemberg, 1980), praticamente toda devotada à temática aqui em questão, tendo como universo empírico sejam as revistas e/ou jornais femininos e feministas, personagens femininas do cinema nacional, seja a vivência de mulheres no Brasil colonial, ou o discurso das próprias mulheres sobre sua sexualidade. *Rebeldia e submissão* (Costa & Bruschini, 1989), quarto volume da série, sinaliza, segundo suas organizadoras, uma fase de maturidade dos estudos que “têm no gênero o centro de sua reflexão e que procuram compreender a condição feminina dentro de uma conjuntura histórica, inserida numa trama de relações sociais concreta”. O resultado teria sido o abandono de perspectivas globalizantes e a superação de dicotomias simplificadoras, como as que tomavam as mulheres como vítimas ou heroínas. Assim, numa perspectiva relacional, as pesquisas incorporam o universo masculino para tratar de temas como concubinato, prescrições religiosas ou práticas conjugais, amor, paixão, entre grupos familiares preeminentes. Os demais volumes da série foram publicados na década de 1990 e seus artigos serão comentados nos capítulos seguintes.

Referindo-nos agora ao conjunto das obras produzidas no período 1971-1989, é possível perceber algumas temáticas recorrentes. Sem dúvida, a maioria dos estudos trata de sexualidade ao abordar a temática da união entre os sexos, conjugalidade, família.

A habilidosa pesquisa de Mariza Corrêa, concluída em 1975 (publicada em 1983), discute os atributos positivos e negativos da fidelidade masculina e feminina, ao examinar processos judiciais de homicídios (ou tentativas de) ocorridos entre casais, interpretando a suposta igualdade legal entre homens e mulheres e indicando a instituição matrimonial como espaço privilegiado da assimetria entre os sexos. Segundo Heilborn (1992, p.107), esse estudo inaugura “a conversa entre as perguntas e ansiedades colocadas pelo movimento social das mulheres e o eco que poderiam ter na academia”. Ainda sobre o mesmo tema, em *Crimes da paixão* (Corrêa, 1981), a autora mostra como a justiça e a legitimidade atribuídas a crimes que envolvem a morte de mulheres relacionam-se com a situação estruturalmente subordinada da mulher no Brasil, considerando os constrangimentos a que ela é submetida – desde a socialização na família e na escola até as humilhações cotidianas, quando tenta escapar das regras estabelecidas – dentre os quais a morte é apenas a última e a mais dramática forma de violência.

Prosseguindo nessa reflexão – em um dos textos que marcam uma inflexão na pesquisa sobre o tema, “Repensando a família patriarcal no Brasil” –

Corrêa (1983b) analisa as duas principais linhas da literatura sobre família no país, argumentando que ambas fazem parte de uma mesma visão teórica que, focalizando apenas as classes dominantes, expulsam do horizonte de pesquisa a possibilidade de investigar formas alternativas de organização familiar. Verena Stolcke (1983), em *A família que não é sagrada*, apóia-se em extensa pesquisa sobre o trabalho familiar em fazendas de café no estado de São Paulo para abordar hierarquias familiares e violência intrafamiliar. Eunice Durham, em textos fundantes (1980, 1983), trata da família como lugar privilegiado da existência feminina, fazendo um balanço crítico das transformações por que essa instituição passa nos tempos atuais.

No artigo “Família e feminismo”, Maria Lygia Quartim de Moraes (1981) já mostrava como a reflexão feminista anunciava a inadequação da família como espaço privilegiado da vida sexual e afetiva – apesar de Danda Prado (em 1979) já ter publicado *Ser esposa, a mais antiga profissão*. E Cynthia Sarti (1989) apontava o comportamento sexual da mulher como “critério básico de julgamento de sua conduta moral” em bairros periféricos de São Paulo, onde a família – “totalidade hierárquica” – seria referencial da identidade feminina. Um bom apanhado dos textos sobre esse tema é fornecido por Tania Salem em um ensaio bibliográfico (1986); a mesma autora, em “O casal igualitário” (1989), discute os princípios e impasses nas tentativas de superação do modelo hierárquico masculino-feminino, identificando padrões morais contrastantes “tradicionais” e “modernos”, predominantemente vigentes entre camadas populares e médias.

O segundo tema que perpassa grande número de estudos é o da homossexualidade. A produção antropológica sobre homossexualidade, especialmente masculina, embora também tenha recorrido à abordagem de gênero desenvolvida pelos estudos de mulher, segue a tradição própria dessa área, dialogando com trabalhos precursores.

Os trabalhos de Peter Fry, pesquisador inglês que chegou ao Brasil em 1970 (depois de pesquisar no Zimbábue) para participar da implantação da área de Antropologia Social na Unicamp, são cruciais pela repercussão que tiveram em estudos posteriores. O primeiro resulta de uma pesquisa feita em Belém (PA) sobre a relação entre homossexualidade e as religiões afro-brasileiras. Revendo pesquisas feitas no Brasil sobre a manifestação da homossexualidade masculina entre praticantes desses cultos, o autor (Fry,

---

<sup>5</sup> Roger Raupp Rios, *op cit.*

1977 e 1982c) propõe interpretações alternativas às de trabalhos anteriores, segundo os quais as casas de culto representam um nicho social onde os “homossexuais” poderiam expressar sua “feminilidade” por meio da posseção de espíritos femininos.

Em um ensaio também publicado em 1982(b), *Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil*, Fry recapitula o sistema de representações sobre a sexualidade da pesquisa feita em Belém, segundo o qual os indivíduos do sexo masculino seriam divididos em duas categorias fundamentais: ativo/homem (que penetra e que socialmente apresentaria comportamentos “masculinos”) e passivo/bicha (que é penetrado e socialmente apresentaria comportamentos “femininos”). Propõe, então, três sistemas classificatórios disseminados no Brasil para representar as categorias sociosexuais.

O primeiro modelo, denominado hierárquico por basear-se na hierarquia de gênero, articula a oposição entre atividade sexual/masculinidade e passividade sexual/feminilidade. Nesse modelo, a categoria homem incluiria todos os indivíduos do sexo masculino que supostamente mantivessem posição ativa em relações sexuais com homens ou com mulheres, enquanto a categoria “bicha” ou “viado” englobaria os homens que mantivessem posição passiva.

O segundo modelo, proposto por médicos brasileiros e europeus, segundo a argumentação de Fry, deslocou a homossexualidade do campo da religião (pecado) para o da saúde (doença), incorporando inicialmente o modelo hierárquico (ativo x passivo); progressivamente, porém, passou a sugerir que homens que mantivessem relações sexuais com homens seriam considerados homossexuais, independente de assumirem posição ativa ou passiva. Nesse modelo, a hierarquia, mantida, baseava-se na oposição entre normalidade/saúde e anormalidade/doença, esta atribuída à homossexualidade.

O terceiro modelo, igualitário, derivado do segundo, apesar de manter o dualismo homo/heterossexualidade, representaria também uma reação ao estigma da anormalidade, pela afirmação positivamente valorada da identidade *gay* em substituição ao termo homossexual, formulada e legitimada pelos movimentos *gay* que, segundo Fry (1982b, p.104), permitem ironicamente ver como “o modelo médico é consagrado por sua própria criação, a subcultura homossexual”.



Cuidadoso, o autor evita a idéia de que os modelos médico e igualitário teriam se propagado do Norte para o Sul “como se fosse(m) apenas mais um exemplo de dependência cultural; afinal de contas, as explicações difusionistas caíram em descrédito na antropologia já na década de 1920” (Fry, 1982b, p.108). Assim, trabalha com a concepção de circulação das idéias e princípios vinculados a cada modelo, apresentando exemplos tanto para destacar as peculiaridades históricas e sociais que acompanham a movimentação dos três modelos em diferentes países e continentes, como da coexistência dos modelos hierárquico e igualitário, no que se refere a termos de gíria e na “situacionalidade” da invocação de seus princípios básicos por parte do mesmo ator social.

Exemplo de pesquisa empírica que evidencia a vigência do modelo igualitário é *O homossexual visto por entendidos*, realizada por Carmen Dora Guimarães (1977), publicada em 2004, que acompanhou durante mais de três anos uma rede de rapazes da camada média-alta no Rio de Janeiro. A pesquisa etnográfica pioneira e detalhada registra depoimentos dos membros dessa rede social para levantar elementos que permitissem descrever e interpretar, no início da década de 1970, a passagem da adesão do modelo hierárquico para o modelo igualitário, a fim de assim identificar como homossexual a relação que mantêm entre si e, ao mesmo tempo, ambos os parceiros. Passam também a considerar a dicotomia da relação entre papéis masculinos e femininos como ridícula, tornando os termos ativo e passivo inaplicáveis aos parceiros, tanto na prática sexual como na distribuição das tarefas caseiras (p.116). Os dois modelos, entretanto, seriam coexistentes, pois, segundo a autora, esse mesmo grupo aciona o modelo hierárquico para referir-se à sua prevalência nas classes mais baixas (“bicha espalhafatosa”) e às relações sexuais que mantinham com michês e travestis.

*O estigma do passivo sexual*, escrito por Michel Misse (1979) em diálogo com Erving Goffman, interpreta palavras e expressões de gíria com o objetivo de superar os limites impostos por Goffman em suas análises do estigma, postulando que um símbolo de estigma pode se manifestar no nível do discurso, não precisa ser necessariamente evidente, nem seu emprego de uso consciente; e que representa uma relação de estigmatização que não existe nas relações interpessoais, a não ser quando essas relações expressam o discurso no qual aparece o símbolo do estigma. Com base nessa postulação, o estudo analisa a “naturalização” simbólica da “passividade” feminina, tomada como um “símbolo do estigma” e transposta para os homossexuais (aspas do autor).

Em pesquisa de cunho etnográfico realizada no início dos anos 1980, Néstor Perlongher (*O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*, 1987) justifica a cunhagem da noção de “prostituição viril” para diferenciar essa variante (uma espécie integrante do *continuum* da prostituição homossexual) de outras, como a representada pelo travesti, “que cobra do macho por sua representação artificial da feminilidade”.

Outras contribuições pioneiras foram as de Carlos Nelson dos Santos, com seu estudo sobre saunas (1976), e de Luiz Mott (1988), que analisa o controle exercido pelo clero inquisitorial no Brasil colonial sobre o “sexo proibido” – a virgindade feminina e o homossexualismo masculino – tanto entre senhores quanto escravos. O mesmo autor também inaugura os estudos sobre lesbianismo no país (1987). E Jacqueline Muniz (1988) traz uma contribuição original, examinando os ditados populares vigentes sobre homossexualidade – feminina e masculina.

Outros temas aparecem de forma recorrente: saúde da mulher e sexualidade, educação sexual; prostituição e regulação ou controle da sexualidade, especialmente pelo disciplinamento médico; e moralidade sexual.

Maria Dulce Gaspar (1985), em *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*, procura entender a organização social e o sistema de representações sociais desse tipo de prostituição praticada em boates do Rio de Janeiro por jovens oriundas das camadas médias. O trabalho de campo baseou-se na observação de diversas boates e bares frequentados por garotas de programa e na realização de entrevistas e conversas informais com elas, com donos de casas noturnas, agenciadores de programa e clientes.

Dentre seus resultados, a pesquisadora ressalta que a visão funcionalista – que considera a prostituição como “um mal necessário” e um expediente para satisfazer e conter a libido, mantendo a ordem social – parece estar referida a um tipo de prostituição historicamente datada. O fenômeno garota de programa abarca uma série de fatores, como a ênfase na sociabilidade (já que os encontros não visam exclusivamente ao contato sexual) e a perspectiva de que essa atividade oferece oportunidades de ascensão social. Estas permitem extrapolar as visões consagradas, as quais restringem o entendimento da prostituição como voltada para a satisfação das necessidades sexuais e como uma estratégia de sobrevivência. No confronto de atributos que ocorrem na arena de negociações de identidade, a autora

sublinha que estão em jogo as representações dos clientes, segundo os quais a identidade da garota está em ser prostituta, enquanto estas afirmam que este é um papel que não tem maiores repercussões em sua própria identidade.

Os estudos sobre mulher e relações de gênero deram grande ênfase à importância da educação sexual. Experiências pioneiras nesse âmbito foram relatadas em textos como “Caminhando juntas” (Bruschini *et al.*, 1983) ou *Educação sexual: um debate aberto* (Barroso & Bruschini, 1982) e *Sexo e juventude* (Barroso & Bruschini, 1985) – campeões de citação nos trabalhos subsequentes – que expunham a imbricação entre pesquisa, intervenção e ativismo então vigente. A bibliografia anotada sobre *Saúde da mulher no Brasil*, organizada por Carmen Barroso e Tina Amado (1989), que revisaram cerca de 500 títulos da produção nacional, lista mais de 20 indicações sob o descritor “educação sexual” e mais de meia centena de títulos sob o descritor “sexualidade”.

*Ordem médica e norma familiar*, de Jurandir Freire Costa (1979), psicanalista, foi outra obra de ampla repercussão, na área médica e nas Ciências Humanas. Bom exemplo de apropriação da abordagem foucaultiana, tornou-se referência obrigatória dos inúmeros pesquisadores que estudaram a constituição do poder médico no Brasil, o movimento higienista, a medicalização do corpo feminino ou a regulação e disciplinamento da sexualidade. Nesse estudo sobre as normas de saúde que a prática médico-higienista impôs às famílias brasileiras no século XIX, o autor aborda a ação dessa pedagogia médica, que extrapolou os limites da saúde individual para revolucionar os costumes familiares, reproduzindo no interior das casas os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. Expondo e analisando as propostas de cuidados higiênicos com o corpo, modeladas pelo *ethos* burguês e marcadas pela hierarquização social, o estudo aponta que a educação sexual proposta pelos higienistas pretendia transformar homens e mulheres em reprodutores e guardiões da prole sadia e da “raça pura” – e conseguiu em grande parte seus objetivos, enquanto as condutas sexuais masculina e feminina foram sendo reduzidas às funções socioemocionais do “pai” e da “mãe”.

Em contrapartida, essa educação teria desencadeado uma epidemia de repressão sexual intrafamiliar, transformando a casa burguesa numa filial da “polícia médica”, na qual homens oprimiam mulheres, mulheres tiranizavam os homens com seu “nervosismo”, adultos brutalizavam crianças que se

masturbavam, casados humilhavam solteiros, heterossexuais reprimiam homossexuais. Nesse ambiente, amar e cuidar dos filhos, segundo o autor, tornava-se cada vez mais um trabalho sobre-humano, ou melhor, científico, que só poderia se realizar com a ajuda de especialistas, ou seja, a ordem médica produziu uma norma familiar que exigia intervenções disciplinares dos agentes de normatização, para concluir que as famílias da década de 1970 podiam ser tratadas como desestruturadas, justamente por terem seguido à risca as normas de saúde que lhes foram impostas.

Em *Maternidade: um destino inevitável?*, Maria Isabel M. de Almeida (1987) explora as possíveis modificações nas formas de controle e autoridade vigentes no interior de famílias de classe média brasileira, ocorridas a partir da década de 1950, tomando o fenômeno da maternidade como um dos alvos (visado e de certa forma atingido) pela “modernização”. A autora entrevistou mulheres de dois perfis etários: o primeiro grupo constituiu-se de jovens participantes de cursos de orientação de casais para gravidez e parto (conduzidos por psicólogos); o segundo, de mulheres que foram mães na década de 1950, na medida do possível mães das entrevistadas do primeiro grupo. Conclui que a experiência da maternidade, do ângulo apreciado na pesquisa, não chega a configurar amplamente uma descontinuidade marcante de visões de mundo entre os dois grupos, separados por três décadas.

*Trópicos do pecado*, do historiador Ronaldo Vainfas (1989), é um estudo sobre a Inquisição no Brasil que examina os caminhos trilhados pelo poder da Igreja Católica a fim de transformar pecados da carne em erros heréticos. Baseado em ampla pesquisa documental, esquadrinha os valores e os métodos do projeto moralizante veiculado por ordens religiosas e pelo Santo Ofício da Inquisição na evangelização de pagãos do Novo Mundo, estigmatizados por seu apego à luxúria, julgados por suas condutas sexuais e condenados por suas heresias e crimes de fé.

Dois trabalhos de Luiz Fernando Dias Duarte, publicados na década de 1980, repercutem até hoje nos estudos sobre sexualidade no Brasil. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas* (Duarte, 1986) utiliza o potencial da história do individualismo e da teoria da hierarquia (de Louis Dumont) para o entendimento das formas da pessoa e das experiências de saúde/doença que afetam não apenas sua corporalidade, mas também sua vida moral, seus sentimentos e sua auto-representação. Em *Pouca vergonha, muita vergonha*, o mesmo autor (Duarte, 1987) articula uma crítica aos

reduccionismos presentes em corrente do pensamento feminista – segundo a qual a dominação sexual seria o fundamento da dominação de classe no Brasil – com a argumentação de que, entre as classes populares, vigoram modelos relacionais de pessoa (em oposição ao modelo de indivíduo das camadas médias modernas), nos quais vergonha, respeito e juízo são as medidas de avaliação das pessoas, tendo na relação homem-mulher seu palco fundamental.

Finalmente, alguns estudos pontuais voltaram-se para temas que só vieram a receber ênfase na década seguinte. *Quando a vítima é a mulher*, publicado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no último ano do período aqui considerado (Ardaillon & Debert, 1987), analisa julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio – temática que veio a receber maior atenção nos anos 1990. A mídia, embora freqüentemente referida como importante elemento de informação, formação de opinião e mudança de atitudes (Faria, 1989), é raramente tomada como objeto de estudo. Nesse sentido, pode ser considerada pioneira a iniciativa de Ondina Leal (1986; Leal & Oliven, 1987) de fazer uma “leitura social” da televisão brasileira, especialmente em seus produtos mais notáveis, as novelas.

Igualmente pioneiros foram alguns estudos sobre AIDS e sexualidade (notadamente de Moraes & Carrara, 1985a, b), temática que veio a ter grande repercussão na pesquisa acadêmica, frente ao avanço da epidemia.

Como se constata nesta revisão de 60 estudos pioneiros, que não se pretendeu exaustiva, o conjunto de trabalhos precursores produzidos no Brasil de 1970 a 1989 proporcionou aportes teórico-metodológicos e legitimidade à temática, pavimentando o caminho para a realização de grande parte das pesquisas feitas nos anos seguintes (1990-2002), que constituem o objeto do presente estudo.

## CAPÍTULO 2 IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Uma constante nos textos das Ciências Sociais sobre sexualidade, a partir da década de 1990, é a presença do gênero como categoria fundante “no modo como a experiência sexual é vivenciada pelo sujeitos, na medida em que as trajetórias masculinas e femininas são radicalmente distintas, não exatamente pelas diferenças estampadas em seus respectivos corpos, mas sobretudo em função da maneira como as expectativas e as aspirações em relação à experimentação sexual são marcadas pelo gênero na tradição ocidental” (Heilborn & Brandão, 1999, p.11-2). Identidade de gênero e exercício da sexualidade, assim, seriam tão inevitavelmente imbricados que se optou por reunir neste capítulo comentários sobre as obras dedicadas tanto à identidade de gênero de maneira mais ampla quanto as que discutem a orientação sexual.

As trajetórias de ambos os campos de estudos (do gênero e da sexualidade), no Brasil, estão ligadas por terem recebido grande impulso com a eclosão de movimentos sociais na década de 1970, como o feminista, o de liberação sexual e, mais tarde, o movimento homossexual. Enquanto os movimentos sociais e a academia faziam emergir sexualidade e gênero como questões para intervenção e investigação empírica e teórica, a crescente preocupação internacional por temas como saúde reprodutiva feminina e masculina e, mais recentemente, a epidemia da AIDS (Parker & Barbosa, 1996b, p.8) “promoveu uma intersecção com as agendas de pesquisa construídas em torno das preocupações feminista, gays e lésbicas; de tal forma que (...) o estudo da sexualidade e sua dimensão social e política emergissem como centrais ao debate que teve lugar na sociedade no final [do século XX].”

A pertença étnica é um terceiro campo que aparece nos estudos sobre sexualidade e identidade. Assim, este capítulo está estruturado para, primeiro, oferecer um panorama dos estudos que aludem aos movimentos sociais e à luta pelos direitos relativos a gênero e sexualidade para, em seguida, examinar os que discutem as identidades feminina e masculina; a seguir, são analisados os que se referem às diversas orientações sexuais e, por fim, os relativos às particularidades da experiência da sexualidade “racializada”.

## MOVIMENTOS E DIREITOS SOCIAIS

Inaugurando a década, a editora da Unicamp publicou em 1990 a pesquisa bibliográfica e de campo de Edward MacRae sobre os movimentos homossexuais, cobrindo praticamente o período da efervescência dos movimentos sociais no país, desde a abertura (1978) a meados dos anos 1980. Em sua análise do surgimento, organização, cisões e relativo desfalecimento do movimento homossexual, o autor tece constantes comparações com os demais que se fizeram presentes no período, especialmente o feminista e o dos negros, revelando tensões comuns, como a que brota das aspirações igualitárias e da percepção de “desiguais” entre os seus membros, ou as posturas favoráveis ou contrárias à articulação com estruturas partidárias.

O movimento teve “inegável eficácia”, segundo o autor, em vários sentidos. A difusão do ideal de direitos iguais para os homossexuais logrou o estabelecimento de pautas menos ou até mesmo não-discriminatórias pela imprensa escrita – e a inclusão de “orientação sexual” na lista de não-discriminação do código de ética jornalística; chamou a atenção de parlamentares e responsáveis por políticas públicas, obtendo, por exemplo, a exclusão de homossexualismo como doença dos códigos do Instituto Nacional de Previdência Social. Mas seu efeito mais duradouro talvez tenha sido o de ter construído redes de sociabilidade que uniram e promoveram “um novo tipo de homossexual que não é dominado por sentimentos de culpa e não se considera doente ou anormal” (p.310), podendo identificar-se como tal. A sobrevivência dessas redes revelou-se crucial quando a AIDS se alastrou.

As tensões, cisões e segmentações expostas pela proliferação de siglas utilizadas pelos inúmeros grupos que integraram o movimento homossexual brasileiro na segunda metade da década de 1990 foram a fonte de inspiração para a expressão *Sopa de letrinhas*, que intitula a pesquisa realiza-

da por Regina Facchini (2002). Baseada em entrevistas e observação da dinâmica interna de um grupo fixado na cidade de São Paulo, articulado ao movimento brasileiro, a autora estabelece diálogo com a vasta bibliografia sobre movimentos sociais para analisar o processo de construção de identidades coletivas, interpretando a multiplicação de siglas e categorias classificatórias que floresceram junto com a revitalização do movimento na década de 1990.

Os estudos de Veriano Terto Jr. (1996, 1999), no final da década, examinam justamente a questão do impacto da AIDS entre os homossexuais masculinos no Brasil, vista como fenômeno que atinge milhões de pessoas no plano individual e no coletivo. O autor examina como a movimentação de pessoas vivendo com AIDS relaciona-se com o processo de organização e construção da identidade homossexual masculina. Ao considerar a existência de duas concepções majoritárias em torno da idéia de conviver com a AIDS – uma mais universalista, que abrange toda a humanidade, e outra mais particular, que restringe a noção de convivência com a doença àquelas pessoas que foram contaminadas pelos vírus – ele discute como a movimentação de pessoas convivendo com a doença, ao se organizarem em torno de políticas de identidade capazes de aglutinar suas diversidades e de definir objetivos e interesses comuns, gera diferentes propostas políticas para o enfrentamento da epidemia.

Outras pesquisas que se debruçam sobre a trajetória de grupos integrantes do movimento homossexual são discutidas adiante na seção “Homossexualidade...”.

Estudos sobre os movimentos e os direitos das mulheres, no período aqui considerado, também assumiram a forma de balanço. Leila Barsted (1992, 1997) faz uma revisão bibliográfica dos trabalhos – de organizações e acadêmicos, inclusive da área médica – desde os anos 1970 sobre a luta feminista pelo direito ao aborto, historiando como a questão tornou-se objeto de debate público nos anos 80 no país. O movimento pleiteava o aborto voluntário a ser atendido pela rede de saúde pública, tendo enfrentado como principal óbice o *lobby* da Igreja Católica junto a congressistas e setores governamentais.

Outros balanços foram suscitados pela realização de duas Conferências Internacionais organizadas pela ONU no período (a de População e Desenvolvimento, Cairo-94, e da Mulher, Pequim-95), quando se consoli-



daram, no nível mundial, importantes avanços quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, constantes de plataformas de ação das quais o Brasil é signatário (Ávila, 2002; Berquó, 1995, 1998; Machado, 1995; Pitanguy 2002, entre outros). A coletânea *Gênero, democracia e sociedade brasileira* (Bruschini & Unbehau, 2002) reúne um conjunto significativo de balanços dos desafios enfrentados e das conquistas alcançadas pelos movimentos sociais brasileiros atuantes em diversas áreas temáticas de interesse deste trabalho. Os estudos relativos à legislação e aos direitos sexuais e reprodutivos são mencionados no último capítulo.

## IDENTIDADES DE GÊNERO: FEMINILIDADE E MASCULINIDADE

O gênero como “categoria fundante no modo como a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos” (Heilborn, 1999a) aparece nas pesquisas que abordam a masculinidade e a feminilidade, articulado a outras modalidades de classificação, como sistema de parentesco, idade, privilégios sociais, renda e até mesmo local de moradia. Um bom número de estudos investiga traços da construção das identidades feminina e masculina por meio da análise de relatos de experiências sexuais diferenciadas, principalmente em grupos populares.

Joana Maria Pedro (1992), na pesquisa *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe: papéis sociais femininos na sociedade de Desterro*, Florianópolis, 1880-1920, busca reconstruir os papéis sociais femininos desempenhados no final do século XIX e início do século XX em Florianópolis (SC) e identificar as imagens idealizadas de mulher divulgadas por jornais da cidade. Os resultados apontam que, apesar de as mulheres populares serem os alvos privilegiados das tentativas de disciplinar as camadas populares, a intensa difusão de imagens idealizadas vinculadas aos papéis de esposa-mãe e dona-de-casa, frente à configuração econômica local, levava as mulheres a extrapolar esses papéis, de modo a não haver conformidade entre as normas divulgadas e os papéis efetivamente exercidos.

*Flexíveis e plurais* apresenta resultado de pesquisa baseada em histórias de vida e entrevistas com perguntas abertas realizada por Jeni Vaitsman (1994) junto a 11 casais de camadas médias cariocas, identificados pela autora como integrantes da “geração de transição,” por terem nascido entre 1944 e

1954 e serem afetados pelas transformações sociais ocorridas no país a partir do final dos anos 1960. Os resultados indicam que as transformações pessoais vinculam-se a mudanças sociais mais abrangentes e que o patriarcalismo, predominante nas gerações anteriores foi desafiado, sobretudo pelas mulheres, tornando mais flexíveis os modelos de identidade e as normas de conduta relativas à sexualidade. Assim, a emergência da pluralidade ocasionou a ruptura da dicotomia entre papéis públicos e privados, segundo o gênero e a constituição das mulheres como indivíduos. Os modelos unívocos, universalistas e absolutos foram desativados, não havendo mais um modelo único a ser seguido. Outra pesquisa da mesma autora (Vaitsman, 1997) mostra que as mulheres urbanas de baixa renda também não vivem à parte das mesmas circunstâncias históricas que permitiram a flexibilização das identidades.

A noção de “carreiras sexuais/amorosas” foi utilizada para recuperar, por meio de 80 entrevistas, a experiência de homens e mulheres (entre 20 e 45 anos) residentes no Rio de Janeiro, cujos percursos no âmbito dos afetos e dos contatos físicos são interpretados – ao serem cotejados trajetórias e cenários sexuais distintos – pelo prisma de classe, gênero ou geração; essa foi a estratégia de uma pesquisa cujos resultados foram publicados em alguns artigos (Heilborn, 1998, 1999a).

Na reconstrução das carreiras afetivo-sexuais, segundo as autoras, a experiência narrada da sexualidade tem uma marca de gênero fundamental, consubstanciada em duas formas: a primeira, uma oposição estruturante no universo cultural brasileiro entre a iniciativa masculina e a ausência desta entre as mulheres; a representação do homem como sexualmente ativo, permanentemente desejoso de sexo é compartilhada por todos os segmentos sociais. A segunda é a da atividade sexual masculina como um rito importante para a constituição da virilidade. O sexo dissociado da experiência afetiva aparece como aprendizado técnico para os homens. Para as mulheres, a primeira experiência reveste-se, sobretudo, da expectativa do estabelecimento de um vínculo amoroso. Tais modulações do gênero inscrevem-se no modo como homens e mulheres constituem a própria subjetividade.

Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, entre 1987 e 1992, Maria Andréa Loyola e Marilena Corrêa (1994) destacam achados semelhantes aos de Heilborn. Analisando os discursos de homens e mulheres entrevistados, as autoras mostram que, nas relações heterossexuais, a mulher valoriza o afeto,

o tempo, o carinho, os contatos preliminares e o “dar prazer ao parceiro”, enquanto para o homem a preocupação com o próprio prazer está vinculada à confirmação de seu bom desempenho.

Outro trabalho nessa linha é a pesquisa de Ondina Leal e Jandira Fachel (1999), realizada em vilas periféricas de Porto Alegre (RS) por meio de entrevistas junto a 200 pessoas de 13 a 19 anos e adultas de até 60 anos (metade homens, metade mulheres). Aos jovens inquiria-se sobre sua iniciação sexual e aos mais velhos sobre a época em que eram adolescentes. Os relatos femininos aludem à contingência, à violência e ao prazer, enquanto os dos homens conotam conquista, desejo, desempenho. Entretanto, é possível distinguir duas modalidades de iniciação heterossexual: uma designada como “igualitária” (proximidade etária, pouca diferença de experiência sexual entre os parceiros, envolvimento afetivo) e outra como “violenta”, configurada pela presença de relações sexuais forçadas (no caso das meninas, em geral por parceiros mais velhos; no dos meninos, por profissionais do sexo ou mulheres mais velhas, associada à idéia de coerção, mas não do uso de força). Ainda, nesses estratos, a relação sexual é subsumida na de sexo vaginal com penetração.

Essa mesma noção de relação sexual foi destacada na pesquisa “Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca”, em que Simone Monteiro (1999b, 2002) analisa as trajetórias e experiências de moças e rapazes entre 14 e 19 anos, em um universo atravessado pelo comércio ilegal de drogas que erige os traços masculinos relacionados à virilidade e à violência como símbolos de prestígio social. Nesse contexto, a autora problematiza a persistência de estruturas tradicionais – organização familiar, papéis de gênero, expectativas para a vida adulta – bem como a ausência de relatos alusivos a práticas homoeróticas.

Dois outros estudos apoiaram-se em depoimentos de moradores de bairros pobres, mas focalizando questões além da (ou que não a) iniciação sexual. Parry Scott (1990) investigou percepções de masculinidade entre famílias matrifocais na periferia de Recife, entrevistando mulheres e homens adultos. O estudo inovava na época por examinar “o lado masculino da equação” ao tratar da operação do fator de gênero nos grupos domésticos, verificando que o ciclo doméstico é vivido e representado de formas radicalmente diferentes por mulheres e por homens. No outro extremo do país, Cláudia Fonseca (1991, 1992) examinou a freqüente referência à “honra” nas trocas informais entre familiares e vizinhos em bairro periférico de Porto Alegre

(dados sistemáticos sobre 60 famílias), na forma de piadas, fofocas e acusações – domínios femininos por excelência. A autora mostra como as mulheres manipulam a imagem pública dos homens, submetendo-os a sanções simbólicas de importância proporcional à “irresponsabilidade” masculina (como provedor). Assim, pela jocosidade, a relação homem-mulher torna a intimidade conjugal assunto de brincadeira e a idéia de “cornudo”, antes de reforçar a autoridade masculina, pode servir para subvertê-la.

Outros estudos, que focalizaram especificamente a questão da iniciação sexual, são comentados no capítulo seguinte.

As identidades de gênero também configuram a temática de estudos bem posteriores que abordam ângulos inusitados, como o de Érika Souza (2002), “Construindo masculinidades femininas”, que observou crianças em uma escola e agrega à discussão a questão de raça; ou o de Flávia Motta (2002), que explora dados colhidos entre moradores de Florianópolis sobre a anatomia e o comportamento de animais, identificando metonímias e metáforas por meio das quais as imagens de masculino e feminino podem ser pensadas, reproduzindo as relações de gênero na vida social humana em sua diversidade, circularidade, fluidez, complementaridade, reciprocidade e instabilidade no equilíbrio de poder.

“Crises, valores e vivências da masculinidade” (2000) são a temática de revisão bibliográfica elaborada por Pedro Paulo de Oliveira, que associa a crise de instituições como a família e o Estado às angústias pós-modernas sobre a masculinidade. O mesmo autor (1998) já resenhara literatura anglófona sobre masculinidade para criticar o discurso “vitimário” predominante no olhar de acadêmicos sobre homens, vistos como inadequados às exigências atuais por se expressarem emocionalmente, por exemplo; sua tese, sobre vivências masculinas interacionais e identitárias (2002), ainda não foi publicada.

A pesquisa *Masculino/feminino: tensão insolúvel*, sobre subjetividade masculina, realizada por Maria Isabel Mendes de Almeida (1996), merece ser tratada como um capítulo à parte no âmbito dos estudos sobre masculinidade, pelas subversivas inovações de cunho teórico-metodológico exploradas com sucesso pela autora. A apresentação dos resultados do trabalho empírico é precedida pela discussão da obra de autores clássicos (Rousseau, Tocqueville, Weber e Simmel) para justificar o vasto manancial de oportunidades propiciadas pelas Ciências Sociais para trabalharem com a dimen-

são da subjetividade; e de clássicos da historiografia e da sociologia brasileiras (Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Antonio Candido e Paulo Prado), em busca de uma teoria virtual do sujeito, destacando certos traços que confluem para a organização masculina da subjetividade.

A interpretação do material empírico – coletado em longas entrevistas, com 25 homens de 40-50 anos de idade, moradores no Rio de Janeiro – é feita de forma inovadora, que a autora qualifica como “tentativa de um exercício experimental da abordagem sujeito/objeto nas Ciências Sociais”. Esse recurso consiste na exposição das reações (muitas vezes negativas) da pesquisadora ao lidar com o material coletado, registrando os contrastes entre a subjetividade masculina (dos entrevistados) e a feminina (da pesquisadora), numa perspectiva do jogo intersubjetivo na interação ou “atrito” entre esses dois registros de subjetividades, tomados como padrões próprios de seus gêneros.

O inventário de categorias que faz parte da organização da subjetividade do universo estudado revela inicialmente a *ausência de hesitação* (alta expressividade), acompanhada da recusa sistemática de profundidade. O significado atribuído ao que é ser homem parece estar vinculado a um conjunto de variáveis, símbolos e sentimentos distintos e intrínsecos ao campo masculino (desde exemplos de resistência física, dureza de espírito e aptidão para a guerra, até o ideal paterno como figura paradigmática do que é ser homem), indissociavelmente remetidos ao universo masculino, e que não comportam relativização das diferenças entre os sexos. No que diz respeito às metáforas relativas ao sexo, a pesquisadora registra um padrão ambíguo de funcionamento que se explicita em dois planos: o do *conteúdo* (do discurso visível), que expressa padrões nítidos de modernidade, em contraste com o plano do *mecanismo* (estrutura menos visível do sujeito), que apresenta traços arcaicos e quase primitivos da relação dos entrevistados com a dimensão sexual, o que permite estabelecer analogias com a referência ao desfrute e à predação, tão familiares aos nossos senhores de engenho.

Embora a década de 1990 tenha sido proclamada como a do *boom* de estudos sobre identidade masculina, o exame mais detalhado de boa parte dos trabalhos que vieram a ser considerados “sobre masculinidades” permite sugerir que tomam os homens como objeto de estudo mais para investigar questões relativas à sua participação na reprodução e na contracepção do que propriamente visando à identidade masculina. Assim, tais pesquisas são referenciadas no Capítulo 6, adiante.

Ademais, como era de se esperar, muitos estudos sobre homossexualidade trazem importantes elementos para discutir questões de identidade feminina e masculina.

## HOMOSSEXUALIDADE, BISSEXUALIDADE, TRANSEXUALIDADE

Mudanças observadas na sociedade brasileira nas últimas três décadas, associadas a uma acelerada modernização na área dos costumes, assinalam o aparecimento de novos códigos e elaborações relativos à sexualidade em geral e à homossexualidade em particular, como sugere Heilborn (1996). Observa-se a importância crucial das pesquisas na maioria dos estudos sobre essa temática (apresentados no capítulo 1, acima) de Peter Fry (1982a, 1982b, 1982c) e Carmen Dora Guimarães (1977, 2004), referidos em quase todas as pesquisas posteriores sobre o tema.

Segundo Fry e Guimarães, o próprio surgimento e a difusão da categoria homossexual – fenômeno identificado inicialmente nas camadas médias e altas de grandes centros urbanos – representam a fragilização da hegemonia do modelo tradicional que, apegado a uma oposição entre os gêneros masculino e feminino (atividade/passividade), admitia somente para o parceiro (considerado) passivo uma classificação estigmatizante. Devido às óbvias implicações que envolveram os estudos sobre homossexualidade e as questões relativas à AIDS, parte significativa dos estudos sobre homo e bissexualidade é apresentada no Capítulo 5, que trata de aids e sexualidade.

As implicações disruptivas das disputas em torno da inclusão ou exclusão de categorias para a construção de identidades coletivas, experimentadas por grupos do movimento homossexual acerca das expectativas de igualdade frente a “condições específicas de diferenças entre iguais”, foram abordadas por duas pesquisas (já mencionadas neste capítulo): as de Edward MacRae (1990), que pesquisou os primeiros grupos surgidos no Brasil (1970-80), e a de Regina Facchini (2002), que focalizou a segunda metade da década de 1990.

Ampla pesquisa realizada em Salvador (BA) por Luiz Mott (2000) incluiu visita, observação participante e mais de cem entrevistas para retratar *A cena gay de Salvador*. Esse mesmo autor (em co-autoria) também publicou estudos (Mott e colaboradores, 2001, 2002) sobre a violação dos direitos

humanos dos homossexuais, envolvendo assassinato e outros crimes praticados contra eles.

Cristina Câmara Silva baseou-se em fontes documentais e entrevistas para traçar a trajetória do grupo Triângulo Rosa (atuante no Rio de Janeiro de 1985 a 1988, com o objetivo de superar preconceitos que atingem os homossexuais) e reconstituir a luta simbólica travada por ele que, confrontando-se com valores religiosos, concepções médicas e normas jurídicas, apresentou reivindicações jurídico-legais, integrando-se à luta identitária conduzida por outros movimentos sociais. O grupo logrou importantes sucessos, como a proibição de discriminação devido à orientação sexual no Código de Ética Jornalística e nos códigos que regulam a relação entre sociedade civil e Estado, como a Constituição Brasileira de 1988, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais.

Três textos de Heilborn (1992, 1993) expõem resultados de estudo etnográfico realizado com 32 entrevistados (homens e mulheres de 35 a 40 anos), moradores na cidade do Rio de Janeiro, pertencentes a estratos médios e altos, voltado à análise da conjugalidade entre três tipos de parcerias – do mesmo sexo (parcerias femininas e masculinas) e heterossexuais – num contexto social em que a ideologia igualitária passa a ser o esteio da organização social. Apesar de os participantes renegarem as hierarquias, a comparação entre esses três tipos de casais (em áreas relativas ao trabalho doméstico, ao “cuidado com a relação” e à gramática da cópula), na interpretação da autora, permitiu observar especificidades nas três possibilidades de par, que podem ser atribuídas a um substrato hierárquico que institui a diferença sexual, permitindo concluir que a lógica distintiva de gênero permanece atuante no contexto igualitário. A tese de doutorado de Heilborn foi publicada em 2004, com o mesmo título. Retomando o tema da homossexualidade no artigo “Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social”, Heilborn (1996) incorpora novos dados aos de sua pesquisa anterior para afirmar a coexistência de formas não-lineares de lidar com a identidade homossexual – nas relações familiares, de vizinhança, no mundo do trabalho ou mesmo nas referências a episódios da vida afetiva e sexual – que explicam a fórmula ser/estar homossexual.

Em estudo sobre as representações e práticas sociais relativas à construção da conjugalidade homossexual, Luiz Mello de Almeida Neto (1999) combina ampla pesquisa bibliográfica e empírica – sobre as discussões desencadeadas no país, sobretudo no Congresso Nacional, em torno do Projeto de

Lei nº 1.151/95 que visava disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo – para discutir os embates ideológicos decorrentes das tentativas de redefinição das representações e práticas sociais relativas à família em sua feição heterocêntrica.

Ele focaliza as disputas que envolvem reconhecimento social e jurídico das uniões homossexuais, observando que as lutas políticas em torno destes reconhecimentos da dimensão familiar das uniões homossexuais estão associadas à afirmação ou negação do mito da complementaridade dos sexos e dos gêneros, especialmente no que diz respeito a direitos parentais. Conclui ainda que o não-reconhecimento social e jurídico das relações amorosas estáveis entre *gays* e lésbicas como uma família é a principal interdição que atinge os homossexuais no contexto da realidade brasileira. Enquanto *gays* e lésbicas reivindicam a igualdade na esfera pública entre casais homossexuais e casais heterossexuais, numa perspectiva que define os direitos conjugais e parentais como integrantes da cidadania e dos direitos humanos, independente da orientação sexual, os setores conservadores, fundados numa concepção naturalista e religiosa de família, afirmam a necessidade de exclusão dos homossexuais do rol de sujeitos social e juridicamente autorizados a constituírem entidades familiares, por considerarem a conjugalidade e a parentalidade possibilidades limitadas ao universo da norma heterocêntrica.

A temática da família também atravessa a pesquisa realizada por Anna Uziel (2002a e 2002b), buscando identificar as questões suscitadas pela parentalidade homossexual. A pesquisa contempla análise documental (o projeto brasileiro e a lei aprovada na França sobre parceria entre pessoas do mesmo sexo, cuja referência à parentalidade nem sempre é clara; processos de adoção cujos requerentes declararam orientação homossexual) e entrevistas com profissionais do Rio de Janeiro – operadores do Direito e técnicos. Na argumentação judicial, a pesquisadora destaca dois tipos de manifestação: uma favorável à adoção, com ênfase no bem-estar da criança e no combate ao preconceito; e outra proveniente daqueles que se opõem à adoção por duvidarem que indivíduos homossexuais, que não correspondem, portanto, ao modelo de família estabelecido pela lei, teriam capacidade para cuidar de crianças, aí incluídas as preocupações com as futuras orientações sexuais das crianças adotadas. Os resultados mostram a existência de duas ordens de temores: os riscos do abalo da ordem simbólica e as preocupações acerca das supostas ameaças ao desenvolvimento psicológico da criança, decorrentes da homossexualidade dos pais adotivos. Apesar



de a orientação homossexual não ser motivo para proibir uma adoção, ao menos no Rio de Janeiro, o material analisado contém uma discussão sobre sexualidade que não aparece nos outros processos.

Os resultados da participação do psicanalista Jurandir Freire Costa em ampla pesquisa (“Aids e imaginário social”, realizada pelo IMS/UERJ) são apresentados nos livros *A inocência e o vício: estudos sobre homoerotismo* (1992) e *A face e o verso: estudos sobre homoerotismo II* (1995), além de dois artigos publicados em coletâneas (J. Costa, 1994 e 1996). Sua preferência pelo termo homoerotismo vem da crítica que faz simultaneamente à crença discriminatória que estigmatiza os sujeitos que se afastam dos ideais sexuais da maioria e ao emprego do vocabulário que permite a enunciação da discriminação pelo termo homossexualismo. Justifica sua preferência terminológica afirmando que homoerotismo, como noção mais flexível, permite descrever melhor a pluralidade de práticas e desejos dos homens que fazem sexo com homens, escapando assim das idéias de essência e de denominador sexual comum a todos os homens com tendência homoerótica.

No ensaio *O homoerotismo diante da aids*, Costa (1994) reúne informações colhidas junto a dois universos distintos (17 homens atendidos em consultório psicanalítico com queixa de conflitos relativos à homossexualidade e 25 entrevistados que mantinham regularmente práticas homoeróticas e que, em sua maioria, se classificavam como homossexuais), interpretando os dados de modo a concluir que a questão do “homossexualismo”, no imaginário social construído em torno da AIDS, é equivocada, pela simples razão de não existir tal coisa: um “homossexualismo” comum a todos que se auto-identificam como “homossexuais”.

Uma primorosa pesquisa etnográfica realizada no bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, por Hélio Silva (1993) – *Travesti: a invenção do feminino* – revela, com humor e ironia, flagrantes do cotidiano de travestis, integrando a sua dimensão humana (as contradições, as perplexidades, a nobreza e a miséria de sua condição). O autor cuida de evitar a caricatura e o pitoresco que rotineiramente fazem parte da descrição do travesti. Ele aborda dois discursos – o machismo (que de forma ambígua solicita da mulher o culto aos cuidados pessoais estéticos e sedutores, ao mesmo tempo que acusa de futilidade tais cuidados) e o feminismo (que elabora um discurso de afirmação da mulher e do feminino revelando outras faces desvinculadas da dimensão estética) – para indicar que a confluência da tradição machista com a ruptura feminista deixou espaço para um papel sedutor, de plenitude

do feminino enquanto prazer e beleza, que é reaproveitado pelo travesti.

Com base em pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em Florianópolis, de 1991 a 1993, Hélio Silva e Cristina Florentino (1996) afirmam que travestis, transformistas ou transexuais não constituem uma “novidade”, uma vez que o fenômeno representado pelos travestis ocorre em inúmeras sociedades, associado ou não ao homossexualismo. A grande novidade estaria na intensa circulação desses personagens na sociedade abrangente – expressa pelo significativo tráfego de automóveis, nas duas cidades estudadas, em torno dos pontos de travestis, na constância dos anúncios em jornais e na proliferação de *shows* de transformismo – uma expansão que não ocorreria sem o consórcio de setores significativos da mesma sociedade e que, portanto, tem mais a dizer sobre a sociedade do que sobre os próprios travestis. Ainda segundo os autores, os travestis estão na vanguarda (da negação de papéis e de essências), enquanto aqueles que buscam explicá-los permanecem na retaguarda, no século XIX pré-psicanálise. Assim, os pesquisadores clamam por estudos que permitam desnaturalizar a hétero e a homossexualidade, os papéis sexuais, a sexualidade, o amor e outras categorias tão pesquisadas.

## SEXUALIDADE E ETNIA

Num país “racista e desigual como o Brasil, em que a experiência da escravidão foi tão marcante”, é realmente intrigante “que a questão racial permaneça silenciada em grande parte de nossa produção teórica” (Azeredo, 1994). De fato, no campo dos estudos de gênero, é escassa a produção sobre gênero e etnia – e os (poucos) estudos localizados focalizam a mulher negra e a mulata.

A imagem da mulher negra é analisada em “Da cor do pecado”, um original estudo de Edith Piza (1995, 1998) para quem, na literatura, o lugar da mulher negra “é o de um corpo inscrito na aura da sensualidade” (p.52). Pela análise do estereótipo de personagens femininas negras criadas por escritoras brancas de literatura infanto-juvenil, a autora mostra como estas últimas usam traços “que são vedados ao estereótipo masculino branco de si mesmas”; assim, é possível que a personagem feminina negra estereotipada seja “um sinal visível de algo invisível, uma metáfora do ato criador” (p.63-4). Casamentos inter-raciais são o tema da pesquisa de Diva Moreira e Adalberto Batista Sobrinho (1994), que entrevistaram casais em que um dos

cônjuges era negro e o outro, branco, em Belo Horizonte, Salvador e São Paulo. Constatando a persistência da ideologia do branqueamento, os autores lastimam o “conjunto simbólico e imaginário que remete o olhar e o comportamento para a sedução da cor hegemônica”.

Em contraste com esta última formulação, em que o termo “sedução” se refere à branca, este é mais freqüentemente associado à mulata, foco de estudos tanto do campo do gênero como da antropologia propriamente dita. Sonia Giacomini (1992, 1994) investiga a sua identidade no espaço que lhe é mais emblemático – o do *show* de mulatas. A pesquisa inicial, feita junto às alunas de um “curso de mulatas” mantido por famosa casa noturna do Rio de Janeiro, permitiu detectar como ela, enquanto profissional, “vive um permanente exercício de identidades negativas ameaçadoras (...) e busca de associação a identidades idealizadas que não se completam”. A comparação entre o *show* de mulatas e a Noite da Beleza Negra leva a autora mais tarde a constatar que a condição de raça e gênero da mulher negra está subsumida em “uma sensualidade imposta que a reifica”, ou em modelos que reiteram a subordinação feminina.

Distinguindo-se da mulata profissional, “nem dançarina nem prostituta” no dizer de Giacomini, a “morena” que integra as redes de turismo sexual foi estudada por Adriana Piscitelli (1996), Antonio J. Dias Fo (1996), entre outros; entretanto, como a perspectiva de análise aí é menos focalizada nas questões relativas à identidade, esses estudos serão comentados no próximo capítulo.

“Na literatura sobre a questão das relações raciais, a figura do mulato é invocada” geralmente para ilustrar um certo *continuum* das classificações raciais; “já da mulata (...) pouco se fala” (Mariza Corrêa, 1996). Em “Sobre a invenção da mulata”, essa autora discorre sobre a fluidez de nosso sistema de classificações raciais, sugerindo que a mulata, tal como construída nesse âmbito, expõe a contradição entre a afirmação da “democracia racial” e a flagrante desigualdade social entre brancos e não-brancos; embora a mulata “que é a tal” pudesse aparentemente resolver essa contradição, “ao encarnar de maneira tão explícita o desejo do Masculino Branco, ela também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição à negra preta”.

Em outro registro, e em pequena escala, encontram-se os estudos etnológicos sobre sociedades indígenas brasileiras, que abordam as diferenças entre os sexos a partir do diálogo com a produção teórica sobre gênero, identi-

dade e sexualidade. Entre os Javaé da Ilha do Bananal, as crenças relacionadas ao corpo sustentam que toda liberação de fluidos corporais implica perda da energia vital. Para os homens, o início da vida em sociedade – da atividade sexual – é o início do relacionamento com o outro, sendo a feminilidade associada à alteridade (Patrícia Rodrigues, 1995). Também na mitologia paresi – para quem “no começo do mundo só havia homens” – a mulher é que introduz o diferente: a diferenciação de gênero confunde-se com o advento da alteridade (Marco Antônio Gonçalves, 2001).

Bruna Franchetto (1996), que pesquisou entre os Kuikuro do Alto Xingu, sugere uma leitura alternativa do complexo mítico-ritual “Jamurikumálu”, as “hipermulheres”. Se, para as mulheres kuikuro, ser mulher define-se por sangue e cheiro, e sexo implica dor e “pagamento”, no ritual elas encarnam as personagens míticas: dominam, tornam-se o centro das atenções, “senhoras de suas aldeias, perigosas e fascinantes” (p.53).

Integrados a um processo de urbanização e assimilação crescente, os Tukano estudados por Cristiane Lasmar (1998) vivem uma sucessão de mudanças nos padrões das relações de gênero: passagem da maloca coletiva para a casa isolada com família nuclear, reordenação e flexibilização da antes rígida segregação sexual do trabalho; surgimento de novas identidades sexuais, não sem conflitos. Embora não valorizem a virgindade nem façam restrições à sexualidade pré-conjugal, os mais idosos preocupam-se com o crescente número de jovens grávidas, em decorrência de relações sexuais entre índias tukano e homens brancos, que sinalizam a desagregação e a perda de controle sobre a reprodução da identidade social, a subversão dos antigos valores.

## TENDÊNCIAS E LACUNAS

O conjunto de 60 trabalhos sobre sexualidade (abordando identidades feminina e masculina, orientação sexual e pertença étnica) aqui comentados permite apontar estudos inovadores, como aqueles que contemplam a extensão do debate sobre a conjugalidade e a paternidade para o âmbito da pesquisa sobre homossexualidade, assim como as inovações conceituais e metodológicas que atravessaram diversos estudos sobre a iniciação da vida sexual e sobre a flexibilização dos modelos de identidade.

Merece destaque a escassez de estudos que articulam sexualidade e construção do gênero masculino, sobretudo quando se vem enfatizando que a década de 1990 foi marcada pelo crescente interesse em investigar a construção do gênero masculino.

O silêncio sobre sexualidade na área da Ciência Política é outra lacuna percebida por autoras que fizeram revisões críticas dos movimentos sociais como espaço privilegiado da mulher como sujeito político (Céli Pinto, 1992) e dos estudos de gênero no Brasil (Heilborn & Sorj, 1999). A omissão dos(as) cientistas políticos(as) para com as questões de gênero é ainda mais perceptível no tocante à sexualidade e às identidades de gênero.

Margareth Rago (1998) procedeu a um interessante, porém breve, inventário da presença de sexualidade e identidade na historiografia brasileira das décadas de 1920 a 1940, revisitando os clássicos que “inventaram o Brasil”, como Caio Prado e Sergio Buarque – de onde emerge, por um lado, a estigmatização das mulheres como “preciosos objetos sexuais, essencialmente sensuais” ao longo de nossa história, desde as “índias nuas prontas para se renderem ao homem branco”; ou como Gilberto Freyre, para quem a sexualidade adquire “uma dimensão muito poderosa”, determinante das relações que se estabelecem na esfera pública. A autora enuncia “a centralidade do discurso sexual na interpretação da identidade nacional e da realidade brasileira”.

Esse levantamento permitiu identificar também a escassez de estudos que respondam ao desafio de incorporar a dimensão étnico-racial como parte das pesquisas sobre feminilidades e masculinidades, sobretudo no que concerne aos segmentos não-brancos. Essa lacuna é ainda mais crucial se considerarmos que as “marcas” de cor influem de forma diferenciada intragênero na atribuição de conotações à sexualidade e têm ressonâncias muito diferentes para negros e brancos, negras e brancas; se a mulher branca é freqüentemente associada à passividade, a não-branca o é à exacerbação sexual, enquanto a sexualidade de homens negros recebeu conotações relativas à agressão animal e ao estupro de mulheres brancas.

Os únicos estudos sobre travestis mencionados no presente estado da arte sugerem possibilidades interessantes de pesquisa nessa área, ainda pouco explorada para lidar com as ambigüidades que atravessam a construção das identidades sexuais.

### CAPÍTULO 3 EXPRESSÕES DA SEXUALIDADE

Neste capítulo, pretendeu-se agrupar os estudos sobre o prazer sexual, o erotismo, envolvendo as várias formas de expressão da sexualidade. No entanto, basta uma olhada à base de dados compilada para a elaboração desta pesquisa para constatar que os estudos a respeito são bem menos numerosos do que os dos demais capítulos. Além disso, pôde-se perceber que – coerente com a associação de maior atividade sexual à juventude, vigente em nossa cultura – boa parte dos textos sobre práticas sexuais refere-se ao comportamento de jovens. E os demais tratam das relações sexuais mediadas pelo comércio, ou seja, prostituição.

Aparentemente, seria de se estranhar a escassez de estudos sobre erotismo e prazer no país de Gilberto Freyre, “onde a sexualidade livre e prazerosa” tem sido considerada “um dos elementos centrais de nossa identidade” (Corrêa & Portela, 1994). Por um lado, é possível que em áreas não cobertas pela presente pesquisa (sexologia, psicologia, psicanálise) a produção tenha se detido no tema. Com efeito, são de uma psicanalista atuando em medicina social (Nunes, 1998 e 2000) os dois estudos localizados sobre masoquismo feminino, que teria aparecido, na virada do século XIX para o XX, “como uma possibilidade real de inscrição do sujeito feminino na ordem cultural!”. Embora inserido em uma coletânea de estudos de gênero (Bruschini & Hollanda, 1998), o texto de Nunes é pouco representativo das preocupações desse campo que, do dualismo liberação-opressão dos primórdios, teria adotado uma perspectiva mais relacional, distinguindo opressão de gênero da opressão sexual (S. Corrêa, 1996).

Paradigmática no estudo do erotismo é a produção do pesquisador norte-americano Richard Parker (1991), que integrou instituições de pesquisa e ONGs brasileiras; seus estudos buscam entender a significação erótica de que se revestem atos como a masturbação, o erotismo oral e o erotismo anal, como alternativas do que o autor denomina “ideologia erótica do brasileiro”, definida pela idéia de transgressão. Trabalhando com a noção de roteiros (*scripts*) eróticos, proposta por Gagnon e Simon<sup>2</sup>, procura examinar como esses roteiros culturalmente constituídos, internalizados e reconstituídos, passam a estruturar as interações entre parceiros sexuais. Sugere que na cultura brasileira esses atos, “exatamente pelas numerosas proibições que os rodeiam, encaixam-se perfeitamente na estrutura transgressiva do erotismo, um mundo de sacanagem, tesão e prazer”.

Por outro lado, de maneira geral, os estudos sobre formas de expressão da sexualidade, nas Ciências Sociais dos anos 1990, foram também fortemente marcados pelo advento da epidemia da AIDS, que conduziu à inserção do “sexo seguro” no discurso do prazer. E, no contexto das propostas e campanhas preventivas no âmbito da saúde e sexualidade (prevenção da gravidez na adolescência, mas principalmente da AIDS), parte das investigações dedicou-se a discutir o alcance efetivo das campanhas, especialmente entre os jovens, sabidamente refratários.

Poucos estudos focalizam a sexualidade e o envelhecimento. A pesquisa realizada por Ana Paula Reis (2002) analisa dados colhidos em entrevistas realizadas com 15 mulheres de camadas médias (45-55 anos) residentes em Salvador (BA), para destacar dimensões socioculturais que acompanham a transição fisiológica e os significados sociais atribuídos à menopausa por suas informantes. Contrariando representações sociais correntes – que enfatizam o declínio da libido e da capacidade de sedução, em sintonia com interpretações biomédicas do fenômeno – as mulheres pesquisadas sublinham a persistência do desejo sexual e manifestam, apesar das dificuldades encontradas no “mercado da sedução”, o desejo de estabelecer novos vínculos afetivo-sexuais.

Em *Gênero e envelhecimento*, resultado de trabalho pioneiro no Brasil sobre essa temática, Guita Debert (1994) considera o impacto dos programas

---

<sup>2</sup> Esses autores – Gagnon, John & Simon, William, in: *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago, Aldine, 1973; e Simon, William & Gagnon, John, in: *Sexual scripts. Society*, n.22, p.53-60, 1984 – foram importantes referências de estudos brasileiros.

voltados para a terceira idade e das associações de aposentados na reconstrução de imagens e identidades de idosos de ambos os sexos que participam desses programas, argumentando que a recente preocupação com a qualidade de vida no envelhecimento tende a transformá-lo em uma experiência radicalmente distinta para homens e mulheres. As diferenças de classe, que dão conteúdos específicos à velhice, são minimizadas ante as diferenças de gênero. Contrariando a visão esposada por gerontólogos brasileiros – que percebem o velho como vítima do desrespeito, do abandono e da pobreza, passivo, carente, desinteressado da vida – relata que as mulheres mobilizadas pelos programas não se cansam de mostrar que estão prontas para viver um dos momentos mais felizes que a experiência feminina pode oferecer, pois significa a passagem de um mundo totalmente regado para outro em que há a possibilidade de criar novas regras com criatividade, liberdade e autonomia. Os homens, por sua vez, celebram sua lucidez e conhecimento acumulado.

Mauro Brigeiro (2000, 2002), ao explorar as relações entre gênero masculino, envelhecimento e sexualidade, também analisa e critica a produção da gerontologia. O resultado de pesquisa etnográfica, realizada junto a um grupo de homens aposentados pertencentes a camadas médias na cidade do Rio de Janeiro, mostra que a relação que estabelecem com a sexualidade é bem mais rica, diversificada e complexa do que supõem os especialistas: as *performances* denotam que as práticas relacionadas à sexualidade são centrais na definição da identidade dos homens estudados e parecem manter esse valor ao longo de suas vidas, a despeito das limitações impostas pelo envelhecimento.

Os demais estudos deste capítulo estão agrupados em duas seções: a primeira, sobre sexualidade de adolescentes e jovens – que discutem iniciação sexual, virgindade, formas de união, prazer x sexo seguro – e a segunda, sobre a prostituição feminina.

## SEXUALIDADE NA JUVENTUDE: INICIAÇÃO, VIRGINDADE

Em “A primeira vez nunca se esquece”, Maria Luiza Heilborn (1998) trata da entrada de homens de diferentes inserções sociais na vida sexual adulta, buscando investigar de que modo a carreira afetivo-sexual, como uma das dimensões da trajetória de vida, é elucidativa das tensões inerentes à



construção da identidade masculina. Considerando que nas relações sexuais a iniciativa é culturalmente atribuída aos homens, a análise revela que, tanto no cortejar quanto na maneira como é percebida a iniciação sexual, como um aprendizado técnico, está em jogo a capacidade dos sujeitos em preencherem tais requisitos de maneira satisfatória. Assim, o jovem tímido aparece como espécie de vítima estrutural das relações de gênero.

A mesma autora juntou-se a Michel Bozon (Bozon & Heilborn, 2001) para realizar uma análise comparativa das trajetórias afetivo-sexuais de homens e mulheres heterossexuais entre 25 e 40 anos no Rio de Janeiro e em Paris, entrevistados sobre sua primeira experiência amorosa e sua primeira relação sexual. Tanto a noção de “primeira experiência amorosa” quanto as expectativas geradas pelos roteiros de gênero revelam muito mais diferença de gênero do que entre culturas, enquanto as formas de aproximação do(a) primeiro(a) parceiro(a) diferem sensivelmente entre os dois países: a ênfase (francesa) na interação verbal ou no contato corporal (pelos brasileiros) exprimem modalidades distintas de processos civilizatórios. No que tange à iniciação sexual, porém, a preocupação com a perda da virgindade é marcante entre as brasileiras.

A virgindade feminina foi estudada por Luiz Cláudio Duarte (2000), que examinou as representações a respeito na ótica de profissionais do judiciário e de acusados e ofendidas em processos por crime de sedução (1960-1974), revelando que as imagens tradicionais persistiram nas camadas populares, mas se alteraram entre os primeiros.

Entre os jovens, a emergência na década de 1980 do “ficar”, que subverte o tradicional namoro por não implicar compromisso de uma relação durável, chamou a atenção de Flávia Rieth (1998 e 2002), que analisou relatos de jovens gaúchos(as) de camadas médias (15-19 anos) cursando o Ensino Médio. Para a autora, o ficar e o namorar são complementares e constitutivos do código de relacionamento entre os(as) jovens. O costume de “ficar” não alterou o padrão tradicional: enquanto as meninas só aceitam transar com o namorado se o sexo estiver circunscrito à relação amorosa, para os rapazes, afetividade e sexo são experiências de ordem distintas. Resultados semelhantes foram encontrados por Ondina Leal e Jandira Fachel (1999) que, de uma pesquisa mais ampla entre segmentos de baixa renda em Porto Alegre, recortaram os achados que permitem maior compreensão do comportamento sexual de adolescentes (13-19 anos), destacando as diferentes visões de iniciação sexual entre meninas e meninos e, dentre as práticas sexuais

possíveis, maior aceitação “irrestrita” a práticas como sexo oral e anal entre os jovens do que entre adultos.

Pesquisando as vivências sexuais de 22 adolescentes pobres de ambos os sexos (14-19 anos), integrantes de uma ONG de Salvador (BA), Marieze Torres (2002) constatou que a entrada na vida sexual de meninos e meninas é marcada por diferenças, dentre as quais se destacam: para os jovens do sexo masculino, a masturbação e as experiências com parceiros do mesmo sexo; para as meninas, a iniciação que se dá com o sexo oposto, estando a masturbação excluída do repertório. Suas vivências sexuais e as representações que delas elaboram oscilam entre a aceitação e a rejeição dos valores presentes nos distintos universos de que participam. Essas ambigüidades expressam-se nas falas sobre prazer e dor, nas quais as distinções de gênero aparecem bem demarcadas.

No estudo “Fragmentos de corpo e gênero”, Simone Frangella (2000) focalizou jovens no ponto extremo da exclusão – meninos e meninas de rua – destacando como a efemeridade molda suas relações afetivas e sexuais. Atividade sexual precoce, despojamento em relação ao corpo, constantes trocas de parceiros(as), desleixo quanto à proteção ou prevenção são características que constroem suas práticas e idealizações amorosas.

No âmbito da discussão sobre o alcance das campanhas preventivas, dois estudos merecem destaque. Considerando “ingênuas” as intervenções preventivas que desconsideram as reinterpretações populares de dados e propostas médicas, Vera Paiva (1994, 1996, 1999) desenvolveu longa pesquisa-ação com estudantes do Ensino Fundamental e universitários em São Paulo (quase 400 moças e rapazes de 17-21 anos). Inspirada na pedagogia freiriana, a experiência “com jovens mais ricos e mais pobres” mostrou que a necessária mudança nos comportamentos de risco requer programas educativos que incentivem a ação coletiva e a responsabilidade social, “acreditando no poder mobilizador e criador de sujeitos políticos – e de *sujeitos sexuais*”. Os adolescentes e jovens pesquisados de mais baixa escolaridade têm iniciação sexual muito mais cedo e metade deles nunca tinha usado camisinha, sugerindo que devem ser alvo do programa preconizado nas escolas e “desde cedo”.

Simone Monteiro (1999b, 2002) investigou, por meio de entrevistas e observação, “a experiência social do gênero e da sexualidade” de jovens de uma favela carioca, encontrando contrastes nos valores e práticas, nos roteiros

sexuais entre moças e rapazes. Buscando iluminar as avaliações da repercussão das campanhas preventivas entre jovens dos segmentos populares urbanos – centradas na noção de igualdade de direitos e na proposta de negociação entre os parceiros – a autora arrola diferenças entre o discurso preventivo e a realidade da população investigada. Predomínio de relações heterossexuais genitalizadas e desprotegidas, assimetria de gênero e ausência de acordo prévio na primeira transa, crítica às práticas auto-eróticas como forma de satisfação individual, recorrência de gravidez das jovens ligada à valorização da maternidade como bem simbólico são fatores que apontam para a baixa adesão às referidas campanhas.

Tema inevitável quando se trata da sexualidade de adolescentes é o da prostituição infanto-juvenil, que nos leva à seção seguinte. Antes, porém, vale mencionar o estudo de Aparecida F. de Moraes (1998) que pesquisou, em três cidades do estado do Rio de Janeiro, junto a meninas adolescentes pobres (10-19 anos) e, sem negar que precisam de proteção, critica o discurso vitimizador sobre “exploração sexual”, bem como sua identidade essencializada. Analisando o peso do apelo ao consumo – para além das necessidades de sobrevivência – e as práticas de convites e trocas sexuais relatadas pelas meninas, propõe matizar a imagem de vítima com a de *sujeitos*: “sua condição não implica passividade diante de experiências sexuais que vêm sendo classificadas genericamente como ‘exploradoras’”. Em outro recorte da mesma pesquisa, apresentado em *A sexualidade de jovens em contextos de institucionalização*, Moraes (2002) analisa o discurso de profissionais que atendem a jovens institucionalizadas, identificando uma forma particular de tratar a sua sexualidade, argumentando que, a despeito do discurso genérico centrado na atenção às especificidades e aos direitos de cidadania, a percepção dos profissionais sobre a sexualidade aparece estigmatizante, homogeneizada e obscurecida pela noção de desvio.

## PROSTITUIÇÃO E TURISMO SEXUAL

Prosseguindo na linha de que foi uma das pioneiras, Margareth Rago (1991, 1993, 1996) esquadrinha a trajetória da prostituição feminina em São Paulo desde a virada do século XIX para o XX, quando o discurso médico normativo difunde as arraigadas concepções sobre a sexualidade feminina: em oposição à mulher “honesta” e à “moça de família”, a figura da prostituta concentra os atributos negativos, inclusive “um apetite sexual exaltado” e

“limitadíssimos recursos intelectuais”. Entretanto, inúmeros relatos de memorialistas, literatos e outros permitem entrever a função de espaço da sociabilidade masculina desempenhada pelo bordel de luxo no início dos tempos modernos, onde a *cocotte* muitas vezes era quem introduzia valores e costumes urbanos – enquanto as prostitutas pobres eram alvo de coerção e violência policial. O advento da “liberação sexual” dos anos 1960 e o desaparecimento dos bordéis (mas não da prostituição, que tem crescido), sinalizam mudanças nas representações vigentes sobre “perversão” bem como nos comportamentos sexuais, tendo desaparecido a pecha dos proibidos, “anormais” ou “desviantes”.

Em estudo que também merece ser considerado um marco, a investigação etnográfica do universo da prostituição feminina em Porto Alegre, feita por Claudia Fonseca (1996), desfaz visões cristalizadas da prostituta. Buscando “desgrudar o tema do jogo pendular polícia/médico”, a pesquisa considera o cotidiano das mulheres e, especialmente entre as mais pobres, destaca sua “dupla carreira”, de mãe, mulher e, freqüentemente, também de trabalhadora em ocupações manuais. A autora, que não se deparou com a figura do cafetão, nem ouviu relatos sobre “cair na vida” que fizessem ecoar o discurso cristalizado da “queda”, contrasta seus achados com os de pesquisadores (homens) que “tendem a analisar a prostituta em função da presença (...) do gigolô”, refletindo sobre a pertença de sexo de quem pesquisa e sobre a “feminilização” da academia.

Foi localizado em São Paulo, porém, um estudo sobre prostitutas, feito por um pesquisador que as viu precisamente como “mães, filhas, companheiras, trabalhadoras”, e que também não encontrou a figura do gigolô. O interesse maior desse trabalho (Leandro Andrade, 1998) parece ser o de explicitar os embates enfrentados pelo pesquisador masculino – no caso, de ONG voltada à saúde e cidadania, à prevenção das DSTs/AIDS – ao investigar esse universo. Outra pesquisa do mesmo autor (Andrade, 2001) sobre prostituição enfoca a abordagem do tema por um jornal brasileiro e será tratado no próximo capítulo, que versa sobre a mídia.

Elisiane Pasini (2000, 2002) investigou mais tarde garotas de programa em Porto Alegre e São Paulo, focalizando sua corporalidade e refletindo sobre as formas como elas operam limites simbólicos corporais nas suas relações com clientes e com não-clientes, isto é, seus(as) parceiros(as). Tanto entre as paulistas quanto entre as gaúchas (2001), porém, “a forma mais eficaz para demarcar o afeto e a fidelidade” para com os(as) parceiros(as) é precisa-

mente o não-uso do preservativo masculino exigido dos clientes, o que vale não só para as profissionais do sexo, como se verá adiante.

Enfocando, na cidade de Porto Alegre, as várias formas de classificação utilizadas para designar práticas sexuais entre homens que se prostituem com clientela masculina (michês), Ana Isabel Fábregas-Martinez (2002) mostra que não prevalece entre eles uma noção de identidade homossexual, mas sim definições segundo a conjuntura em que se encontram.

Na década de 1990, a prostituição – especialmente feminina – assumiu também a forma do que ficou conhecido como “turismo sexual”, principalmente no Rio de Janeiro e no Nordeste. Prostituição infanto-juvenil, prostituição internacional, tráfico de mulheres foram matéria para a mídia e para a academia. Por exemplo, Antônio J. Dias Fo (1996) mapeou o “circuito do turismo sexual” – “lugares, eventos e agentes que movimentam o comércio do sexo na capital baiana, tendo como público preferencial os turistas estrangeiros” – onde brilha a figura da “morena-jambo”, cunhada por agentes e turistas para referir-se supostamente à baiana nativa. Na realidade, mulheres negras ou cafuzas, dos mais diversos estados do país, introjetam o estereótipo “que tem saída com os gringos”, sugerindo ao autor reflexões sobre a cultura atual como “negociação de sentidos em escala mundial”.

Adriana Piscitelli (1996), que já pesquisara relações amorosas, escolheu para análise os textos da mídia impressa e televisiva sobre turismo sexual. Em sintonia com a atual discussão acadêmica feminista que, sem negligenciar a centralidade do gênero, pleiteia a incorporação de outras categorias de diferenciação social, a análise dos textos contemplou gênero, classe, cor, nacionalidade, geração, mostrando que é em sua interseção que adquirem sentido. Assim, “as configurações de poder que favorecem os estrangeiros são tecidas no cruzamento entre gênero/cor e nacionalidade (ou localização)”. As jovens bem-sucedidas são as que assumem a associação entre cor e “feminilidade nativa”, que supostamente encarnam. “Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo”, da mesma autora (Piscitelli, 2002) articula narrativas ficcionais e relatos de viagem recolhidos em pesquisa sobre turismo sexual no Nordeste do Brasil para discutir a literatura socioantropológica sobre turismo.

## TENDÊNCIAS E LACUNAS

Estudar expressões da sexualidade em tempo de AIDS: fica evidente, nos temas abordados pelos 37 trabalhos reunidos neste capítulo, a inflexão nas pesquisas provocada pela epidemia, ora motivando os próprios estudos, ora levando pesquisadores a contemplarem itens relativos à sua prevenção em estudos em curso. Assim, não foi tarefa fácil selecionar os textos que seriam analisados neste capítulo – os que “colocaram entre parênteses” o risco letal que passou a pairar sobre as relações sexuais. Justifica-se dessa forma não serem numerosos os estudos aqui comentados, já que todo um capítulo (o 5) foi destinado àqueles diretamente relacionados à doença.

A mesma argumentação dificulta falar em lacunas (já que eventuais temáticas “ausentes” poderiam estar contempladas nos estudos analisados adiante). Cabe aqui apenas notar a escassez de trabalhos sobre prostituição masculina, em seguimento aos da década anterior, e o relativo pequeno número de estudos sobre sexualidade entre idosos, quando comparados às numerosas pesquisas feitas junto a jovens.

De qualquer maneira, é possível dizer que foram localizados poucos trabalhos sobre o erotismo, o prazer e o desejo sexual masculino e feminino, abordando tanto o plano simbólico como a prática dos sujeitos sociais.



## CAPÍTULO 4 INSTÂNCIAS REGULADORAS DA SEXUALIDADE

Buscou-se reunir neste capítulo as pesquisas sobre as instâncias que, de uma ou outra forma, incidem sobre, influenciam ou regulam o exercício da sexualidade: ciências, religiões e mídia. Optou-se, porém, por incluir os estudos relativos às duas outras grandes instâncias reguladoras – os sistemas judiciário e de saúde – assim como a violência contra a mulher, no último capítulo, sobre direitos sexuais e reprodutivos.

### CIÊNCIAS E SEXUALIDADE

Para descrever o processo de construção de categorias diagnósticas pelo saber médico, Kenneth Camargo Jr. (1994) toma como exemplo a produção de conhecimentos sobre a AIDS, identificando aí o concurso de fatores extraracionais na produção da racionalidade médica. Com base na literatura médica sobre a AIDS e na visão de médicos entrevistados, analisa o registro de ocorrências desde os primeiros casos da doença, então pouco usual, a atribuição de nome, a caçada ao vírus e a descrição dos modos de transmissão, delineando os contornos de caráter normalizador que acompanharam esse processo.

A única investigação localizada pelo presente estudo sobre a circulação de noções cunhadas pela indústria farmacêutica a respeito da sexualidade é de autoria de Rogério Azize (2001), que aborda a plasticidade do campo de ação da biomedicina ocidental ao lidar com categorias como medicamento,



saúde, doença e cura, em pesquisa sobre os chamados “remédios do estilo de vida” (Prozac, Xenical e Viagra). A análise etnográfica (de material coletado em entrevistas com usuários, material publicitário de laboratórios farmacêuticos e peças jornalísticas) confronta o discurso dos laboratórios com o dos usuários, para identificar diferentes significados que podem ser atribuídos às noções de doença e saúde, medicamento e cura, especialmente no caso da *disfunção erétil*, noção cunhada recentemente pelos laboratórios para medicalizar o que antes era referido como impotência sexual.

As fragilidades e incongruências dos discursos da sexologia, da psiquiatria, da genética e da medicina são explorados por Marilena Corrêa (1998), ao discutir os sistemas utilizados por essas disciplinas para lidar com a diferenciação entre os sexos, manifestações da sexualidade e as chamadas perversões sexuais. Outra pesquisa da mesma autora (Marilena Corrêa, 1998) trabalha com informações obtidas em entrevistas com indivíduos de diversos segmentos sociais para explorar as representações relativas ao tema da iniciação sexual, apontando os limites das estratégias típicas de medicalização, centradas em mecanismos disciplinares apoiados na culpabilização e na discriminação de indivíduos e grupos. A análise dos relatos dos pesquisados sobre sua aprendizagem da linguagem sexual sugere que o amplo espaço aberto para a tematização da sexualidade nos meios de comunicação, escolas e lares promete mudanças mais profundas na construção da sexualidade e até de uma nova ética sexual, levando também ao questionamento da legitimidade de saberes e procedimentos, definidos exclusivamente na esfera técnica, que começaram a se alterar com o surgimento da AIDS.

Sérgio Carrara (1994a, 1994b, 1996a e 1996b) expõe resultados de extensa pesquisa sobre a história da luta contra as chamadas doenças venéreas no Brasil, especialmente contra a sífilis. Buscando superar perspectivas estritamente descritivas das análises de representações sociais em torno das doenças ou das práticas para debelá-las, o autor enfoca o debate em torno do controle das doenças venéreas, ocorrido do final do século XIX até a década de 1940, visando analisar as práticas de intervenção social formuladas por médicos brasileiros para lidar com o “problema venéreo”. A análise da vasta literatura médica produzida no período permite recuperar debates travados na disputa em torno da solução considerada a mais eficiente para promover a contenção da doença (medidas educacionais ou legais), especialmente para lidar com a prostituição, vista como a grande disseminadora da sífilis.

A fim de expor as implicações éticas de intervenções científicas e a divisão internacional do trabalho científico, o mesmo pesquisador (Carrara, 1997) destaca outras disputas ocorridas entre médicos brasileiros e estrangeiros ao longo dos anos de 1920, versando sobre as origens da sífilis (nas Américas ou na Europa), sua enorme disseminação no Brasil (atribuída a características biológicas, sociais e morais) e as manifestações da doença entre os brasileiros (com sintomas supostamente mais acentuados e terríveis). A análise do debate entre especialistas da época sobre esses assuntos permite ao autor concluir que os médicos brasileiros estudiosos da sífilis, em disputa com a comunidade científica internacional, lograram de alguma maneira superar a geopolítica simbólica da doença, de modo a contestar sua origem brasileira e a garantir ao país a possibilidade de se esquivar da idéia de que estava condenado à degeneração e à barbárie devido à sua composição étnica ou a suas características climáticas.

Jane Russo e Sérgio Carrara (2002) exploram a publicação de obras ligadas à sexologia e à psicanálise no mercado editorial brasileiro nas décadas de 1930-40, destacando a relação diferencial que estabeleceram com a medicina, para compreender as trajetórias distintas das duas disciplinas no cenário brasileiro. Enquanto os principais nomes identificados com a sexologia nunca mantiveram estreitas relações com as academias e sociedades médicas, o mesmo não se verifica no caso da psicanálise, que ganhou espaço na psiquiatria justamente por meio dos seus mais renomados praticantes da época.

Ainda sobre o final do século XIX e o começo do século XX versa a pesquisa de Fabíola Rohden (2001a) sobre a obsessão da medicina com a questão da diferença entre os sexos. Tendo analisado 1.593 teses de conclusão do curso de medicina referentes à sexualidade e à reprodução – dentre as 7.149 constantes no Catálogo de Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – a pesquisadora sublinha que o argumento central que perpassa boa parte desses trabalhos é o da distinção natural entre os sexos, de caráter biológico e pré-determinado. Os dados obtidos permitem destacar nuances e precisões que escaparam da análise empreendida no clássico trabalho de Thomas Laqueur sobre o assunto, no que diz respeito à instabilidade das diferenças biológicas, consideradas abertas, ou seja, passíveis de serem moldadas e, especialmente, “pervertidas” pela cultura. Outros aspectos da mesma pesquisa, discutidos pela autora em diversas publicações (Rohden, 1997, 2001b e 2002), sublinha que a idéia do comportamento da mulher – diferentemente do comportamento do homem – ser gerenciado pela se-

xualidade veio garantir à ginecologia o direito de intervir muito além dos órgãos reprodutivos, convertendo-se em uma verdadeira ciência da mulher.

Sobre a mesma temática, das diferenças entre os sexos, incide a pesquisa de Maria Teresa Citeli (2001b), analisando as vertentes teóricas de recente produção das Ciências Biológicas e Sociais que buscam afirmar ou negar a plausibilidade de teorias segundo as quais diferenças sexuais, presumidamente localizadas no corpo (cérebro, genes e fisiologias masculina e feminina), são invocadas para explicar possíveis variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e manifestações da sexualidade; registra ainda a repercussão de perspectivas essencialistas na agenda da mídia nacional e internacional.

Outro estudo da mesma autora (Citeli, 2001a) procede a uma revisão dos trabalhos de autores que abordaram o caso da “Vênus Hotentote”, epíteto pelo qual uma mulher de origem africana, cujas nádegas e genitais teriam proporções descomunais, ficou conhecida depois que ganhou celebridade no mundo do entretenimento de Londres e Paris do século XIX e teve seu corpo convertido em objeto de estudo de eminentes cientistas franceses empenhados em classificar seres humanos. A prática científica é analisada – considerando aspectos contextuais, as condições de acesso a materiais de pesquisa e as negociações entre os cientistas – para explicitar diferentes possibilidades interpretativas adotadas por cientistas sociais contemporâneos que analisaram os vieses racistas e sexistas alusivos à sexualidade de mulheres brancas e negras.

## RELIGIÕES E SEXUALIDADE

A hegemonia da Igreja Católica no Brasil, desde que os portugueses aqui chegaram no início do século XVI, reflete-se na marcante influência da instituição nas esferas política, social e, sobretudo, na codificação e normatização da esfera moral – particularmente da moral sexual. No entanto, a partir dos anos 1970, a Igreja Católica, apesar de manter sua condição de religião preponderante, passou a defrontar-se com a concorrência de igrejas pentecostais que crescem em número de denominações e adeptos, muitos dos quais originalmente católicos. As pesquisas sobre sexualidade e religião, detectadas pelo presente levantamento, incidem basicamente sobre esses dois campos: a Igreja Católica e as Pentecostais, com uma ressalva para o

trabalho de Patrícia Birman (1995), que explorou a lógica subjacente a sexo, sexualidade e gênero nos relatos de homens e mulheres integrantes de terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro, cruzando identidades religiosas com identidades de gênero e modalidades de possessão.

Eliana Goldschmidt (1992), com base em pesquisa sobre transgressões sexuais constantes de processos depositados nos Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, cobrindo o período de 1745 até 1822, analisa a aplicação da legislação eclesiástica da época, especialmente no que diz respeito ao casamento, visto como delimitador da sexualidade permitida e “remédio da concupiscência”. Sua análise aborda o julgamento de casos de desonra feminina (raptos, estupro e sedução) e a prostituição (vista como mal necessário), punida em casos extremos com a excomunhão, destacando ainda as assimetrias nos julgamentos de adultérios.

Ângela Mendes de Almeida (1992) analisou manuais de confessores, dentre exemplares existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, verificando que neles o casamento e a família aparecem como a ordem, enquanto a luxúria seria a desordem. Ademais, esse tipo de leitura, recomendada tanto para os fiéis como para os responsáveis por ouvir confissões, estabelecia o ideal de vigilância constante dos excessos dos sentidos e dos folguedos do corpo, instituindo os limites entre delito, crime e pecado. Considerados pela autora como um gênero literário, por suas características de linguagem e pela abundância de suas publicações a partir do século XVI (com a instituição da confissão pelo Concílio de Trento), esses manuais, utilizando frequentemente linguagem crua e direta, distinguiram explicitamente a sexualidade permitida da proibida, ao mesmo tempo que zelavam para evitar o risco de que o confessor se excitasse ante o relato de minúcias na descrição dos pecados cometidos.

Pesquisa sobre o mesmo assunto, de Lana Lage Lima (1996), destaca as ambigüidades da Teologia Moral, construída em permanente conflito entre a recusa ao prazer sexual, marca indubitável do cristianismo, e a permissão da cópula no matrimônio.

Por sua vez, as pesquisas que tomaram o Brasil contemporâneo como objeto de estudo voltaram-se basicamente para as ambigüidades dos praticantes (católicos ou pentecostais) frente às prescrições de suas igrejas no que tange ao exercício da sexualidade.

Dentre os estudos sobre católicos, foram localizadas pesquisas que tiveram como universo empírico os fiéis que participavam de CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, um movimento progressista da Igreja Católica que angariou muitas adesões a partir da década de 1970.

Carmen Cinira Macedo (1992) procurou verificar o quanto os participantes de uma CEB na periferia da cidade de São Paulo conheciam e se preocupavam com a orientação oficial da Igreja no campo da sexualidade. A autora lembra que a tradição católica, marcada por nítida e impregnante associação entre pecado e sexo e pela grandiosidade do arrependimento e do perdão, é reconhecida no senso comum por certa ambigüidade, já que “todos os pecados são permitidos”, desde que haja arrependimento e posterior perdão. Sua expectativa então era encontrar, entre a população estudada, um certo conhecimento da visão eclesial, junto com atitudes que demonstrassem desejo de preocupar-se ou de ignorar as regras, como sugeriam estudos anteriores. Além de confirmar que ser católico, mesmo que praticante, e desobedecer às normas da Igreja não são realidades que se excluem, a autora identifica na visão popular a idéia de que a Igreja é muito lenta e está sempre atrasada: aceita o rompimento do matrimônio, mas não o novo casamento; aceita a contracepção, mas apenas com métodos “naturais”; aceita o prazer sexual, mas apenas no casamento.

Práticas e vivências das mulheres das CEBs em Nova Iguaçu (RJ), em relação à contracepção e ao aborto, são investigadas por Lucia Ribeiro (1994), segundo a qual a própria participação das mulheres nas comunidades eclesiais as leva a assumirem uma prática reprodutiva que se distancia da doutrina oficial da Igreja, reformulando até mesmo o conceito de pecado.

Tendo como instrumento entrevistas e observação participante, Maria José Rosado Nunes (1994) investigou as práticas reprodutivas e contraceptivas de mulheres líderes de Comunidades Eclesiais de Base, partindo da hipótese de que o alargamento do campo de ação da população católica feminina teria conduzido a mudanças em seu comportamento contraceptivo, afastando-as da ética sexual tradicional da igreja. Sugere que as ambigüidades e as contradições da Igreja Católica quanto ao controle da natalidade e à sexualidade aumentaram em profundidade e complexidade, ao mesmo tempo que funcionaram para essas mulheres como catalisadoras da tomada de consciência de sua subordinação social e religiosa. Por outro lado, o vazio deixado pela Igreja foi preenchido pelos postulados feministas em favor do controle do corpo por parte das mulheres.

O comportamento transgressivo em relação às normas da Igreja sobre reprodução e prazer não se configuram em novidade, segundo a autora: a novidade é a justificativa apresentada pelas mulheres em termos de autonomia individual, vendo a ingerência da Igreja nessa área como indevida. Elas passam a aplicar ao campo da sexualidade a noção de direito, reivindicando para si mesmas a demanda ao prazer, à alegria e à felicidade, desconstruindo as associações prazer/culpa, sexo/pecado fortemente inculcadas pela ação conjunta de uma cultura e de uma religião patriarcais.

Maria das Dores Campos Machado (1995, 1996, 1997a, 1997b; Machado & Mariz, 1997) investiga os efeitos da filiação religiosa (Renovação Carismática Católica e Pentecostalismo) sobre o exercício da sexualidade e as decisões reprodutivas. Carismáticos e pentecostais, no que se refere à moralidade e ao comportamento sexual, vinculam o exercício da sexualidade ao matrimônio, condenam as práticas sexuais pré e extraconjugais e homossexuais. No entanto, a ênfase dos pentecostais na ação do demônio sobre os indivíduos que praticam qualquer forma de desvio moral gera maior tolerância. Pentecostais também se mostram mais à vontade para falar da experiência sexual, enquanto a maior adesão às normas da Igreja Católica foi constatada em casos de afiliação conjunta do casal.

Resultados da mesma pesquisa desdobram-se no trabalho de Machado (1998), *Conversão religiosa e a opção pela heterossexualidade em tempos de aids*, que analisa a experiência de um ex-integrante de grupos afro-brasileiros que, depois de viver a homossexualidade em grande conflito, encontra na conversão à Assembléia de Deus – igreja pentecostal reconhecida por sua rigidez moral – a possibilidade de reorientar sua conduta sexual e superar seu pertencimento “ao grupo de risco” ameaçado pela AIDS. Na interpretação da pesquisadora, a própria conversão do fiel pode ser considerada como uma estratégia adotada pelo terror que a AIDS despertava, considerando também que o pentecostalismo, além de desqualificar práticas homossexuais, oferece recursos ideológicos que motivam a mudança da conduta.

Deixando de lado as ambigüidades das igrejas quanto ao exercício da sexualidade e dos fiéis para aderirem às normas eclesiais, outra pesquisa, realizada por Myriam Santim (2000), busca contribuir para a compreensão da atuação da Igreja Católica no Parlamento para defender suas prescrições. A pesquisa foi feita enquanto tramitava no Congresso Nacional um projeto de lei (PL20/91) sobre a regulamentação dos casos de aborto previstos em lei

(em caso de risco de vida da mãe ou de gravidez resultante de estupro) e baseou-se na consulta a documentos elaborados pela hierarquia da Igreja Católica sobre o assunto e em entrevistas com representantes de um grupo autodenominado GPC – Grupo de Parlamentares Católicos, ou pastoral parlamentar, criado em 1990, reunindo à época da pesquisa 57 deputados. Analisando os registros da votação do referido projeto, a pesquisadora assinala a sintonia dos pronunciamentos desses parlamentares com os discursos dos representantes oficiais da Igreja, com argumentos que justificam o voto contrário ao projeto, evocando convicção de foro íntimo, enunciados bíblicos e o “direito à vida”.

Analisando documentos e entrevistas com ex-militantes da JUC, Juventude Universitária Católica, à luz de fortes movimentos ocorridos no interior da Igreja Católica, como o marianismo, Zaira Ary (2000) aborda as representações vigentes a propósito de moças, rapazes, casais, amor e sexo para mostrar a desvalorização da sexualidade, os estímulos à constante sublimação e a intervenção de padres na vida íntima dos jovens. Interpreta também as mudanças, a modernização das relações entre os sexos e os traços diferenciados que a experiência deixou na vida dos participantes: para alguns, a tirania insuportável que os levou a rupturas com a Igreja; para outros, segundo a pesquisadora a maioria, uma experiência de abertura para o mundo e para outras concepções das relações amorosas.

Em 1994, a CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução<sup>3</sup>, conduziu pesquisa de opinião visando identificar a repercussão na população brasileira da posição do Vaticano relativa à sexualidade e à reprodução. Segundo a pesquisa realizada nas capitais de quatro estados (N=2074), a maioria dos brasileiros não leva em conta a orientação dos padres nas suas práticas sexuais e nas decisões sobre saúde reprodutiva. Além disso, apenas 17% dos pesquisados consideraram a igreja como o melhor lugar para discutir essas questões, enquanto os meios de comunicação foram indicados por 73% dos informantes.

---

<sup>3</sup> A CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução, com sede no Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, em São Paulo, foi criada em 1991 por um grupo de especialistas de diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de defender o respeito à liberdade e à dignidade da população brasileira no campo da sexualidade, da saúde e dos direitos reprodutivos.

## MÍDIA

Se por um lado, pesquisas de opinião pública realizadas no Brasil e no exterior sugerem a importância atribuída aos meios de comunicação como veículos moduladores de conhecimentos e práticas relativos à sexualidade e à saúde reprodutiva, por outro, não são tão numerosas as pesquisas sobre mídia no âmbito das Ciências Sociais. Assim, o maior esforço coletivo empreendido para monitorar a mídia aparece refletido na coletânea publicada pela CCR (2002), que inclui cinco artigos que tomam como universo de análise os dados coletados em pesquisa sistemática, realizada de 1996 a 2000, reunindo mais de 13 mil artigos e matérias (sobre aborto, DSTs e AIDS, câncer do aparelho reprodutivo, reprodução e cultura sexual) publicados em quatro grandes jornais brasileiros. Fátima Oliveira (2002) realiza uma análise do jornalismo científico partindo de pressupostos da bioética, com perspectiva feminista e anti-racista, concluindo que a mídia, ao tratar de clonagem e de outros assuntos relativos a megaprojetos científicos, abstém-se de refletir criticamente, o que pode ser interpretado como um indicativo indiscutível de como os meios de comunicação estão deixando de cumprir a sua função social.

Outro artigo que integra a coletânea é o da antropóloga Jane Galvão, que já realizara pesquisa pioneira no Brasil sobre AIDS e imprensa (Galvão, 1992), assinalando a maneira como as notícias sobre a AIDS chegaram ao Brasil a partir de 1981, antes mesmo do registro de casos no país, e como a mídia pode ser vista como o principal e quase único meio de informação sobre a doença que, na época, era denominada “câncer” ou “praga gay”. Ao analisar quase 2.800 matérias sobre AIDS recuperadas pela pesquisa da CCR, Galvão (2002) faz um balanço do que foi publicado e percorre a trajetória da epidemia desde 1996, identificado como o ano da “cura”, passando pelos momentos decisivos da construção de respostas nacionais para a doença, até o debate sobre a quebra de patentes em 2001.

Luiz Felipe Rios (2002) elabora uma retrospectiva analítica sobre a categoria “cultura sexual”, que abrangeu quase metade das 13 mil matérias levantadas pela pesquisa sobre essa rubrica, reunindo os seguintes subtemas: assédio sexual; bissexualidade; conjugalidade; educação sexual; frigidez; impotência; heterossexualidade; homossexualidade; pedofilia; pornografia; práticas sexuais; prazer; prostituição; violência, abuso e mutilação. Dentre os inúmeros destaques do pesquisador, merece ênfase a sua afirmação de que o período estudado permite chegar à assustadora conclusão de que, no



mundo vivido, cultura sexual parece ter rimado com violência e violação de direitos.

Utilizando os mesmos dados colhidos pela CCR, Maria Teresa Citeli (2001 e 2002) interpreta a predominância de publicações do campo das Ciências Biológicas como fonte de informação para a cobertura da mídia sobre reprodução (cerca de 54% das matérias) quando comparadas às Ciências Humanas (29%), interpretando a tradicional relação estabelecida pelas Ciências Biológicas com a mídia como um esforço estratégico para incluí-la na trama de atores que integram a rede da produção científica.

Analisando os ciclos de intensificação do debate sobre o aborto ao longo do período monitorado pela mesma pesquisa, Magaly Pazello e Sonia Corrêa (2002) destacam que o assunto se deslocou progressivamente das páginas policiais para as editoriais de ciência, saúde, política e família.

Outro monitoramento de mídia, acompanhando de 1995-1998 a cobertura sobre o aborto nos quatro jornais brasileiros que respondiam pela maior tiragem, foi empreendido por Jacira Melo (2001), visando contribuir para a formação de um pensamento crítico sobre a imprensa no universo feminista, além da formulação de estratégias para influenciar a cobertura da imprensa. Segundo a pesquisadora, um dos achados mais significativos foi detectar que o posicionamento favorável ao aborto ocupa em torno de 45% do espaço dedicado ao tema.

Ívia Maksud (2000) pesquisou o discurso jornalístico sobre sexualidade produzido para dois universos sociais distintos. Foram analisados dois jornais cariocas pertencentes à mesma organização empresarial, porém destinados a públicos leitores diferentes: segmentos populares e camadas médias. Os resultados mostram que os valores em torno do sexo e da vida privada, produzidos pela indústria cultural dirigida aos segmentos populares e às camadas médias, estão referendados por uma visão mais tradicional – atrelada a uma concepção de mundo dicotomizada no tocante ao gênero e à sexualidade – e por uma perspectiva mais moderna, relacionada a um prisma mais igualitário de conceber as relações entre os sexos e à maior difusão do saber psicanalítico.

Ainda sobre a imprensa escrita, localizamos a pesquisa de Leandro Feitosa Andrade (2001), *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*, baseada na interpretação e na análise de 223 peças jornalísticas publi-

cadadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no período entre 1985 e 1995. Apoiado na abordagem teórica de John B. Thompson – que elabora sua teoria sobre ideologia articulada ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, considerando ideológicos os sentidos construídos a serviço da manutenção e da sustentação de relações de dominação – Andrade conclui que a campanha de denúncia da prostituição infantil liderada pelo jornal contribuiu para estigmatizar prostitutas, pobres, crianças e adolescentes pobres e suas famílias, enquanto o cliente adulto, que mantém relação sexual mediante pagamento, fica na penumbra.

Esther Hamburger (2001), ao analisar as representações sobre reprodução em telenovelas brasileiras veiculadas de 1970 a 1997, sublinha o caráter pioneiro de estudos anteriores que focalizaram as implicações das novelas para as representações das relações familiares e de gênero, sublinhando a apropriação que fazem os telespectadores, em seus contextos domésticos de recepção, das diversas novelas pesquisadas. Em seu estudo, situa nas telenovelas uma combinação perversa: de um lado, a exibição de famílias pouco numerosas, sexo antes do casamento, dissociação entre sexo e casamento e, por outro, silencia sobre métodos contraceptivos, um contraste que não destoa dos paradoxos da transição demográfica brasileira, que reúne a ausência de planejamento e de política pública com a queda vertiginosa de índices de natalidade.

Focalizando especificamente a mídia dirigida aos fiéis das duas maiores igrejas pentecostais do Brasil, a Assembléia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, Maria das Dores C. Machado (2000) explora dados coletados entre 1996 e 1997, com o objetivo de verificar a participação desse segmento no debate sobre o aborto. Depois de acompanhar programas radiofônicos, televisivos e folhetos distribuídos pelas duas igrejas, a pesquisadora analisa a flexibilização das posturas anteriores de líderes de ambas em direção a uma maior exposição de posições antagônicas sobre o tema do aborto; o progressivo predomínio de posições liberais quanto à regulamentação do aborto dependeu de fatores como o embate com a Igreja Católica (sabidamente muito mais restritiva), a competição por fiéis entre as duas igrejas pesquisadas e, também, do contexto político do país no período em que o tema esteve presente na pauta da grande imprensa nacional.

## TENDÊNCIAS E LACUNAS

Nos 43 estudos referidos neste capítulo, que abordou a organização dos sistemas que estabelecem, controlam, designam e fazem circular diferentes significados atribuídos à sexualidade (as ciências, a religião e a mídia) constata-se que o campo de estudos sobre as ciências e a mídia, apesar de novo, contribuiu com significativas pesquisas que recuperam a história da constituição do campo da biomedicina e suas implicações para a construção de significados sobre a sexualidade (entre leigos e especialistas) e para a elaboração e a implementação de políticas públicas.

Os estudos empíricos sobre religião e sexualidade trouxeram a inovação de uma pesquisa quantitativa sobre o assunto e também avançaram para a comparação entre diferentes credos, sendo a sua maior parte realizada em contextos populares. A maioria focalizou, entretanto, a relação entre exercício da sexualidade e adesão às normas por adeptas do sexo feminino, o que permite apontar a escassez de estudos que incluam, em seu universo, adeptos do sexo masculino.

Os estudos sobre a mídia debruçaram-se sobre situações mais imediatas, ao contrário dos que incidem sobre as ciências que, de um modo geral, preferiram a reconstituição histórica, em alguns casos utilizando o esquema analítico de Foucault para tratar dos mecanismos ideológicos e políticos da constituição do sujeito moderno, sobretudo no que diz respeito aos “mecanismos disciplinares modernos” e ao “dispositivo de sexualidade”.

Em se tratando de um campo novo, como as contribuições das Ciências Sociais brasileiras para o entendimento das ciências e da mídia, não cabe exatamente falar de lacunas, mas vale apontar a inexistência de estudos sobre o conhecimento produzido pela sexologia, bem como sobre a indústria farmacêutica como produtora de significados atribuídos à sexualidade.

## CAPÍTULO 5 SEXUALIDADE, DSTs E AIDS

Como já mencionado, as Ciências Sociais (tanto no Brasil como no plano internacional) foram profundamente afetadas e renovadas pelas pesquisas sobre a AIDS, realizadas a partir do final da década de 1980. A ampla gama de inovações que marcou a retomada dos estudos sobre sexualidade humana ocorrida nos últimos 20 anos abrange desde o tipo de informações recolhidas até as abordagens metodológicas, a postura interdisciplinar e a forte vinculação entre pesquisadores, ativistas e portadores da doença, como apontam muitas das pesquisas citadas a seguir. A relação entre fatores de ordem social, política e econômica presentes na complexa dinâmica – que incluiu o aporte de recursos financeiros, a agilidade exigida pela urgência de respostas frente à epidemia, a interação entre academia e grupos da sociedade civil requerendo pesquisa voltada para a intervenção, a aproximação entre pesquisadores e portadores da doença – tudo isso gerou grande volume de produção acadêmica, tanto por pesquisadores isolados quanto pela integração de pontos da rede de pesquisa.

Um indicador da exuberância das pesquisas sobre a temática reflete-se na publicação de um volume significativo de coletâneas, as quais reúnem investigações realizadas por especialistas de diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, a primeira das quais, na década aqui analisada, tendo sido *Em tempos de aids* (organizada por Vera Paiva, 1992).

*Aids no Brasil*, organizada por Richard Parker, Cristiana Bastos, Jane Galvão e José Stalin Pedrosa (1994), publicada em co-edição pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e pelo IMS/UERJ, oferece “um

resumo das principais questões que têm moldado o debate perante a epidemia” (Bastos *et al.*, 1994), contemplando também os resultados de diversas pesquisas, então recentes, envolvendo direta ou indiretamente questões relativas à sexualidade, sobre temáticas como homossexualidade (Parker, 1994b e Costa, 1994), prevenção entre mulheres e homens (C. D. Guimarães, 1994a; Paiva, 1994) e medicalização na prevenção de doenças venéreas no Brasil (Carrara, 1994a).

No mesmo ano, a coletânea *Aids e sexualidade: o ponto de vista das Ciências Sociais*, organizada por Maria Andréa Loyola (1994a), reúne resultados da pesquisa *Os impactos sociais da aids no Brasil*, realizada no IMS/UERJ de 1989 a 1991, contendo as análises da própria autora da coletânea (Loyola, 1994b, 1994c) e de Sérgio Carrara (1994b), Marilena Corrêa (1994), Richard Parker (1994), Elza Berquó e Marta de Souza (1994).

Em 1996, outra publicação conjunta da ABIA com o IMS/UERJ, *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*, organizada por Richard Parker e Jane Galvão, expõe resultados de pesquisas sobre: a trajetória feminina da epidemia no Brasil (Barbosa & Villela, 1996; N. Santos, 1996); representações culturais da sexualidade feminina, (in)definições ou omissões das políticas de prevenção voltadas para mulheres (pesquisas realizadas por Regina Barbosa, Elizabeth Moreira dos Santos, Kátia Guimarães, Naila Santos & Rosemeire Munhoz, Donna Goldstein, Wilza Villela, Tânia Lago e Carmen Dora Guimarães).

*Entre homens: homossexualidade e aids no Brasil*, de Richard Parker e Veriano Terto Jr. (1998), traz os resultados de extensas pesquisas feitas no Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre sobre conhecimentos e comportamentos de homens que fazem sexo com homens.

Textos apresentados em um seminário que reuniu especialistas das Ciências Humanas compõem a coletânea *Sexualidade nas Ciências Humanas*, organizada por Maria Andréa Loyola (1998) e que nos oferece, além do trabalho da própria organizadora da coletânea, “Sexo e sexualidade na Antropologia” (Loyola, 1998b), uma alentada discussão a partir do enfoque de diversas disciplinas que abordam a temática.

A coletânea *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder* (elaborada por Regina M. Barbosa e Richard Parker, 1999), publicada pelo IMS/UERJ, enfoca mais três pesquisas sobre AIDS e sexualidade, tendo as mulheres

como principal universo empírico (de Regina Barbosa, Daniela Knauth, Maria Luiza Heilborn & Patrícia Gouveia).

Em 1999, a ABIA publica *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente a aids no Brasil* (organizada por Richard Parker, Jane Galvão & Marcelo S. Bessa, 1999), examinando a complexidade das respostas oferecidas por diversos setores da sociedade brasileira ao longo dos 15 anos anteriores. Embora nenhum dos artigos publicados nessa coletânea possa ser considerado resultado de pesquisa em sentido estrito, todos sem exceção aludem e analisam pesquisas efetivadas ao longo do período. Este também é o caso de duas coletâneas (*A construção da solidariedade e Na contramão da aids*) que reúnem artigos e ensaios de Richard Parker, 1994c e 2000).

As coletâneas, em sua maioria, apresentam a característica de serem organizadas por especialistas que lideraram grandes projetos de pesquisa e vieram a publicar livros, no Brasil e no exterior, apresentando o resultado de longos anos de estudo e investigação, como é o caso de Richard Parker (*Corpos, prazeres e paixões* (1991) e *Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade e comunidade gay no Brasil*); Jane Galvão (*Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*, 2000); e Cristiana Bastos (*Ciência, poder, ação: as respostas à SIDA*, 2002, publicada em Portugal).

Resta mencionar três outras coletâneas sobre sexualidade, em que também se incluem pesquisas sobre AIDS: *Sexualidades brasileiras* (organizada por Parker & Barbosa, 1996a); *Sexualidade: o olhar das ciências sociais* (organizada por Heilborn, 1999b); e o número 17 da revista temática *Horizontes Antropológicos*, organizado por Daniela R. Knauth e Ceres G. Vctora (2002).

Puderam ainda ser localizados alguns levantamentos bibliográficos: dois de alcance mais amplo, incluindo estudos das áreas clínica, epidemiológica, comportamental e social (Bastos, 2002; Bastos & Malta, 2002) e outro, específico, sobre AIDS e homossexualidade (Raxach, Terto & Parker, 1998).

Organizar as pesquisas brasileiras sobre sexualidade e AIDS apresenta-se como uma tarefa no mínimo pretensiosa, independente do critério que se adote, seja por universo empírico, preferência metodológica ou temática abordada. A estruturação deste capítulo é pois arbitrária, ao comentar estudos sobre AIDS em relação à reprodução e contracepção; medicalização e prevenção; moralidade sexual; e orientação sexual.

## PREVENÇÃO DA AIDS E CONTRACEPÇÃO

Pesquisa realizada em 1990, em Campinas (SP), por Berquó e Souza (1991, 1994) aplicou 300 questionários a homens jovens (18 a 30 anos) de três categorias ocupacionais (estudantes universitários, bancários e operários), para investigar a incidência e os propósitos do uso de preservativo masculino (contracepção ou prevenção da AIDS). Todos os entrevistados já tinham ouvido falar do *condom* e 80% da amostra já o haviam usado alguma vez, sendo ele mais percebido como meio de evitar a gravidez do que como preventivo de doenças sexualmente transmissíveis. Dos 74% de respondentes que disseram ter tido relações sexuais nos últimos 30 dias, 30% afirmaram ter usado preservativo. Segundo as autoras, esse resultado confirma a suposição de que os *surveys* sobre fecundidade ou contracepção subestimam o uso do preservativo masculino (estimado em apenas 2%), por incluírem na amostra principalmente mulheres em idade reprodutiva e, em geral, casadas ou unidas. Outro achado da pesquisa comprova diversos estudos que apontam as duas principais razões alegadas pelos entrevistados para não usarem preservativo nas relações que tiveram ao longo do último mês: relação estável com a parceira e o fato de estas adotarem métodos contraceptivos.

Resultados similares, indicando o conhecimento do preservativo masculino como forma de prevenção, ao lado de baixos percentuais de sua aceitação e uso, foram constatados na pesquisa Os Impactos Sociais da Aids no Brasil: Práticas Sexuais e Formas de União entre os Sexos, realizada no IMS/UERJ, de 1989 a 1992, sob a coordenação de Maria Andréa Loyola. A pesquisa tomou como universo 163 sujeitos (72 homens e 91 mulheres) também de três categorias profissionais (metalúrgicos, bancários e profissionais universitários), com idades entre 17 e 50 anos, moradores na cidade do Rio de Janeiro, em sua maioria de opção heterossexual (apenas 13 informantes declararam-se homossexuais).

Essa pesquisa, destaca a coordenadora, apresentou uma inovação metodológica que permitiu combinar técnicas qualitativas e quantitativas: depois de gravar entrevistas em profundidade seguindo roteiro preestabelecido, os pesquisadores transcreviam as respostas para um formulário que permitia trabalhar quantitativamente os dados da pesquisa. No artigo que abre a coletânea, a coordenadora (Loyola, 1994c) afirma que foi graças aos meios de comunicação de massa que a AIDS e as formas de sua transmissão se tornaram ampla e rapidamente conhecidas entre seus pesquisados: 99,4%

já tinham ouvido falar dela e 87,7% declararam saber como se contrai a doença. No entanto, essa bem-sucedida divulgação contribuiu também para aumentar o pânico e a insegurança em face da gravidade da doença e estimular comportamentos moralizadores – tendo, porém, efeitos extremamente limitados no que diz respeito a atitudes preventivas. Segundo a autora, a associação da doença com grupos de risco (homossexuais, consumidores de drogas, “promíscuos(as)” e prostitutas), promovida pela mídia e pelas primeiras campanhas de prevenção, levaram o grupo estudado, composto de pessoas que se autodefiniam como “socialmente bem-comportadas”, a sentir-se pouco exposto ao risco da doença e, conseqüentemente, a emir-se da adoção de medidas preventivas sistemáticas e eficazes.

A pesquisa de maior amplitude foi, sem dúvida, a realizada pelo Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (1999), com apoio do Ministério da Saúde, *Comportamento sexual da população brasileira: percepções sobre o HIV/Aids*, coordenada por Elza Berquó. Tendo entrevistado pessoas entre 16 e 65 anos, moradoras nas áreas urbanas de 169 microrregiões do país (incluindo as capitais de 25 estados brasileiros), utilizando os referenciais do IBGE, a pesquisa de proporções censitárias (incidiu sobre 77% da população da correspondente faixa etária) inquiriu, além dos dados sociodemográficos, sobre exposição aos veículos de comunicação, idade da primeira relação sexual, uso de drogas psicoativas, orientação sexual, conhecimento sobre HIV/AIDS e exposição ao risco de contrair o vírus – propiciando um abrangente painel do comportamento de brasileiras(os) para com a epidemia.

Comparando os dados obtidos aos de pesquisas anteriores, constatou-se que “cada vez mais a vida sexual começa mais cedo” (à média de 14,5 anos entre os homens), sugerindo que a epidemia não parece estar influenciando no sentido de retardar a idade da primeira relação sexual. No que toca à orientação sexual, apenas 1,4% dos entrevistados referiu relações com pessoas do mesmo sexo nos cinco anos precedentes à pesquisa e 2,3% declararam mudança de orientação no mesmo período. O grau de conhecimento sobre as formas de transmissão da doença foi investigado detalhadamente segundo o modo de contágio e a percepção de situações de risco de contaminação, revelando, por exemplo, 40,5% de pessoas mal-informadas sobre os riscos do uso de agulhas e seringas já utilizadas.

Tendo-se construído estatisticamente um indicador sintético de conhecimento sobre HIV/AIDS (p.80-8), que varia de 0 a 9, constatou-se apenas 3,1%



de pessoas com a “nota máxima” e 0,6% com desconhecimento total; cerca de 50% da população brasileira estaria medianamente informada. Mas a detalhada análise desse indicador, segundo o perfil demográfico e socioeconômico da população e por item de conhecimento, indica dados alarmantes, como 50% de desconhecimento do uso de camisinha, masculina ou feminina, para prevenir-se contra a doença. E dentre as pessoas sexualmente ativas, cerca de 76% disseram não usar o preservativo em suas relações sexuais. Novamente, um indicador construído – o de exposição à contaminação – permite identificar os segmentos de pessoas mais expostas, de acordo com toda a gama de características pesquisadas.

## PREVENÇÃO DA AIDS E MEDICALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE

Marilena Corrêa (1994) trabalha com os discursos de informantes da mesma pesquisa coordenada por Loyola sobre sexualidade, já mencionada, para explorar os limites das estratégias típicas de medicalização, centradas em mecanismos disciplinares apoiados na culpabilização e na discriminação de indivíduos e grupos. Esse tipo de discurso defronta-se, no caso da AIDS, com uma nova modalidade antinormalizadora, proveniente das falas advindas de grupos *gays*, dos próprios portadores da doença e das associações da sociedade civil envolvidas com a questão, as quais se opõem ao modelo típico ao apresentarem noções de solidariedade e não-discriminação dos doentes.

Nessa linha, a autora sugere que o fenômeno da AIDS pode ter contribuído para abalar ou modificar o papel hegemônico que o discurso médico vinha ocupando no campo da normatização dos comportamentos sexuais. A discussão sobre a forma como cada indivíduo se conduz sexualmente (com quem tem relações sexuais, de que maneira, com que frequência e com que finalidade) passou a ser tematizada em debates públicos, intermediados não mais apenas pelo enunciado médico. A análise dos relatos dos pesquisados sobre sua aprendizagem da linguagem sexual sugere que um certo obscurantismo (representado pelo silêncio e desconhecimento a respeito do erotismo e do prazer na descoberta da sexualidade) vigente para esse grupo parece estar se dissipando. Isto em face do amplo espaço aberto para a tematização da sexualidade nos meios de comunicação, escolas e lares, o que promete mudanças mais profundas na construção da sexualidade e até uma nova ética sexual. Surge, dessa forma, o questionamento da legítimi-

dade de saberes e procedimentos, definidos exclusivamente na esfera técnica, que começaram a se alterar com o surgimento da AIDS.

Partilhando a mesma linha foucaultiana de análise e a valorização da importância de grupos organizados, Sérgio Carrara (1994a, 1994b) explora as similaridades entre as lutas contra essas doenças no país. Procurando superar perspectivas estritamente descritivas das análises de representações sociais em torno das doenças ou das práticas que objetivam debelá-las, o autor toma o debate em torno do controle das doenças venéreas ocorrido do final do século XIX até a década de 1920, com o objetivo de “estudar o conjunto de práticas inter-relacionadas de intervenção social, propostas ou efetivamente empreendidas por indivíduos ou grupos que, atuando sobre valores, instituições e comportamentos, visaram modificar o perfil de disseminação das doenças venéreas no Brasil” (p.76).

Depois de registrar embates, divisões, acordos e conciliações ocorridos entre médicos, advogados, legisladores e representantes da Igreja Católica, empenhados, cada um ao seu modo, no debate da política sanitária de prevenção e controle de doenças venéreas, com destaque para a sífilis, o autor expõe perspectivas comparativas entre essas antigas lutas e o combate à AIDS na atualidade, com suas decorrências sobre a focalização, a natureza e o impacto de campanhas educativas portadoras de discursos indecisos e moralistas. Ressalta os efeitos da incorporação conciliadora entre discursos de natureza muito distinta no âmbito de uma mesma política sanitária. Assim como a sífilis é vinculada à figura da prostituta, a AIDS aparece fortemente ligada à figura dos homossexuais masculinos, transformando em objeto do discurso público comportamentos sexuais estigmatizados.

Mas ao lado de conciliações possíveis, aponta o autor, emergem simultaneamente conflitos latentes entre uma moral laica e científica e uma moral religiosa, que considera toda referência pública a tais comportamentos como uma maneira de legitimá-los, destacando a notável perenidade do discurso católico sobre a moral sexual. Outra comparação aponta para a diferença, considerada por Carrara a mais fundamental, que representa uma ruptura cultural da maior importância: o comparecimento no cenário institucional dos grupos de pressão, expressão de demandas e reivindicação jurídica de direitos dos doentes, ao contrário do caso anterior, quando estava em foco o direito dos sãos e a responsabilização dos venéreos. Essa novidade é entendida cuidadosamente pelo autor como uma nova concepção da doença:

“não se trata mais de um mal que, atingindo alguns indivíduos por seu comportamento, ameaça teoricamente toda a sociedade. Trata-se de um mal que atinge imediatamente a todos. Mesmo que haja indivíduos ou grupos mais expostos, é toda a sociedade que está imediatamente implicada no processo” (p.106).

Richard Parker (1994a), em trabalho já mencionado no capítulo anterior, preocupado com o desenvolvimento de tecnologias educativas de intervenção (materiais e estratégias para alcançar o público-alvo de campanhas) que respondam a nuances e particularidades culturais, procura utilizar suas pesquisas etnográficas realizadas anteriormente para destacar a frequência e a significação erótica de que se revestem atos como a masturbação, o erotismo oral e anal – alternativas que o autor denomina “ideologia erótica do brasileiro”, definida segundo ele pela idéia de transgressão – para sugerir que práticas não-penetrativas (como a masturbação e o erotismo oral) venham a ser apresentadas em campanhas educativas não somente por seu potencial na redução de riscos, mas exploradas, sobretudo, por suas possibilidades de prazer sexual.

## MORALIDADE E SIGNIFICADOS DA EPIDEMIA NAS CAMADAS POPULARES

Outra linha vigorosa, constituída por pesquisas etnográficas, consolida a perspectiva de trabalho iniciada na década de 1980 com os estudos pioneiros de Luiz Fernando Dias Duarte (1986, 1987 – mencionados no primeiro capítulo – que explora o potencial analítico da história do individualismo e da teoria da hierarquia contido no esquema “indivíduo/pessoa” para a compreensão dos processos saúde/doença, como sugere Duarte (1998).

Essa vertente, que inclui numerosas pesquisas (algumas das quais já mencionadas em capítulos anteriores), tem apontado elementos típicos de um ideário relacional vigente em setores populares, que pode ser apreendido nos valores morais do casamento, da maternidade e da família como eixos estruturantes da pessoa. Entre esses grupos, a sexualidade não constituiria domínio isolado de significação, de tal forma que sexo e prazer se apresentam englobados numa moralidade mais abrangente, constituindo importante elemento de negociação das relações entre os gêneros, expresso pela ênfase no controle da conduta sexual da mulher exercido pelo grupo familiar e pelas redes de vizinhança (Heilborn, 1999a).

De um modo geral, essas pesquisas, em sua maioria realizadas em contextos populares, operam comparações entre pressupostos culturais, pertinentes ao universo das camadas populares (marcado por um modelo relacional de “pessoa”, com certa permanência da lógica das assimetrias de gênero, reciprocidade e complementaridade) e o modelo relativo ao universo das camadas médias (modelo de “indivíduo”, baseado na autonomia e na igualdade e, de certo modo, mais próximo da racionalidade dos saberes biomédicos). Sugerem, ainda, a existência de uma diferença fundamental entre os dois modelos – tomados como tipo ideal – reconhecendo também as complementaridades existentes.

Carmen Dora Guimarães (1994a, 1994b) apresenta resultado de extensas pesquisas junto a usuárias de serviços públicos de saúde reprodutiva, destacando o crescimento da epidemia entre mulheres, o atraso e as dificuldades iniciais que marcaram o diagnóstico da infecção entre elas (que não se enquadravam nos grupos tidos como de risco, como as profissionais do sexo e as usuárias de drogas injetáveis) para registrar que, no processo de construção social da AIDS, as campanhas de prevenção excluíram a maioria das mulheres.

A mesma autora (Guimarães, 1996a, 1996b) explora dados colhidos em entrevistas com aproximadamente 250 usuárias de uma grande clínica de planejamento familiar, na faixa entre 20 e 40 anos, pardas ou pretas, que se dizem casadas ou com parceiro único, um grupo supostamente de não-infectadas pelo vírus, e outro, de infectadas. Todas demonstravam conhecimento dos principais meios de transmissão da doença, embora as do primeiro grupo, ao tratarem da vida particular, referissem não haver necessidade de prevenção por conhecerem o parceiro e confiarem nele, enquanto as do segundo grupo se sentiam “traídas”.

Nesse contexto, a prevenção, apesar de vista como “desnecessária” para casais estáveis, não pode ser tomada como uma questão neutra, pois a conversa com o parceiro sobre prevenção é capaz de levantar suspeitas sobre a sua conduta – o que poderia converter-se em risco maior que a própria doença, com conseqüências negativas imprevisíveis para a mulher, desde a crise conjugal e a violência física até o abandono e a perda de outros vínculos sociais na família e na rede local de relações.

Essa percepção do risco social acentuaria, então, atitudes passivas (tipicamente femininas, segundo a cartilha normativa do masculino e feminino no

Brasil) diante da epidemia (“a AIDS não é comigo” ou “sou vítima, fui traída”) e ocasionaria a distinção em relação a outras categorias (mulheres ativas sexualmente sem relações estáveis e homossexuais) que “bem merecem” o sofrimento da doença e da marginalidade social. Tudo isso permite à autora dizer que “assegurar a masculinidade, a feminilidade, o trabalho, a vida afetiva e os laços familiares certamente coloca-se no patamar mais alto da hierarquia de riscos e perdas sociais”. Tais critérios, se são válidos para todos os segmentos da sociedade brasileira, tornam-se cruciais para as camadas mais pobres, que têm na honra masculina e na pureza e vergonha femininas os baluartes morais que lhes garantem o mínimo de dignidade, conclui a autora.

Linha similar de análise é encontrada nas pesquisas de Daniela Knauth (1995, 1997, 1998, 1999) sobre laços familiares, reprodução, maternidade, aleitamento e sexualidade, destacando a imbricação entre gênero, percepção social da saúde, do corpo e da pessoa nos grupos populares. Pesquisando mulheres de baixa renda, infectadas pelo vírus ainda que assintomáticas, em tratamento num hospital público de Porto Alegre (RS), a pesquisadora destaca as estratégias acionadas pelas pesquisadas para lidarem com sua condição: garantir a legitimidade da contaminação; o silêncio em torno da doença mesmo com o parceiro que a contaminou; e o resgate do *status* social de filha e mãe ou esposa.

Knauth analisa, assim, o que considera ser uma visão não-culpabilizadora (em relação a si ou ao parceiro), estampada no modo como as mulheres lidam com a aquisição do vírus pelas relações sexuais com seus companheiros, concebendo-a sob a ótica de legitimidade, uma vez que ocorre no contexto da conjugalidade, o que as distingue das “demais” que teriam “procurado a doença”. Ao mesmo tempo, insistem em não responsabilizar seus parceiros, primeiro, porque vêem como parte da própria natureza masculina manter relações com outras mulheres; depois, porque a transmissão do vírus “não foi de propósito”; uma vez que estes desconheciam seu *status* sorológico. Por sua vez, a manutenção do *status* de mães, esposas e filhas (no estreitamente de laços com a família consanguínea), na maioria dos casos, permite que, mesmo depois de contaminadas, as mulheres se mantenham afastadas da identificação com os “grupos de risco” e conservem, em relação a estes, apesar de sua situação sorológica, um confortável distanciamento.

Retomando a questão da aparente incongruência entre escassez de

prevenção e baixa percepção de risco, mesmo quando os sujeitos são bem-informados sobre a doença, Heilborn e Gouveia (1999), mediante observação participante e entrevistas realizadas com 20 mulheres, na faixa de 20 a 45 anos, residentes em favelas cariocas, buscam também interpretar o processo de feminização e pauperização da epidemia e a vulnerabilidade das mulheres frente ao HIV, em sua possível relação com pressupostos pertinentes ao universo cultural das classes trabalhadoras, visto como portador de um sentido destoante quando comparado ao universo das camadas médias.

Confirmando os resultados de pesquisas já mencionadas, Heilborn e Gouveia (1999) afirmam que as pesquisadas não se percebem em situação de risco porque não se consideram promíscuas, mantêm relações quando estão sentimentalmente envolvidas com seus parceiros, não “transam com qualquer um” e confiam nos seus parceiros. Assim, a AIDS continua sendo um elemento estranho às suas preocupações porque, em seu universo representacional, é um assunto que não lhes diz respeito diretamente. Desse modo, o discurso do sexo seguro, como um caminho da vivência plena da sexualidade (como tem sido apregoado em muitas campanhas), não encontra adesão. O uso do preservativo, nesse contexto, só faz sentido se associado à discussão sobre saúde reprodutiva – gravidez precoce e indesejada, aborto clandestino, DSTs, entre outros, que se encontram presentes na realidade dessas mulheres. À guisa de conclusão, destacam a grande dificuldade da promoção de mudanças comportamentais a partir de intervenções genéricas com grupos específicos, ou seja, baseadas em uma leitura da sexualidade transferida para grupos que delas não participam.

Essas pesquisadoras (Heilborn, assim como Guimarães e Knauth) enfatizam a precariedade das condições de vida das populações estudadas para sugerir que o risco de morte diante da epidemia de AIDS se configura como apenas mais um, entre tantos outros enfrentados por essas populações, o que tem, de certa maneira, o potencial de contribuir para minimizar os cuidados preventivos.

Simone Monteiro (1999a) analisa a percepção de 32 rapazes e moças do segmento entre 14 e 19 anos, moradores da favela Vigário Geral, no Rio de Janeiro, em relação aos cuidados de prevenção da AIDS, em especial no que diz respeito ao não-uso de preservativos. Os resultados levam a autora a concluir que, do ponto de vista dos pesquisados, a principal ameaça refere-se às conseqüências do conflito armado entre policiais e traficantes e que a

maior parte dos jovens de ambos os sexos que usam preservativo não o fazem para proteger-se do risco representado pela AIDS, mas para evitar a gravidez indesejada. Esta é uma realidade muito mais evidente nesse universo, considerando que, das 10 jovens com atividade sexual, sete já haviam engravidado, assim como seis das parceiras de 12 rapazes participantes da pesquisa.

Interpretação que relativiza as anteriores é apresentada por Regina Barbosa (1999), com base em pesquisa realizada no Rio de Janeiro e em Recife junto a homens e mulheres das camadas baixa e média-baixa, de comportamento predominantemente heterossexual. Reconhecendo a assimetria de poder entre os gêneros, a autora se propõe a explorar a negociação sexual para além da comunicação verbal e das barganhas em torno do uso do preservativo, a fim de argumentar que existe uma negociação bastante ativa em torno do sexo.

Os resultados dessa pesquisa apontam, segundo a autora, para as permanências e mudanças ocorridas ao longo dos últimos 30 anos e que contribuíram para a ampliação da capacidade feminina de tomada de decisões no que diz respeito à própria vida e ao estabelecimento de relacionamentos menos desiguais, desde a década de 1970, quando a contracepção é introduzida em larga escala no Brasil, até os anos 90, com as estratégias visando à proteção feminina contra a epidemia da AIDS. Esses, dentre tantos outros fatores, fizeram com que poucas áreas da experiência humana passassem por transformações tão radicais quanto a sexualidade, evidenciadas, sobretudo, quando são consideradas as possibilidades abertas às mulheres. Assim, trazer a discussão sobre a AIDS para o interior do relacionamento significa colocar toda a relação em questão, como mostram as histórias de várias das entrevistadas, com tentativas de mudança, separações e novos casamentos, o que vem demonstrar a existência de sujeitos ativos em busca de uma vida mais satisfatória e em patamares mais igualitários.

## AIDS, HOMOSSEXUALIDADE E BISSEXUALIDADE

Segundo a já mencionada pesquisa pioneira de Jane Galvão (1992), antes de ocorrer o registro de casos de AIDS no Brasil a doença já tinha chegado através da mídia como "o câncer *gay*". Até 1993, quase a metade dos casos relatados era de homens que faziam sexo com homens.

A primeira grande pesquisa sobre comportamentos sexuais e práticas preventivas, feita entre homens que se declaravam homo e bissexuais, foi realizada no Rio de Janeiro, entre 1989 e 1991, tendo como objetivos suprir a falta de dados empíricos relativos às respostas à epidemia de AIDS por parte dos homens que fazem sexo com homens e oferecer subsídios para políticas, campanhas e ONGs que atuavam junto a essas comunidades. As informações foram coletadas por meio de 503 questionários estruturados e complementadas por 50 entrevistas abertas, seguidas de outras 50 no último ano da pesquisa, para acompanhar mudanças nos comportamentos de risco. Os primeiros resultados foram publicados na coletânea *Aids no Brasil*, por Richard Parker (1994b). Inicialmente planejada como a primeira etapa de um estudo longitudinal com uma coorte permanente de homens, foi interrompida devido à falta de recursos financeiros. Em meados de 1993, foi retomada, utilizando os mesmos instrumentos e plano amostral, tendo como universo 300 homens de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1995, essa mesma pesquisa foi repetida nas duas cidades, passando a incluir também 400 pesquisados em Fortaleza e Porto Alegre. Os resultados foram reunidos e publicados na coletânea *Entre homens: homossexualidade e aids no Brasil* (Parker & Terto, 1998).

Os dados comparativos da pesquisa realizada no Rio de Janeiro (1990, 1993 e 1995), examinados por Parker *et al.* (1998), indicam os tipos de mudanças que se refletem na auto-identificação, nos conhecimentos e atitudes, bem como nas práticas sexuais, segundo as respostas dos pesquisados. Quanto às três categorias majoritárias de autotransclassificação identitária, os dados mostram que o grupo que se apresentava como de homossexuais cresceu de cerca de 50% em 1990 para quase 57% em 1997; da mesma forma, o percentual de indivíduos autodefinidos como *gays* era de 4,8% em 1990, tendo subido para 16,7% em 1995. Apenas o grupo que se auto-referia como bissexuais diminuiu de 12,1% para 8,7% em 1995.

Quanto aos conhecimentos sobre HIV/AIDS, os resultados dessa pesquisa, como quase todas as mencionadas neste capítulo, sugerem que a totalidade



dos entrevistados mostrava-se detentora das informações básicas sobre as formas de transmissão do HIV. A noção de que a mera redução do número de parceiros (sem alterar comportamentos de risco) poderia reduzir o risco de contaminação caiu de 81,9% em 1990 para 70,4% em 1995, como também se verificou elevação no percentual daqueles que informaram que não fariam sexo anal sem preservativos: 61,8% em 1990 e 80% em 1995. Segundo a interpretação dos pesquisadores, o resultado mais importante alcançado é a documentação da extensão das mudanças declaradas nas práticas sexuais. Enquanto em 1990 35,4% declararam ter feito sexo anal passivo com camisinha no último mês, este percentual subiu para 68,7% em 1995.

As pesquisas realizadas em São Paulo (Franco *et al.*, 1998), Fortaleza (Pontes *et al.*, 1998) e Porto Alegre (Grupo Nuances & Freitas, 1998) apresentam resultados similares, com a diferença de não permitirem comparação com anos anteriores.

Visando investigar as negociações em torno de uma (suposta ou real) identidade bissexual, Regina F. Lago (1999) sistematizou questionários aplicados para um estudo epidemiológico (realizado no Rio de Janeiro, tendo como objetivo estimar a infecção por HIV numa coorte de mil homens que mantinham relações sexuais com homens, ou com pessoas de ambos os sexos). Examinando a relação entre as definições sexuais apontadas pelos pesquisados e sua prática, a pesquisadora ratifica estudos anteriores, segundo os quais nem sempre as definições escolhidas pelos participantes guardam relação direta com as condutas sexuais. Assim, encontrou aqueles que se declaram bissexuais, embora não façam sexo com mulheres, e os que não se declaram bissexuais, mas têm relações com pessoas de ambos os sexos. Mais significativo ainda, na interpretação da pesquisadora, foi observar que *todos* os indivíduos que se afirmam como homens ou heterossexuais, ao informarem suas práticas sexuais, disseram ter relações com ambos os sexos.

A autora conclui que, para os sujeitos estudados, a bissexualidade não se constitui propriamente como uma identidade, nem mera recusa conservadora em definir-se como homossexual, revestindo-se de contornos que permitem caracterizá-la como um *status* provisório ou precariamente forjado que dá sentido a sentimentos e experiências que fogem à polarização social de categorias sexuais hegemonicamente aceitas. Quanto à propalada imagem, veiculada sobretudo pela mídia, dos bissexuais como difusores da

AIDS para a população feminina, a autora interpõe seus dados para afirmar que o grupo assim identificado não parece mais propenso a negligenciar medidas preventivas quando comparado ao dos homossexuais; e tampouco o perfil desses homens corresponde à clássica imagem dos que mantêm parceria fixa com mulheres e relações ocasionais com homens.

Com base em pesquisa de cunho etnográfico, entrevistas e consulta documental, focalizada basicamente no Grupo Pela Vidda, ONG carioca, Carlos Guilherme Valle (2002) aborda a emergência, manutenção e antagonismo entre diferentes processos e modelos de formação identitária configurados em relação à AIDS. Veriano Terto Jr. (2002) também discute a identidade, nesse caso a que se estabelece entre homossexualidade e AIDS, e os desafios decorrentes dessa relação a serem enfrentados no campo da epidemiologia, da prevenção e da assistência.

## TENDÊNCIAS E LACUNAS

Como se pode constatar, a maior parte das 73 obras mencionadas neste capítulo é constituída por vigorosas respostas aos desafios enfrentados para lidar com a epidemia no Brasil. São numerosos os trabalhos que procuram compreender e discutir a lógica das campanhas de prevenção ou as razões de sua possível ineficácia junto a diferentes públicos, em face da pluralidade de formas culturais associadas à falta de percepção de risco por motivos socioculturais ou morais.

Outra dimensão que atravessa a quase totalidade dos trabalhos aqui mencionados é a estreita proximidade e sintonia dos pesquisadores – e dos interesses de pesquisa – com movimentos sociais (feminista, homossexual e de portadores da doença), programas de atendimento e prevenção desenvolvidos por agências governamentais ou organizações não-governamentais.

Marcas da grande criatividade de diversos pesquisadores manifestam-se nas propostas inovadoras encontradas para a definição e a combinação de técnicas e de instrumentos de pesquisa, bem como na articulação entre vários estudos que possibilitaram perspectivas comparativas (intra/inter-pesquisas), tanto de dados colhidos em fontes documentais de recuperação histórica como dos relativos a situações contemporâneas.

Este também é o capítulo que alude ao maior número de estudos de cunho quantitativo, coletados em diversos estados da federação e interpretados, em múltiplos casos, em comparação com outras fontes de dados.

Frente ao vigor, ao grande número de trabalhos e ao caráter empreendedor de tantas pesquisas, juntamente com a criatividade e a diversidade de recursos teóricos adotados e das estratégias metodológicas empregadas no estudo da sexualidade em análises que envolveram a epidemia de AIDS no Brasil, cabe indicar apenas uma lacuna, representada pela escassez de trabalhos de cunho etnográfico voltados ao estudo das práticas e das constelações simbólicas de mulheres e homens dos segmentos médios e altos da população brasileira, aspectos ainda pouco contemplados pelas pesquisas que, em sua maioria, aludem às especificidades da experiência das camadas populares ante a AIDS.

## CAPÍTULO 6 SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A própria inclusão deste capítulo é discutível, pois as pesquisas sobre saúde reprodutiva, em sentido estrito, poderiam ser consideradas como formadoras de um campo específico e, por vezes, distante da temática da sexualidade. No entanto, alguns argumentos justificam essa inclusão, dentre os quais a óbvia vinculação entre reprodução biológica e exercício (heterossexual) da sexualidade. De fato, a imbricação entre os temas é tal que o foco de muitos estudos situa-se na interseção entre as temáticas da identidade, da sexualidade e da reprodução – e a decisão de mencioná-los neste ou naquele capítulo beira o arbitrário. As razões para incluí-los aqui têm a ver com o campo em que foram produzidos, como se verá a seguir.

A linha de pesquisa sobre saúde “da mulher”, depois “reprodutiva” – logo sobre saúde e direitos reprodutivos – e, finalmente, sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos é uma importante vertente dos estudos de gênero. Desde o início dos anos 1980, pesquisadoras feministas pleiteavam atenção integral à saúde da mulher (por oposição ao modelo “materno-infantil” então vigente), pressionando para – e logrando em 1983 – a implantação do PAISM, Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, na rede pública de saúde do país (Ana Maria Costa, 1999, faz um balanço dessa “política a ser resgatada”; outra análise do mesmo ano é a de José Formiga Fo, 1999; e Loren Galvão, 1999, descreve a trajetória e a evolução dos conceitos relativos à saúde feminina). Maria Betânia Ávila e Sonia Corrêa (1999) discutem as transformações micro e macrossociais provocadas no cenário político brasileiro pelo movimento social que legitimou esses direitos na esfera pública.

A expressão “saúde reprodutiva”, cunhada no contexto da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1988, encontrou eco na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da ONU (CIPD), realizada no Cairo em 1994:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todos os assuntos concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não à simples ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo autonomia para reproduzir e liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo.<sup>4</sup>

A plataforma de ação dessa Conferência, que incluía a demanda de “maior participação masculina” nas questões de reprodução e contracepção, foi sem dúvida um dos propulsores para o interesse de pesquisa sobre masculinidades (ao lado do aporte de recursos que foram canalizados por agências financiadoras internacionais): estudos antes centrados na figura feminina passaram a tomar homens como objeto – a respeito de contracepção, prevenção de doenças, família – focalizando de forma menos direta a questão da identidade masculina. De fato, foi em pólos de estudos de gênero que se produziram as análises iniciais, consolidando-se a seguir alguns centros que concentraram esforços no trabalho sobre homens e masculinidades.

Apoiando-se basicamente na categoria gênero, estudiosas e estudiosos foram buscar em autores estrangeiros como Robert Connell, Miguel Valle de Almeida, Michel Bozon, entre outros, recursos para inquirir sobre o universo masculino no âmbito da sexualidade e da reprodução. Exemplo dessa vertente é a abrangente pesquisa do NEPO da Unicamp – *Homens, esses desconhecidos: masculinidade e reprodução* (1999) – coordenada por Maria Coleta Oliveira, que investigou as representações associadas à paternidade e à masculinidade, entrevistando homens de 25 a 59 anos pertencentes a camadas médias da cidade de São Paulo. Outros exemplos são coletâneas como as da UERJ (*Saúde, sexualidade e reprodução: compartilhando responsabilidades*, D. Silva, 1997), da Faculdade de Saúde Pública da USP (*Saúde*

---

<sup>4</sup> Uma das publicações no Brasil dos resultados da Conferência foi feita pelo Fnuap – Fundo das Nações Unidas para Assuntos de População e pelo CNPD – Conselho Nacional de População e Desenvolvimento: *Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* (Cairo, setembro de 1994). Brasília, s.d.

*masculina nas Américas*, Laurenti, 1998), da ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução (*Homens e masculinidades: outras palavras*, Arilha, Ridenti & Medrado, 1998); ou a edição de 1998 do PRODIR, Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina da FCC, exclusivamente voltada para estudos sobre “homens, sexualidade e reprodução”; ou, ainda, a pesquisa nacional da Bemfam – Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil – sobre *Comportamentos e intenções reprodutivas da população masculina* (1999).

A relevância da questão da saúde reprodutiva ensejou a elaboração de um dossiê pela *Revista Estudos Feministas*, “Relações de gênero e saúde reprodutiva” (apresentado por Luzinete Minella & Maria Juracy Siqueira, 2000). Ao longo da última década, essa vertente da pesquisa focalizou temas prementes no cenário nacional, como os movimentos sociais de saúde, a contracepção e a controversa trajetória da esterilização feminina no país, a vertiginosa queda de fecundidade das brasileiras, a questão do aborto, a mortalidade materna, a violência contra a mulher, a gravidez na adolescência, a “feminização” da epidemia da AIDS. Mais recentemente, aí também se incluem questões de bioética: segundo Fátima Oliveira (1998, 2002), “as biotecnologias de procriação contemporâneas, conceptivas e anticonceptivas são práticas medicalizadas” que configurariam “...controle social do processo de procriação e, por extensão, controle da sexualidade” (1998, p.53).

A articulação entre a academia e os interesses dos movimentos de saúde das mulheres faz com que as pesquisas, muitas vezes, incidam sobre o sistema público de saúde e o atendimento por este prestado. No entanto, talvez mais ainda do que pelo sistema de saúde, esse campo é regulado pelo sistema legal-judiciário.

O direito à saúde e à assistência à saúde sexual e reprodutiva foram incorporados na noção de “direitos reprodutivos”, cuja formulação era saudada por Sandra Azerêdo e Verena Stolcke (1991b, p.17) como “avanço teórico e político do movimento de mulheres”, ou discutida por Maria Betânia Ávila (1993, 1996) como “uma invenção das mulheres reconcebendo a cidadania”; ao examinar os “caminhos dos direitos reprodutivos no Brasil”, essa autora (1993) mostra como o reconhecimento desses direitos “torna a esfera da reprodução um lugar de constituição de sujeitos políticos”. Sua plena vigência requer desestabilizar a hierarquia entre produção e reprodução biológica, o que implica romper a dicotomia entre as esferas pública e privada. No final da década, Sonia Corrêa (1999) constata a legitimação do campo e

desses direitos, levantando novas questões. Uma pesquisa original analisou as razões para a escassa inclusão dos direitos reprodutivos das trabalhadoras em pautas sindicais e acordos trabalhistas (Vera Soares, 1997).

Importantes referências estrangeiras para o desenvolvimento desses conceitos e dos estudos a respeito foram feministas americanas como Gayle Rubin e Rosalind Petchesky.<sup>5</sup> Jacqueline Pitanguy (1999) analisa a relação entre os movimentos nacional e internacional de saúde e os direitos reprodutivos.

Dentre as várias coletâneas sobre essa temática publicadas na segunda metade da década destacam-se as do PRODIR da FCC (*Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução*, org. Albertina Costa & Tina Amado, 1994; *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*, org. Albertina Costa, 1997); do NEPO da Unicamp (*Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas*, org. Elisabete D. Bilac & Maria Isabel Baltar da Rocha, 1998; *Saúde reprodutiva na esfera pública e política*, org. Maria Coleta Oliveira & Maria Isabel Baltar da Rocha, 2001; as organizadas por Loren Galvão & Juan Diaz (*Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*, 1999), por Karen Giffin e Sarah Costa (*Questões de saúde reprodutiva*, 1999), além dos balanços publicados por Family Health International (*Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil*, 1995); pela Fundação MacArthur (*Oito anos em defesa da cidadania: saúde reprodutiva e direitos reprodutivos no Brasil*, Spindel, 1998); ou pela RedeSaúde (*Saúde da mulher e direitos reprodutivos: dossiês*, 2001).

Já o conceito de direitos sexuais tem uma história distinta: partindo da formulação inicial, nos anos 1990, no âmbito dos movimentos *gay* e lésbico europeus e norte-americanos, ele teria sido difundido pelo movimento feminista. Sua articulação com a saúde é nítida na definição produzida em Pequim, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995):

Os direitos humanos das mulheres incluem seu direito a ter controle sobre as questões relativas à sexualidade, incluída sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, sem se verem sujeitas à coerção, discriminação ou violência. As relações sexuais e a reprodução, incluído o respeito à integridade da pessoa, exigem o respeito e o consentimento recíprocos e a vontade de

<sup>5</sup> Um texto disponível de Petchesky é "Direitos sexuais: novo conceito na prática política internacional", in Barbosa, Regina M., Parker, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999.

assumir conjuntamente a responsabilidade das conseqüências do comportamento sexual.<sup>6</sup>

É sintomática nessa formulação a ressalva explícita à coerção e à violência<sup>7</sup>, dada a posição da mulher na hierarquia de gênero. Coerentemente, os estudos acerca da violência exercida sobre a mulher focalizam ora o arcabouço legal que deve garantir tais direitos, ora a sua violação.

Entende-se pois que, diferentemente do capítulo 4, as duas instâncias reguladoras nele não incluídas (sistema de saúde e sistema legal-judiciário) não constituam aqui tópicos em si, pois são focalizadas no bojo das questões acima referidas. Assim, este capítulo está estruturado em duas seções, reunindo na primeira comentários sobre os estudos relativos à saúde sexual e reprodutiva e, na segunda, os que privilegiam a temática dos direitos e da violência de gênero.

## TER OU NÃO TER FILHOS

As pesquisas focalizaram um amplo leque de temáticas, desde as tendências na fecundidade brasileira do século XX (Camarano, Araújo e Carneiro, 1999), passando pelo atendimento do sistema de saúde, até as mais íntimas decisões quanto a ter ou não ter filhos.

Ana Maria Goldani (1999) examina o regime demográfico brasileiro nos anos 1990, destacando a persistência de desigualdades entre grupos sociais, segundo gênero, cor e regiões de residência. Estela de Aquino e cols. (1999) traçam um panorama dos padrões e tendências em saúde reprodutiva no país, oferecendo-o como “base para uma análise epidemiológica”. Maria Carranza (1994) faz um balanço do atendimento à saúde, expondo a permanência de suas deficiências e a “relação entre saúde e educação”, enquanto Margarita e Juan Diaz (1999) propõem estratégias para mudanças na “qualidade da atenção à saúde sexual e reprodutiva”. Parry Scott (2001) analisa a política de agentes comunitários de saúde no Nordeste brasileiro; e Luzinete Minella (1999) faz uma análise comparativa do atendimento à saúde reprodutiva em dois municípios do Sul do país.

<sup>6</sup> CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Pequim: IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Rio de Janeiro: CNDM, Fiocruz, 1996. Seção C, § 97.

<sup>7</sup> Obviamente, em uma hipotética e equivalente definição dos direitos sexuais dos homens não caberia tal ressalva.



Dentre os estudos alusivos às novas tecnologias, Simone Novaes e Tania Salem (1995) propõem uma interessante reflexão sobre o recurso às tecnologias reprodutivas e o *status* do embrião, enquanto Lucila Scavone (1998) analisa a entrada das brasileiras no ciclo dessas tecnologias (contraceptivas e conceptivas), no qual o uso de uma pode gerar a necessidade de outra, no contexto da intensa medicalização – também ressaltada por Ana C. Tanaka e Augusta T. Alvarenga (1999).

As representações sociais sobre as práticas decorrentes de novas tecnologias reprodutivas (fertilização *in vitro* e transferência do óvulo fertilizado para uma gestante substituta) foram objeto de pesquisa (bibliográfica e de peças jornalísticas) realizada por Naara Luna (2002) para interpretar os significados atribuídos à maternidade e à natureza. Rosely Costa (2001/2002), comparando as representações sobre esterilidade e desejo de ter filhos manifestadas por homens e mulheres que buscavam tratamento para a esterilidade, indica que esta “fere tanto a masculinidade quanto a feminilidade, ainda que de maneiras distintas”, comparando-a às representações de paternidade (como plano de futuro) e às de maternidade (realização de sonho). Ainda sobre a infertilidade feminina, Eliane Vargas (1999, 2002) analisa os valores relativos à questão em um grupo de mulheres de camadas populares, usuárias de serviços públicos de saúde no Rio de Janeiro, em busca de tratamento para engravidar. Ela nos mostra a importância da fecundidade na constituição da identidade feminina e as “pressões” exercidas pelas redes de relação de família e vizinhança como um dos fatores que levam as mulheres a procurar recursos médicos para atestarem sua busca pela maternidade.

Tendo investigado casais antes, durante e depois de recorrer à tecnologia da fertilização *in vitro*, Margareth Arilha (1996) propõe que o uso dessas tecnologias seja, “ao mesmo tempo, desestimulado” – pela medicalização e estresse que envolve, pelas baixas taxas de sucesso – “e reivindicado como um direito”; mas, sobretudo, que a infertilidade seja tratada preventivamente, dada a precariedade no país da assistência às DSTs, responsáveis por boa parcela dos casos de esterilidade.

No contexto das decisões reprodutivas, na década de 1990, “na América Latina 80% da responsabilidade pela anticoncepção fica[va] com as mulheres” (Azeredo & Stolcke, 1991a, p.17). Similarmente, “até os anos 90, nossos conhecimentos sobre as opiniões dos parceiros se restringiam a informações fornecidas pelas mulheres;” lembra Suzana Kalckmann (1998),

cujo trabalho *Percepções de homem sobre saúde reprodutiva e sexual* inclui-se entre os que dirigiram o foco de pesquisa (também) para os homens. O gênero masculino como “objeto e sujeito emergente” é o tema de *Homens e reprodução*, em que Karen Giffin e Cristina Cavalcanti (1999) fazem um balanço dos estudos sobre as representações, atitudes e práticas masculinas no tocante à sexualidade e à reprodução.

Tema similar seria focalizado em “Homens: entre a zoeira e a responsabilidade”, de Margareth Arilha (1998) e é o assunto da pesquisa de Ondina F. Leal (1995, 1998), que investigou diferenças entre homens e mulheres das classes populares quanto ao que denominou “cultura sexual”; a análise aponta expectativas diferenciadas por gênero no que se refere à intimidade e ao desempenho sexual, bem como à contracepção e ao aborto. Lucila Scavone (2001) examina a relação entre maternidade e feminismo no contexto das Ciências Sociais, enquanto Rosely Costa (1998) se detém nas representações de paternidade, abordando o discurso que defende a elaboração de uma “nova paternidade”.

Significativamente, estudos sobre o que está envolvido em “ter filhos” são bem menos numerosos do que os relativos à decisão de não tê-los. No campo da antropologia, destaca-se *Marcas no corpo*, de Heloísa Paim (1998), sobre os significados atribuídos à gravidez e à maternidade em grupos populares.

A maioria das pesquisas sobre a gravidez, porém, focaliza-a na adolescência – especialmente entre meninas pobres – fenômeno preocupante porque pode desestruturar a vida afetiva [das jovens] e interferir na possibilidade de estudar. São exemplos os estudos de Nanete Desser (1993) sobre as relações entre sexualidade e moralidade, ou o de Margareth Almeida (2000), que analisou gestantes adolescentes no contexto do atendimento pelos serviços de saúde. O NEPO da Unicamp, em conjunto com instituições da Argentina e do México, publicou uma coletânea de textos sobre *Cultura, adolescência e saúde* nos três países, que também aborda o assunto (organizada por Maria Coleta Oliveira, 2000). E a Bemfam, que elabora periodicamente pesquisas nacionais de demografia e saúde (PNDS), produziu um estudo sobre fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva entre adolescentes (1999), com base na PNDS.

De maneira geral, os estudos apontam – como também o faz o de Paula de Almeida (2002), que investigou percepções de idade e maternidade em

adolescentes de vilas populares na periferia de Porto Alegre – para a valorização da maternidade pelas meninas, que ascendem de *status* frente à família e à comunidade local; no entanto, esse prestígio só se confirma se houver consolidação da aliança com o pai, pois as jovens mães solteiras não atingem o *status* pleno de adulta. “E os rapazes?” pergunta-se a mesma Paula de Almeida (2002, p.205) que, para responder, só pôde levantar hipóteses “com base nas representações femininas de paternidade”. Foram precisamente as representações *masculinas* da paternidade adolescente que Jorge Fonseca (1998) buscou investigar; porém, tendo se deparado com silêncios e evasivas sobre o pai adolescente (tanto por parte dos jovens quanto dos serviços de assistência), o autor propõe intervenção junto a jovens dos dois sexos, visando “construir um lugar social para a paternidade adolescente”.

Analisando dados da etapa qualitativa da pesquisa *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil* (Projeto GRAVAD)<sup>8</sup>, realizada em três capitais de estados brasileiros (Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador), o artigo “Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência” (Heilborn e cols., 2002) assinala o caráter indissociável da articulação entre classe social e gênero na compreensão desse fenômeno. Segundo os autores, entre as jovens de camadas médias observavam-se alterações na condução dos projetos e trajetórias escolares que antes da gravidez se mantinham lineares. Entretanto, o mesmo não ocorre com as jovens de classes populares, cuja irregularidade das carreiras escolares independe da gravidez. Já entre os jovens homens não há mudanças significativas, uma vez que os de estratos médios não interrompem seus percursos educacionais e os dos grupos populares ingressam precocemente no mercado de trabalho, independente da paternidade.

Outra pesquisa inserida no mesmo projeto (GRAVAD), realizada por Cristiane Cabral (2002), visando suprir a lacuna representada pela escassez de discussões sobre a paternidade adolescente, entrevistou 15 jovens e 14 mães de jovens-pais, moradores de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. A estratégia de entrevistar jovens (de 17 a 25 anos), que haviam se tornado pais antes de completarem 20 anos, adequava-se aos objetivos do

<sup>8</sup> O projeto GRAVAD – *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*, financiado pela Fundação Ford com apoio do CNPq, está sendo realizado por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Pesquisa, IMS/UERJ; MUSA – Programa de Estudos em Gênero e Saúde, ISC/UFBA; e NUPACS – Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo de da Saúde, UFRGS. Os procedimentos quantitativos contemplam a aplicação de 4.500 questionários, aplicados em 2001, com amostra domiciliar equitativamente distribuída entre Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre.

estudo: a reconstrução retrospectiva das trajetórias biográficas dos sujeitos. Tendo como marco teórico a discussão sobre gênero, classe e geração, os resultados mostram similaridades entre os jovens e seus pais no que tange à pouca escolaridade, à frágil inserção no mercado de trabalho e às carreiras reprodutivas; sugerem que a gravidez nas camadas populares ocorre mais precocemente que em outros estratos e, por ser um fenômeno freqüente, acaba por ser encarado de modo natural, num cenário que incita os homens ao exercício da sexualidade, ao mesmo tempo que relega às mulheres a responsabilidade pela contracepção.

#### CONTRACEPÇÃO E ESTERILIZAÇÃO

No início da década, os estudos sobre contracepção destacavam o recurso quase exclusivo das mulheres a dois métodos: a pílula e a esterilização cirúrgica, alertando para as proporções massivas que esta última assumia. Já então dispunha-se dos dados coletados pela Bemfam na periódica Pesquisa Nacional Demografia e Saúde, feita no âmbito do programa internacional Demographic & Health Surveys (DHS), subsidiado pela USAID (agência do governo norte-americano de ajuda internacional).

Elza Berquó (1993), em *Brasil, um caso exemplar*, analisou, com base em dados de várias pesquisas, inclusive as da Bemfam, o excessivo recurso à esterilização cirúrgica por mulheres em São Paulo (36% de laqueadas) e no Nordeste brasileiro (62,9%), associado à abusiva prevalência de cesáreas. Além de discernir sobre o que chamou de “cultura da esterilização”, Berquó clamava por uma “ação exemplar” das políticas e serviços de saúde para reverter o fenômeno (a autora retoma ao tema em 1999, *Ainda a questão da esterilização feminina no Brasil*).

Esse recurso maciço à esterilização foi estudado (Citeli e cols., 1998) em *Reveses da anticoncepção entre mulheres pobres*, com base em pesquisas feitas em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, por sua vez inseridas na pesquisa IRRRAG – International Reproductive Rights Research Action Group – que envolveu seis países além do Brasil. Destaca-se a relevância da esterilização para as mulheres pobres, especialmente do meio rural, para quem a laqueadura “passa a ser prevista, planejada, desejada e esperada, mesmo antes do casamento”.

Após as Conferências do Cairo e de Pequim, tendo sido ratificada a noção de direitos reprodutivos e pleiteada a co-responsabilidade masculina nas questões de reprodução e contracepção, várias pesquisas dirigiram-se, por um lado, no sentido de inquirir sobre as práticas contraceptivas de casais pobres e o grau de autonomia da mulher em decisões reprodutivas (Leal, 1995; Minella, L. (2000), constatando-se a “passividade” de usuárias de serviços de planejamento familiar; mas também detectaram estar “se disseminando a noção de que são portadoras do direito” à assistência médica, ou focalizaram os *Métodos de barreira controlados pela mulher* (Kalckmann, S. (1999). Por outro lado, inquiriram sobre o envolvimento do parceiro (por exemplo, o estudo de Graciana A. Duarte, 2000, sobre a perspectiva masculina de contracepção e aborto). Esses fatores, aliados à feminilização da AIDS no país, levaram a propostas de intervenção para fortalecer as mulheres no processo de decisão e negociação com o parceiro (cf. Margareth Arilha, 1995: *Contracepção, empowerment e entitlement: cruzamento necessário na vida reprodutiva feminina*).

## ABORTO

Dentre as pesquisas tratadas neste capítulo, coerentemente com a amplitude e gravidade da questão, o aborto foi o objeto de maior número de estudos localizados, que escrutinam o assunto a partir de diversos ângulos: em perspectiva demográfica ou etnográfica (como fenômeno social e de saúde pública, ou do ponto de vista daquelas que a ele recorram e dos serviços médicos que as atendam ou não). Os trabalhos também investigaram as várias instâncias da sociedade envolvidas no debate sobre a sua regulação, criminalização ou na luta por sua descriminalização – a mídia, o legislativo, o judiciário.

Um grupo de estudos busca dimensionar ou estimar a extensão do recurso ao aborto pelas mulheres brasileiras e explicitar as implicações sociológicas do fenômeno (S. Costa, 1999; Scavone & Cortes, 2000; Sorrentino, 2001). Uma dificuldade no debate desde a década anterior residia na ausência de dados quantitativos, dada a condição de ilegalidade do abortamento. Para quantificá-lo, a metodologia utilizada é a de contar os atendimentos médicos nos casos de complicações de aborto induzido e estimar os demais, que não requereram o recurso a hospital. Em 1994, o norte-americano Alan Guttmacher Institute (AGI) publicou uma pesquisa quantitativa sobre aborto

induzido, feita em cinco países da América Latina, dentre os quais o Brasil, propondo uma metodologia para aplicar um fator de correção aos dados de atendimento aos casos de complicação. Então, em 1997, Sonia Corrêa e Ângela Freitas atualizaram esses dados para o total do país e para cada estado do Brasil, propondo uma estimativa moderada (inferior à do AGI) e analisando as discrepâncias entre os estados.

O contato com as mulheres que procuram socorro médico é outra forma de aproximação da questão. Por exemplo, em 1991, Sarah Costa (1992) pesquisou pacientes admitidas por complicações de aborto induzido em sete hospitais públicos do Rio de Janeiro, para expor seus determinantes e as conseqüências para a saúde da mulher. Um dos achados foi de que mais da metade das mulheres pesquisadas referiu ter usado o medicamento Cytotec.

Recorrendo a dados quantitativos, mas também a entrevistas em grupo com mulheres e com ginecologistas de São Paulo, Regina Barbosa e Margareth Arilha (1993) inventariaram *A experiência brasileira com o Cytotec*. Concluem que o uso do abortifaciente, além de provocar complicação de menor gravidade do que outros meios, parece relativizar a resistência e o preconceito de parte dos médicos ao aborto, de modo que “o Cytotec tem funcionado como um passaporte para a obtenção de aborto nos serviços públicos de saúde” (p.417).

Alguns estudos etnográficos buscaram conhecer opiniões e atitudes para com o abortamento. Ondina F. Leal e Bernardo Lewgoy (1995), tendo pesquisado homens e mulheres em bairro periférico de Porto Alegre, salientaram o contraste entre a condenação maciça do aborto explicitada verbalmente e o conhecimento amplo de recursos e agentes abortivos que os(as) informantes revelavam, analisando o imperativo moral vigente (“fez, tem que assumir”) e as estratégias e modalidades adotadas para “assumir” ou abortar, segundo as circunstâncias.

O mesmo contraste entre condenação pública e o conhecimento amplo foi detectado por Elisabete Pinto (1998) que, para examinar o papel do parceiro masculino na interrupção da gravidez, entrevistou indivíduos e grupos na periferia de São Paulo (encontrando também uma maioria que alegava ter recorrido ao Cytotec); essa autora inova ao considerar o fator cor/etnia, expondo as ambigüidades geradas no caso de parceiros(as) de cor diferente. Martha Célia Ramirez (2000) colheu depoimentos de homens e mulheres

que tinham tido experiência de aborto: para eles, as mulheres devem ter autonomia, desde que assumam os filhos por conta própria, sendo determinante a percepção de “propriedade do corpo”.

Vera Kalsing (2002) discute os argumentos apresentados pelos representantes da Igreja Católica e do movimento feminista ao longo do debate ocorrido no Legislativo do Rio Grande Sul, por ocasião da votação do projeto de lei sobre o aborto legal. O debate é visto como uma disputa pelo monopólio da verdade, vencida pelos representantes da Igreja Católica, cujo discurso era unívoco e profundamente enraizado no imaginário popular. Um outro grupo de estudos examina a forma pela qual o aborto é tratado na mídia, sobretudo impressa. Alguns desses trabalhos (Machado, 2000, sobre a mídia pentecostal; Melo, 1997, 2001, destacando a polêmica na imprensa; e Pazello & Corrêa, 2002), que focalizam as mudanças na cobertura da mídia, já foram comentados no Capítulo 4.

Finalmente, outros estudos acompanham o debate na sociedade, examinando o envolvimento do movimento de mulheres, do Legislativo e do Judiciário. Leila L. Barsted (1992, 1997) apresentou extensos balanços sobre a legalização e a descriminalização do aborto no Brasil, em que avalia e esboça as perspectivas e contradições dos vários agentes envolvidos, propondo uma pauta de pontos centrais a serem enfatizados nos anos seguintes. O debate no Congresso foi investigado por Guacira C. de Oliveira (s.d.) e Maria Isabel Baltar da Rocha (1996), esta última pontuando as influências e reviravoltas no jogo político acerca da questão. Danielle Ardaillon (1997) examina a polêmica discursiva sobre o aborto na opinião pública e em pareceres das instâncias legislativas e jurídicas. A mesma autora (1994) já havia focalizado o Judiciário nos acórdãos de processos de aborto emitidos por juízes do estado de São Paulo, mas estudando “o tratamento dado pelo Judiciário às mulheres que abortam”. Ao expor as ambigüidades do sistema – não parece haver na sociedade vontade real de punir o crime do aborto, prática amplamente difundida – a autora pergunta: “por que então criminalizá-lo?”

## DIREITOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A incorporação dos direitos sexuais e reprodutivos na legislação brasileira é objeto de análise de vários estudos. A Carta de 1988, “embora bastante

inovadora quanto aos direitos da mulher”, não contemplou aspectos significativos dos direitos reprodutivos; os constituintes ainda não se valiam dessa noção “nem trataram da questão no capítulo referente à saúde”, lembra Sílvia Pimentel (1994), que fez extensa avaliação do aparato legal, inclusive dos processos ainda em tramitação, no que tange aos direitos reprodutivos. Em 1994, Leila L. Barsted elaborou um panorama da trajetória dos direitos das mulheres na legislação brasileira, lembrando que “no Brasil não é perigoso garantir direitos formais, porque as práticas sociais acabam por torná-los ineficazes” (p.266).

Wilson Pirotta & Flávia Piovesan (2001) voltaram-se não para o texto das leis, mas inquiriram como os operadores do direito enfrentam a questão da aplicação da legislação nos casos concretos, examinando acórdãos emitidos em processos relativos aos direitos reprodutivos.

#### VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Os estudos relativos à violação dos direitos – da mulher, reprodutivos, sexuais – variam de abrangência, compreendendo tanto balanços e subsídios teóricos, como *Violência de gênero no Brasil contemporâneo*, de Heleieth Saffioti (1994), ou uma “contribuição feminista para o estudo da violência de gênero”, da mesma autora (2001), como os que investigam recortes da temática. Vários focalizam a violência no espaço doméstico, reconhecidamente locus de agressão à mulher: Maria Ignez Moreira, Sônia F. Ribeiro e Karine F. Costa (1992) inquiriram mulheres que sofriam violência conjugal – e sua eventual passagem de “vítima” a “sujeito”; Heleieth Saffioti (1995) elaborou um dossiê sobre o abuso sexual incestuoso; Miriam Grossi (1995) apontou a percepção de novas formas de violência contra a mulher construída pelo movimento feminista; Malvina Muszkat (1998) investigou casais em fase de separação que buscaram os serviços de mediação do Pró-Mulher em São Paulo, em que as mulheres tinham queixas de violência doméstica, focalizando o homem/pai violento.

Maria Filomena Gregori publicou, em 1992, *Cenas e queixas*, “um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista”, a partir da observação de organizações de apoio às mulheres vítimas da violência conjugal, indagando sobre a validade da polarização entre vítima e algoz para entender a violência conjugal e questionando as conseqüências dessa abordagem



vitimizadora da mulher na eficácia do atendimento prestado pelas ONGs feministas.

Em outro registro, Lia Zanotta Machado (1998, 1999), em dois artigos, baseou-se em falas de presos condenados por estupro para inquirir sobre a construção da virilidade.

Mireya Suarez, Lia Machado e Lourdes Bandeira (1999) discutem a relação entre sexualidade, gênero e violência. Elaine R. Brandão (1998), examinando as queixas depositadas em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), no Rio de Janeiro, inquiriu sobre as razões de muitas das vítimas não levarem adiante os processos, evitando punir os agressores; Iêda Franco (2002) pesquisou denúncias de violência conjugal registradas numa Delegacia de Proteção da Mulher em Salvador. A advogada Carmen Campos (*Violência doméstica no espaço da lei*, 2001), preocupada com a mesma questão, tratou de verificar por que os juízes tão freqüentemente propõem conciliação ou arquivamento dos casos, evitando da mesma forma a punição dos infratores no Rio Grande do Sul. Preocupação semelhante norteou Ana Lúcia Enne, Adriana Vianna e Sérgio Carrara (2002), que investigaram a forma como são tratadas as queixas de mulheres feitas em DEAMs do Rio pelos meandros do aparelho judiciário, buscando inferir a lógica da condenação ou absolvição do agressor, pesquisa também relatada em *Crimes de bagatela* – Carrara, Vianna & Enne, 2002 – na coletânea mencionada a seguir.

A recente publicação, pelo núcleo Pagu da Unicamp, da coletânea *Gênero & cidadania* (organizada por Mariza Corrêa, 2002) merece menção em bloco. O livro reúne dez textos, apresentados em seminário realizado em 2000 sobre a violência em perspectiva de gênero, pautado no âmbito de um projeto do núcleo, ainda em andamento, de mesmo nome do título. O próprio fato de um projeto de estudos da violência estar em curso mostra que essa temática continua vigente.

## TENDÊNCIAS E LACUNAS

Este é o capítulo que reúne o maior número de pesquisas (101). Por ser tão extenso e abrangente, as obras aqui referidas foram menos comentadas e descritas do que nos capítulos anteriores; esta é também certamente a seção do presente trabalho onde deve ter ocorrido o maior índice de omis-

são de pesquisas, cujas referências não foram identificadas ou não tiveram o texto localizado. Entretanto, essas limitações – que invariavelmente incidem sobre trabalhos da mesma natureza e alcance – não impedem que se registrem a exuberância e a variedade de abordagens teóricas da pesquisa brasileira sobre direitos sexuais e reprodutivos, que vem se realizando articulada com a preocupação militante em torno das mudanças socioculturais, legais e jurídicas e na assistência à saúde, que se fazem necessárias para o cumprimento desses direitos.

O material aqui reunido indica também que o campo dos estudos de gênero (examinado no primeiro capítulo) sofreu uma nítida inflexão em meados da década, passando a incorporar os homens no universo das pesquisas sobre reprodução. O *boom* de trabalhos envolvendo homens foi tal que se passou a considerá-los como formando um novo campo, o de estudos da(s) masculinidade(s) – quando os dados do presente levantamento parecem sugerir que, menos do que a identidade masculina, as investigações, sem negarem o seu caráter inovador, focalizam mais o lugar, o ponto de vista, as representações, a participação ou a não-participação do homem *na reprodução*.

O novo olhar dos estudos de gênero para os homens, porém, não impediu o prosseguimento de intensa atividade de pesquisa sobre os vários tópicos citados. No entanto, em que pese a ênfase simultânea nos direitos das mulheres e nas escassas condições para exercê-los, especialmente entre as pobres, salta aos olhos a ausência de pesquisas substantivas sobre mortalidade materna, lacuna que é tanto mais preocupante quanto se sabe que a ampla maioria dessas mortes é evitável e ocorre mais nas regiões e entre populações mais pobres.

Ainda sobre os homens, também são dignas de nota a falta de estudos sobre violência sexual cometida contra homens e meninos e a escassez de pesquisas (localizamos apenas duas) sobre os *homens* que cometem violência contra as mulheres.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, que traçou um panorama dos estudos sobre sexualidade e saúde reprodutiva e sexual no âmbito das Ciências Sociais, de 1990 a 2002, foram sendo apresentados temas, universos empíricos, preferências teóricas e metodológicas que emergiram nos resultados de pesquisas, bem como as vias encontradas para o diálogo com os avanços conceituais produzidos no contexto nacional e internacional.

As lacunas identificadas, tendo por base a bibliografia analisada, foram sinalizadas no final de cada capítulo. O apanhado de fatores (de diferentes naturezas) que marcou as pesquisas, trazendo variadas ordens de impacto sobre grande parte dos estudos, também foi sendo apontado ao longo do percurso; no entanto, quatro desses intervenientes merecem ser recuperados: as profundas desigualdades sociais vigentes no país; a interlocução entre academia e movimentos sociais (identitários e reivindicatórios); o debate em torno da contracepção e do aborto e, por último, talvez o mais importante, o advento da epidemia de AIDS, que por sua magnitude repercutiu diretamente no campo de pesquisas sobre sexualidade, com todas as conseqüências já mencionadas.

No entanto, o presente estudo não pode ser concluído sem tecer considerações sobre a ancoragem institucional que ofereceu oportunidade, estímulo, orientação, financiamento e garantiu a publicação dos resultados das pesquisas aqui apresentadas.

Como era de se esperar, as universidades – sobretudo nos programas de pós-graduação em antropologia e nos departamentos e institutos de

Ciências Sociais, nos núcleos de estudos e nos institutos de Medicina Social e Saúde Coletiva – fomentaram conhecimentos, oferecendo orientação para teses e dissertações, formando pesquisadores, distribuindo bolsas de estudo mantidas pelas agências governamentais de apoio à pesquisa e angariando recursos de agências internacionais para o seu financiamento.

Outro ponto de apoio aos pesquisadores da temática situava-se em centros de excelência em pesquisa, como a Fundação Carlos Chagas e o Cebrap (em São Paulo) e algumas ONGs que reuniram, na década de 1990, pesquisadores experientes e militantes de movimentos sociais, como é o caso da ABIA e do ISER (no Rio de Janeiro), do SOS-Corpo, em Pernambuco, e do GGB – Grupo Gay da Bahia.

Na estrutura governamental, os principais apoios à pesquisa sobre sexualidade e saúde reprodutiva concentraram-se em dois pólos: no Rio de Janeiro, a Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz (mantida pelo Ministério da Saúde), que também provê atividades de ensino na Escola Nacional de Saúde Pública; e em São Paulo, o Instituto de Saúde, ligado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Essas considerações permitem resumir da seguinte maneira os pontos que abrigaram a rede de pesquisadores da temática: nas universidades públicas (em programas de pós-graduação, departamentos, institutos e núcleos de pesquisa); nos centros de pesquisa e ONGs; e em fundações e institutos governamentais.

As associações nacionais de pesquisa e pós-graduação (ABA, ABEP e Anpocs), constituídas na década de 1980, consolidaram em Grupos de Trabalho (GT), nos anos 1990, o espaço privilegiado para a articulação entre pesquisadores da temática, oferecendo também oportunidades para o diálogo e a divulgação de pesquisas em andamento que, por sua vez, facilitaram a consolidação de linhas de pesquisas.

Embora se deva reconhecer que o eixo Rio-São Paulo continua, como na década de 1980, a responder por grande parte das pesquisas sobre a temática, também é evidente que pólos atuantes nas demais unidades da federação se vinculam às redes de pesquisadores e apresentam relevantes contribuições à pesquisa. As publicações comentadas no presente estudo contêm informações que permitem identificar os seguintes pólos, distribuídos por unidades da federação: em Pernambuco, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e SOS-Corpo; na Bahia, o MUSA – Programa de

Estudos em Gênero e Saúde, no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA – Universidade Federal da Bahia, e o GGB – Grupo Gay da Bahia; no Rio Grande do Sul, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS e o NUPACS – Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; em Santa Catarina, especialmente no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina; no Distrito Federal, pesquisadores da UnB – Universidade de Brasília, principalmente vinculados ao NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher. Pesquisas importantes também provieram de pesquisadores(as) vinculados(as) a outros centros, não considerados entre os pólos acima citados.

No estado de São Paulo, encontra-se um expressivo contingente de instituições que tradicionalmente abrigaram pesquisadores responsáveis por inúmeras investigações sobre a temática. Na Unicamp, distinguem-se três importantes centros irradiadores: o IFCH, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que, na década de 1970, já contava com pesquisadores interessados na temática e foi progressivamente incorporando novas contribuições à docência, orientação e realização de pesquisas; na década de 1990, dois núcleos de pesquisa surgiram para participar ativamente da cena nacional, realizando pesquisas próprias e outras articuladas a diferentes grupos e publicações: o NEPO – (Núcleo de Estudos Populacionais) e o Pagu (Núcleo de Estudos de Gênero). Na cidade de São Paulo, é possível reconhecer as contribuições de integrantes de diversos departamentos e núcleos da USP e o aporte de dois grandes centros de pesquisa, a Fundação Carlos Chagas e o Cebrap, que também abriga a CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução.

A cidade do Rio de Janeiro reúne uma concentração de pesquisadores que se dedicam à orientação de teses e dissertações e à coordenação de amplas pesquisas discutidas ao longo do presente trabalho, muitas das quais envolvendo a articulação de diversas instituições para a sua realização e publicação. No IMS – Instituto de Medicina Social da UERJ, um corpo estável de pesquisadores e especialistas visitantes promoveram, durante o período analisado, a realização de pesquisas, eventos e seminários, integrando pesquisadores em diversos estágios de suas carreiras e consagrados especialistas internacionais e nacionais de várias regiões do país. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobretudo o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, destacam-se a docência, a orientação de teses e dissertações e a significativa produção de trabalhos teórico-metodológicos de grande influência sobre os estudos em questão.

Pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz contribuem com orientação de novos pesquisadores e produção de trabalhos, enquanto a própria instituição favorece a publicação de resultados. A ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, criada em 1986 com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira para enfrentar a doença, conseguiu combinar ativismo em movimentos sociais com trabalhos educativos de prevenção junto a públicos específicos e de intervenção em políticas públicas, ao mesmo tempo que aglutinou experientes nomes para coordenar estudos e formar novos pesquisadores. No ISER – Instituto de Estudos da Religião, que também combina atividades de pesquisa e intervenção, reúnem-se estudiosos qualificados e produzem-se publicações que trazem os resultados por eles obtidos.

Quatro programas de bolsas e treinamento para pesquisa tiveram um papel relevante no cenário de investigação sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva. O Programa de Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, instalado na Fundação Carlos Chagas em 1978, com recursos da Fundação Ford, concedeu 170 bolsas nas oito edições do concurso e promoveu a publicação dos resultados de 75 pesquisas em oito coletâneas. Além do apoio à realização de trabalhos, os recursos desse programa foram canalizados para a implantação de um centro de documentação e de outros aportes para a biblioteca da instituição que, dentre as consultadas pela presente pesquisa, revelou ser a que mais facilidades oferece para a recuperação de informações bibliográficas sobre a temática em questão. Outros dois aportes desse programa merecem ser mencionados: o espaço de interlocução oferecido pelos seminários de pesquisa e a produção do *Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres*.

Nos anos 1990, a mesma FCC abrigou três edições do PRODIR – Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe, com recursos da Fundação MacArthur, visando estimular a realização de pesquisas inovadoras sobre a temática, capacitar pesquisadores e incentivar o diálogo interdisciplinar entre pesquisadores da América Latina. Além de bolsas para a realização de investigações, esse programa ofereceu seminários, trazendo estudiosos de outros países, e publicou três coletâneas reunindo os resultados das pesquisas.

O Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde criado pelo IMS/UERJ em 1993, com apoio da Fundação Ford, contempla atividades de treinamento e formação profissional e seminários voltados para discussões teórico-

conceituais, beneficiando pesquisadores em diversas fases da carreira, bem como ativistas, além de manter pesquisa e publicações sobre sexualidade e gênero. Abriga o projeto GRAVAD – *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*, financiado pela Fundação Ford com apoio do CNPq, também desenvolvido por dois outros centros de pesquisa: o Programa de Estudos em Gênero e Saúde, ISC/UFBA, e o NUPACS – Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde, UFRGS.

Como explicam Aquino e cols. (2002), o Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, criado em 1996, também com recursos da Fundação Ford, com o objetivo de fortalecer as estruturas institucionais já existentes, inovou ao implementar treinamentos regionalizados articulados com a oferta de bolsas para jovens pesquisadores; já promoveu três cursos, cobrindo as regiões Norte e Nordeste, e cinco cursos para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, envolvendo a participação de 146 alunos; concedeu 63 bolsas e publicou o livro *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*, Barbosa *et al.* (2002). O alcance abrangente dessa iniciativa incorporou o esforço de instituições baseadas em três estados do país: na Bahia (ISC – Instituto de Saúde Coletiva/UFBA); no Rio de Janeiro (Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz e IMS/UERJ) e em São Paulo (NEPO – Núcleo de Estudos Populacionais/Unicamp e Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo).

Outra novidade da década de 1990, que permitiu potencializar o estudo e sobretudo integrar diversos pólos da rede de pesquisadores e instituições que conduzem pesquisa nessa área, foi o avanço de parcerias anteriores, o que veio a resultar em pesquisas multicêntricas. Também foi na década de 1990 que surgiram duas relevantes revistas acadêmicas: a *Revista de Estudos Feministas*, criada em 1992, sediada na UFRJ até 1998, quando sua publicação passou para a UFSC; e os *Cadernos Pagu*, publicada pelo Núcleo de Estudos Pagu, na Unicamp desde 1993. Para se ter uma idéia da importância de ambas ao publicarem resultados de pesquisas sobre a temática aqui estudada, lembramos que 54 estudos analisados neste trabalho saíram dessas duas publicações.

Como já mencionado, a contribuição das universidades públicas (juntamente com a Fiocruz) para a circulação dos resultados das pesquisas é significativa: dentre os 354 textos que compõem a bibliografia do presente



estudo, metade das referências (172) é proveniente de publicações auspiciadas por essas instituições, como se pode visualizar no Quadro 1. Esta deve ser considerada apenas uma estimativa, pois está baseada tão somente em obras referidas na bibliografia do presente estudo e, portanto, não representa um universo mais amplo, o qual mereceria ser considerado.

**QUADRO 1**  
**NÚMERO DE ARTIGOS E LIVROS PUBLICADOS NO ÂMBITO**  
**DE UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS**

INSTITUIÇÃO	Nº DE OBRAS	OBS.
UERJ – Univ. do Estado do Rio de Janeiro	55	Inclui co-edições com a ABIA e editoras comerciais
UNICAMP – Univ. Estadual de Campinas	50	Inclui publicações do NEPO e 20 artigos dos <i>Cadernos Pagu</i>
UFRJ – Univ. Federal do Rio de Janeiro UFSC – Univ. Federal de Santa Catarina	34	Artigos publicados na <i>Revista Estudos Feministas</i>
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz	18	
UFRGS – Univ. Federal do R. Grande do Sul	9	Inclui seis artigos da <i>Revista Horizontes Antropológicos</i>
Outras universidades	6	(UNESP, USP, IUPERJ)
Total	172	

Centros de pesquisa operando fora do âmbito universitário e ONGs constam como casa-editora de 125 obras referidas na bibliografia, contribuindo para que aumentasse o número de publicações sobre o tema, como mostra o Quadro 2, que também deve ser considerado apenas uma estimativa, pois está baseado exclusivamente em obras referidas no presente estudo.

QUADRO 2  
NÚMERO DE ARTIGOS E LIVROS PUBLICADOS  
POR CENTROS DE PESQUISA E ONGS

INSTITUIÇÃO	Nº DE OBRAS	OBS.
Fundação Carlos Chagas	44	Inclui co-edições com editoras comerciais e cinco artigos da revista <i>Cadernos de Pesquisa</i>
ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS	43	10 publ. próprias e 35 em parceria com o IMS/UERJ
Cebrap e CCR	14	Inclui artigos publicados na revista <i>Novos Estudos</i>
Ecos – Estudos e Comunicação em Sexualidade	7	
ISER – Instituto de Estudos da Religião	6	
Outras ONGs	11	
Total	125	

Ainda sobre as publicações, é necessário fazer uma ressalva sobre o número de estudos localizados pela presente pesquisa. Considerando a fragmentação do mercado editorial brasileiro e a insuficiente circulação de obras em âmbito nacional é legítimo supor que resultados de pesquisa publicados em estados distantes da região Sudeste, onde se encontram as bibliotecas pesquisadas, não tenham sido localizados nas buscas preliminares ou a eles não se teve acesso.

Cabe ainda mencionar duas estratégias que permitiram a publicação e a circulação de resultados de pesquisas sobre a temática: em primeiro lugar, não se pode esquecer que grande parte dos livros que trazem o nome de universidades e ONGs como editoras resultam de acordos que permitiram co-editar as obras junto com editoras comerciais, uma estratégia que facilita a distribuição e, portanto, a divulgação dos resultados de pesquisa; em segundo lugar, é preciso mencionar que grande parte das obras foi publica-

da justamente porque contou com o apoio de agências financiadoras privadas, como se comentará a seguir.

O mapeamento do campo de pesquisas sobre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva aqui esboçado padeceria de uma enorme lacuna se não fossem mencionadas as principais agências que financiaram boa parte desses estudos, além de oferecerem outros apoios para a realização dos eventos estruturais para intercâmbio entre pesquisadores. Desde os primeiros estudos sobre a temática aqui focalizada, produzidos na década de 1980, a Fundação Ford é apontada como a principal fonte de financiamento, apoiando diretamente pesquisas, garantindo a implantação do Programa de Dotação da FCC em 1978, proporcionando recursos para a infra-estrutura de encontros de associações e para a realização de seminários e outros eventos. Na última década, surgiram novos empreendimentos sob os auspícios da Fundação Ford, na forma de projetos multicêntricos de pesquisa, articulados ao apoio para cursos de metodologia regionalizados, como já mencionado.

Os trabalhos analisados também se beneficiaram do apoio da Fundação MacArthur, que financiou a realização de três edições do já mencionado PRODIR – Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe. No plano governamental, merecem referência as agências nacionais de fomento à pesquisa CNPq e Capes, e o Ministério da Saúde, sobretudo com recursos dos empréstimos contraídos com o Banco Mundial para a prevenção da AIDS.

Para finalizar, é preciso lembrar que o panorama aqui construído não poderia deixar de trazer as marcas ou vieses subjetivos de sua autora – inerentes a trabalhos dessa natureza – em que pese o empenho coletivo e o apoio crítico da equipe responsável por sua produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU FILHO, Ovídio. Dona Beija: análise de um mito. *In: Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.45-72.

ALEMBERT, Zuleika. Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.26 [esp. Mulher hoje], p.105-26, 1980.

ALMEIDA, Angela M. *O gosto do pecado: casamento e sexualidade nos manuais dos confessores dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ALMEIDA, Margareth A. S. Gestantes adolescentes em serviços de saúde. *In: SCAVONE, Lucila & BATISTA, Luís Eduardo (orgs.) Pesquisas de gênero: entre o público e o privado*. Araraquara: FCL/UNESP, 2000. p.69-89.

ALMEIDA, Maria Isabel M. *Masculino/feminino: tensão insolúvel; sociedade brasileira e organização da subjetividade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

\_\_\_\_\_. *Maternidade: um destino inevitável?* Rio de Janeiro: Campus, 1987.

ALMEIDA, Paula C. Gravidez na adolescência em grupos populares urbanos: concepções de idade e maternidade. *In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMÍREZ, Martha C. & SOUZA, Érica R. (orgs.) Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EdUSF, 2002. p.177-212.

ALMEIDA NETO, Luiz M. Família no Brasil dos anos 90: um estudo sobre a

construção social da conjugalidade homossexual. Brasília. 1999. Tese (dout.) Sociologia/UnB.

ANDRADE, Leandro F. Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia. São Paulo, 2001. Tese (doutor.) Psicologia Social PUC-SP.

\_\_\_\_\_. Uma relação diferente entre homens e mulheres na prostituição feminina. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra & MEDRADO, Benedito D. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS; Ed. 34, 1998. p.271-84.

AQUINO, Estela M. L.; ARAUJO, Thália V. B. & MARINHO, Lilian F. B. Padrões e tendências em saúde reprodutiva no Brasil: bases para uma análise epidemiológica. In: GIFFIN, Karen M. & COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.187-204.

AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza; BARBOSA, Regina M. & BERQUÓ, Elza. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: uma proposta de formação interdisciplinar em pesquisa. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.9-22.

ARAGÃO, Luiz T. Em nome da mãe. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.109-45.

ARDAILLON, Danielle. Aborto no judiciário: uma lei que justiça a vítima. In: BRUSCHINI, Cristina & SORJ, Bila (orgs.) *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; Marco Zero, 1994. p.213-49.

\_\_\_\_\_. O lugar do íntimo na cidadania de corpo inteiro. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.376-88, 1997.

ARDAILLON, Danielle & DEBERT, Guita G. *Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília: CNDM, 1987.

ARILHA, Margareth. Contracepção, *empowerment* e *entitlement*: um cruzamento necessário na vida reprodutiva feminina. In: *Family Health International. Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil*. s.l.: Family Health International, 1995. p.1-16.

\_\_\_\_\_. Homens: entre a zoeira e a responsabilidade. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra & MEDRADO, Benedito D. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS; Ed. 34, 1998. p.51-77.

\_\_\_\_\_. Infertilidade, práticas conceptivas e políticas públicas. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.173-88.

ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. U. & MEDRADO, Benedito D. (orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS; Ed. 34, 1998.

ARY, Zaíra. *Masculino e feminino no imaginário católico*. São Paulo: Anablume, 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002. p.121-42.

\_\_\_\_\_. *Direitos reprodutivos: uma invenção das mulheres reconcebendo a cidadania*. Recife: SOS-Corpo, 1993.

ÁVILA, Maria Betânia & CORRÊA, Sonia. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos. In: GALVÃO, Loren & DIAZ, Juan (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; The Population Council, 1999. p.70-103.

ÁVILA, Maria Betânia & GOUVEIA, Taciana. Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.160-72.

AZEREDO, Sandra. Relações sociais de gênero, raça e relações interétnicas. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. esp. p.203-16, 2o sem., 1994.

AZEREDO, Sandra & STOLCKE, Verena (orgs.) *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC, 1991a.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (orgs.) *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC, 1991b. p.11-24.

AZIZE, Rogério L. A química da qualidade de vida: um olhar antropológico

sobre o uso de medicamentos e saúde em classes médias urbanas brasileiras. Florianópolis, 2001. Dissert. (mestr.) Antropologia Social UFSC.

BARBOSA, Regina M. Feminismo e aids. In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996. p.153-68.

\_\_\_\_\_. Negociação sexual ou sexo negociado? Poder, gênero e sexualidade em tempos de aids. In: BARBOSA, Regina M. & PARKER, Richard (orgs.) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999. p.73-88.

BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

BARBOSA, Regina M. & ARILHA, Margareth. Experiência brasileira com o cytotec. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.408-17, 1993.

BARBOSA, Regina M. & PARKER, Richard G. (orgs.) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1999.

BARBOSA, Regina M. & VILLELA, Wilza V. A trajetória feminina da aids. In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996. p.17-32.

BARROSO, Carmen & AMADO, Tina. *Saúde da mulher no Brasil: bibliografia anotada*. São Paulo, FCC, 1989. [Textos FCC, 3].

BARROSO, Carmen & BRUSCHINI, Cristina. *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis, Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Sexo e juventude*. São Paulo: FCC; Brasiliense, 1985.

BARSTED, Leila A. L. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n.0, p.104-30, 1992.

\_\_\_\_\_. Movimento feminista e a descriminalização do aborto. *Revista*

*Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.397-402, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres, direitos humanos e legislação. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. & MUÑOZ-VARGAS, Mónica (orgs.) *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Unicef, 1994.

BASTOS, Cristiana. *Ciência, poder, ação: as respostas à Sida*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane; PEDROSA, José S. & PARKER, Richard. Introdução. In: PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane & PEDROSA, José S. (orgs.) *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1994. p.13-58.

BASTOS, Francisco I. B. (coord.) *Indicadores em DST/HIV/Aids: referências bibliográficas selecionadas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. [Série Estudos e Pesquisas, 1].

BASTOS, Francisco I. B. & MALTA, Mônica. Pesquisas sobre HIV/AIDS no Brasil hoje: uma análise do triênio 1997-2000. In: PARKER, Richard & TERTO JR., Veriano (orgs.) *Anais do Seminário de Pesquisa em DST/Aids: determinantes sociodemográficos e cenários futuros*. Rio de Janeiro: ABIA, 2002. p.9-42.

BEMFAM – SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. *Comportamento e intenções reprodutivas da população masculina: pesquisa nacional sobre demografia e saúde*. Rio de Janeiro, 1999.

BERQUÓ, Elza. Ainda a questão da esterilização feminina no Brasil. In: GIFFIN, Karen M. & COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.113-25.

\_\_\_\_\_. Brasil, um caso exemplar: anticoncepção e parto cirúrgicos; à espera de uma ação exemplar. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.366-81, 1993.

\_\_\_\_\_. Demolindo muralhas em Pequim. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.43, p.3-6, nov. 1995.

BERQUÓ, Elza & SOUZA, Marta R. *Conhecimento e uso do condom: anticoncepção e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis*. Campinas:



NEPO; Ed. da Unicamp, 1991. (Textos NEPO, 20).

\_\_\_\_\_. Homens adultos: conhecimento e uso do condom. In: LOYOLA, Maria Andréa R. (org.) *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.161-82.

BILAC, Elisabete D. & ROCHA, Maria Isabel B. (orgs.) *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas*. Campinas: NEPO; Ed. da Unicamp, 1998.

BIRMAN, Patrícia. *Fazer estilo criando gêneros: possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Relume Dumará, 1995.

BLAY, Eva A. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.26 [esp. Mulher hoje], p.63-70, 1980.

BOZON, Michel & HEILBORN, Maria Luiza. As carícias e as palavras: iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.59, p.111-35, mar. 2001.

BRANDÃO, Elaine R. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998. p.51-84.

BRIGEIRO, Mauro M. C. Envelhecimento bem-sucedido e sexualidade: relativizando. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.171-206.

\_\_\_\_\_. Rir ou chorar? Envelhecimento, sexualidade e sociabilidade masculina. Rio de Janeiro, 2000. Diss. (mestr.) IMS/UERJ.

BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998.

BRUSCHINI, Cristina & ROSEMBERG, Fúlvia (orgs.) *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: FCC; Brasiliense, 1980.

BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle & UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998.

BRUSCHINI, Cristina *et al.* Caminhando juntas: uma experiência em educação sexual na periferia de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.45, p.43-9, maio 1983.

CABRAL, Cristiane S. Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000. Diss. (mestr.) IMS/UERJ.

CAMARANO, Ana Amélia; ARAÚJO, Herton E. & CARNEIRO, Isabella G. Tendências da fecundidade brasileira no século XX: uma visão regional. In: GIFFIN, Karen M. & COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.95-111.

CAMARGO JR. & Kenneth R. *As ciências da aids & a aids das ciências: o discurso médico e a construção da aids*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1994.

CAMPOS, Carmen H. Violência doméstica no espaço da lei. In: BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Céli R. (orgs.) *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2001. p.301-22.

CARRANZA, Maria. Saúde reprodutiva da mulher brasileira. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B & MUÑOZ-VARGAS, Mônica (orgs.) *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Unicef, 1994.

CARRARA, Sérgio. Aids e doenças venéreas no Brasil. In: LOYOLA, Maria Andréa R. (org.) *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b. p.73-108.

\_\_\_\_\_. A aids e a história das doenças venéreas no Brasil. In: PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane & PEDROSA, José S. (orgs.) *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1994. p.231-50.

\_\_\_\_\_. A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio em antropologia

histórica. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.391-404, 1997.

\_\_\_\_\_. A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. *In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996a. p.17-37.

\_\_\_\_\_. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil; da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996b.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. & ENNE, Ana Lucia. Crimes de bagatela: a violência contra a mulher no Rio de Janeiro. *In: CORRÊA, Mariza (org.) Gênero e cidadania*. Campinas: Pagu; Ed. Unicamp, 2002. p.71-106.

CASTRO, Mary G. Controle da natalidade, legalização do aborto e feminismo. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.26 [esp. Mulher Hoje], p.223-31, 1980.

CEBRAP – CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. Comportamento sexual da população brasileira e percepções sobre HIV/Aids [Relatório final de pesquisa]. São Paulo, 1999. mimeo.

CITELI, Maria Teresa. As desmedidas da Vênus negra: gênero e raça na história da ciência. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.61, p.163-75, nov. 2001a.

\_\_\_\_\_. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.9, n.1, p.131-65, 2001b.

\_\_\_\_\_. A reprodução humana na pauta dos jornais brasileiros. *In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO – CCR (org.) Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza, 2002. p.184-213.

\_\_\_\_\_. Saúde reprodutiva: mídia, ciência e humanidades. *In: OLIVEIRA, Maria Coleta & ROCHA, Maria Isabel B. (orgs.) Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina*. Campinas: NEPO; Ed. da Unicamp, 2001c. p.237-62.

CITELI, Maria Teresa; PORTELA, Ana Paula & SOUZA, Cecilia M. Reveses da anti-concepção entre mulheres pobres. *In: DUARTE, Luiz Fernando D. & LEAL, Ondina F. (orgs.) Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*.

Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. [Coleção Antropologia e Saúde]. p.57-77.

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO – CCR (org.) *Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza, 2002.

\_\_\_\_\_. Reprodução e sexualidade: a influência da Igreja Católica; pesquisa nacional de opinião pública. São Paulo, 1994.

CORRÊA, Marilena V. Medicalização social e a construção da sexualidade. In: LOYOLA, Maria Andréa R. (org.) *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.117-40.

CORRÊA, Marilena V. Sexo, sexualidade e diferença sexual no discurso médico: algumas reflexões. In: LOYOLA, Maria Andréa R. (org.) *Sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p.69-91. (Saúde & Sociedade).

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981 [Tudo é História].

\_\_\_\_\_. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983a. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 12).

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMÍREZ, Martha C. & SOUZA, Érica R. (org.) *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EdUSF, 2002.

\_\_\_\_\_. Repensando a família patriarcal no Brasil. In: ALMEIDA, Maria Suely K. et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983b. p.13-38.

\_\_\_\_\_. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.6-7, p.35-50, 1996.

CORRÊA, Sonia. Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora de lugar? In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.149-59.

\_\_\_\_\_. Saúde reprodutiva, gênero e sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: GIFFIN, Karen M. & COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde*

*reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.39-49.

CORREA, Sônia & FREITAS, Angela. Atualizando os dados sobre a interrupção voluntária da gravidez no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. v.5, n.2, p.389-95, 1997.

CORREA, Sonia & PORTELLA, Ana Paula. *Corpo e heteronomia: percurso da sexualidade*. Recife: SOS-Corpo, 1994.

COSTA, Albertina O. (org.) *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1997.

COSTA, Albertina O. & AMADO, Tina (orgs.) *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1994.

COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: FCC; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: FCC; Vértice, 1989.

COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen & SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil – do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.54, p.5-15, ago. 1985.

COSTA, Ana Maria. Desenvolvimento e implementação do PAISM no Brasil. In: GIFFIN, Karen M. & COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.319-35.

COSTA, Jurandir F. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.

\_\_\_\_\_. O homoerotismo diante da aids. In: PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane & PEDROSA, José S. (orgs.) *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1994. p.151-216.

\_\_\_\_\_. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

\_\_\_\_\_. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard &

BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.63-89.

\_\_\_\_\_. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA, Rosely G. Sonho do passado *versus* plano para o futuro: gênero e representações acerca da esterilidade e do desejo por filhos. *Cadernos Pagu*. Campinas, v.17/18, p.105-30, 2001/2002.

COSTA, Sarah. Aborto provocado: a dimensão do problema e a transformação da prática. In: GIFFIN, Karen M. & COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.163-84.

\_\_\_\_\_, Sarah. *Determinantes e conseqüências para a saúde da mulher do aborto induzido*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; Fiocruz; OPAS, 1992.

DEBERT, Guita G. Gênero e envelhecimento. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.33-50, 1994.

DESSER, Nanete A. *Adolescência: sexualidade & culpa; um estudo sobre a gravidez precoce nas adolescentes brasileiras*. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

DIAS FILHO, Antonio J. As mulatas que não estão no mapa. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.6-7, p.51-66, 1996.

DIAZ, Margarita & DIAZ, Juan. Qualidade de atenção em saúde sexual e reprodutiva: estratégias para mudanças. In: GALVÃO, Loren & DIAZ, Juan (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; The Population Council, 1999. p.209-33.

DUARTE, Graciana A. *Contraceção e aborto: perspectiva masculina*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 2000.

DUARTE, Luiz Cláudio. Representações da virgindade. *Cadernos Pagu*. Campinas, (14):149-79, 2000.

DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: CNPq; Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.) *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p.203-26.

\_\_\_\_\_. A investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução. In: DUARTE, Luiz Fernando D. & LEAL, Ondina F. (orgs.) *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. [Coleção Antropologia e Saúde]. p.9-27.

DURHAM, Eunice R. Família e reprodução humana. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.13-44.

\_\_\_\_\_. A família operária: consciência e ideologia. *Dados*. Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.201-13, 1980.

ENNE, Ana Lúcia; VIANNA, Adriana B. & CARRARA, Sérgio. Entre o crime e a conciliação: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro. *Acervo Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.39-78, jan/jun. 2002.

FÁBREGAS-MARTINEZ, Ana Isabel. Explorando a sexualidade do michê na cidade de Porto Alegre. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.135-69.

FACCHINI, Regina. "Sopa de letrinhas"? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas, 2002. Dissert. (mestr.) IFCS/Unicamp.

FAMILY HEALTH INTERNATIONAL. *Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil*. s.l., 1995.

FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não-antecipadas e efeitos perversos. In: *Ciências Sociais Hoje* (2). São Paulo: Anpocs; Vértice, 1989.

FONSECA, Claudia. Cavalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [Anpocs], v.6, n.15, p.27-39, fev. 1991.

\_\_\_\_\_. A dupla carreira da mulher prostituta. *Revista Estudos Feministas*.

Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.7-33, 1996.

\_\_\_\_\_. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: FCC; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.310-33.

\_\_\_\_\_. Trabalhadoras sem terra: um estudo de caso do trabalho feminino no campo. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.26 [esp. Mulher hoje], p.173-88, 1980.

FONSECA, Jorge L. C. L. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra & MEDRADO, Benedito D. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS; Ed. 34, 1998. p.185-214.

FORMIGA FILHO, José F. N. Políticas de saúde reprodutiva no Brasil: uma análise do PAISM. In: GALVÃO, Loren & DIAZ, Juan (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; The Population Council, 1999. p.151-80.

FRANCHETTO, Bruna. Mulheres entre os Kuikúro. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.35-54, 1996.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C. & HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.11-47.

FRANCO, Emilia D. et al. Práticas sexuais e conscientização sobre aids: uma pesquisa sobre comportamento homossexual e bissexual em São Paulo. In: PARKER, Richard & TERTO JR., Veriano (orgs.) *Entre homens: homossexualidade e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1998. p.49-62.

FRANCO, Iêda R. Mulheres em situação de violência no âmbito conjugal: as denúncias na delegacia de proteção à mulher em Salvador. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.349-88.

FRANGELLA, Simone M. Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.14, 2000.



FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982b, cap.4.

\_\_\_\_\_. Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros. In: \_\_\_\_\_. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982c, cap.3.

\_\_\_\_\_. Mediunidade e sexualidade. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, n.1, p.105-24, 1977.

\_\_\_\_\_. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982a.

GALVÃO, Jane. *A agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. Aids e imprensa: um estudo de Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1992. Dissert. [mestr.] PPGAS/Museu Nacional UFRJ.

\_\_\_\_\_. A aids na mídia: da "cura" ao mercado. In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO – CCR (org.) *Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza, 2002. p.77-108.

GALVÃO, Loren. Saúde sexual e reprodutiva, saúde da mulher e saúde materna: a evolução dos conceitos no mundo e no Brasil. In: GALVÃO, Loren & DIAZ, Juan (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; The Population Council, 1999. p.165-79.

GALVÃO, Loren & DIAZ, Juan (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; The Population Council, 1999.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GIACOMINI, Sônia M. Aprendendo a ser mulata: um estudo sobre a identidade da mulata profissional. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Entre a virtude e o pecado*. São Paulo: FCC; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.213-47.

\_\_\_\_\_. Beleza mulata e beleza negra. *Revista Estudos Feministas* [n. especial], p.217-27, 2o sem. 1994.

GIFFIN, Karen M. & CAVALCANTI, Cristina. Homens e reprodução. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.7, n.1/2, p.53-71, 1999.

GIFFIN, Karen M. & COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.79-91.

GIKOVATE, Flávio. *Sexo e amor para os jovens*. São Paulo: MG, 1977.

GOLDANI, Ana Maria. O regime demográfico brasileiro nos anos 90: desigualdades, restrições e oportunidades demográficas. *In: GALVÃO, Loren & DIAZ, Juan (orgs.) Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; The Population Council, 1999. p.25-69.

GOLDSCHMIDT, Eliana M. R. Virtude e pecado: sexualidade em São Paulo colonial. *In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) Entre a virtude e o pecado*. São Paulo: FCC; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.15-36.

GOLDSTEIN, Donna. O lugar da mulher no discurso sobre aids no Brasil. *In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996, p.137-52.

GONÇALVES, Marco A. Uma mulher entre dois homens e um homem entre duas mulheres: gênero na sociedade Paresi. *In: BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Céli R. (orgs.) Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2001. p.241-74.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GROSSI, Miriam P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Número Especial, 1994.

GRUPO CERES. *Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRUPO NUANCES; FREITAS, Karen B. Pesquisa comportamental: homens que fazem sexo com homens. *In: PARKER, Richard & TERTO JR., Veriano (orgs.)*

*Entre homens: homossexualidade e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1998. p.89-100.

GUIMARÃES, Carmen D. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

\_\_\_\_\_. "Mais merece!": o estigma da infecção sexual pelo HIV/Aids em mulheres. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.295-318, 1996a.

\_\_\_\_\_. "Mas eu conheço ele!": um método de prevenção do HIV/Aids. In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996b. p.169-80.

\_\_\_\_\_. Mulheres, homens e aids: o visível e o invisível. In: PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane & PEDROSA, José S. (orgs.) *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1994a. p.217-30.

\_\_\_\_\_. Mulheres, sexualidade e aids: um projeto de prevenção. In: COSTA, Albertina O. & AMADO, Tina (orgs.) *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1994b. p.249-81.

GUIMARÃES, Kátia. Nas raízes do silêncio: a representação cultural da sexualidade feminina e a prevenção do HIV/Aids. In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996. p.89-114.

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Retratos do Brasil, 112).

HAMBURGER, Esther I. Representações sobre reprodução em novelas brasileiras, 1970-1990. In: OLIVEIRA, Maria Coleta & ROCHA, Maria Isabel B. (orgs.) *Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina*. Campinas: NEPO; Ed. Unicamp, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par. Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

\_\_\_\_\_. Construção de si, gênero e sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a. p.40-58.

\_\_\_\_\_. Fazendo gênero: a Antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: FCC; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.93-126.

\_\_\_\_\_. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.50-82, 1993.

\_\_\_\_\_. A primeira vez nunca se esquece. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.394-405, 1998.

\_\_\_\_\_. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.136-48.

HEILBORN, Maria Luiza (org.) *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

HEILBORN, Maria Luiza & BRANDÃO, Elaine R. Introdução: Ciências Sociais e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.7-17.

HEILBORN, Maria Luiza & GOUVEIA, Patrícia F. Marido é tudo igual: mulheres populares e sexualidade no contexto da aids. In: BARBOSA, Regina M. & PARKER, Richard (orgs.) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999. p.175-98.

HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo: Anpocs; Sumaré, 1999. [Sociologia, 2].

HEILBORN, Maria Luiza *et al.* Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.8, n.17 [Sexualidade e aids], p.13-45, jun. 2002.

KALCKMANN, Suzana. Incursões ao desconhecido: percepções de homens sobre saúde reprodutiva e sexual. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra & MEDRADO, Benedito D. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS; Ed. 34, 1998. p.79-99.

\_\_\_\_\_. Métodos de barreira controlados pela mulher. In: GIFFIN, Karen M.

& COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.147-62.

KALSING, Vera S. S. O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.19, p.233-78, 2002.

KNAUTH, Daniela R. Maternidade sob o signo da aids: um estudo sobre mulheres infectadas. In: COSTA, Albertina O. (org.) *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1997. p.39-64.

\_\_\_\_\_. Morte masculina: homens portadores do vírus da aids sob a perspectiva feminina. In: DUARTE, Luiz Fernando D. & LEAL, Ondina F. (orgs.) *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. [Coleção Antropologia e Saúde]. p.183-98.

\_\_\_\_\_. Um problema de família: a percepção da aids entre mulheres soropositivas. In: LEAL, Ondina F. (org.) *Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p.379-90.

\_\_\_\_\_. Subjetividade feminina e soropositividade. In: BARBOSA, Regina M. & PARKER, Richard (orgs.) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999.

KNAUTH, Daniela R. & VÍCTORA, Ceres G. (orgs.) Sexualidade e aids [número temático]. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.8, n.17, jun. 2002.

LAGO, Regina F. Bissexualidade masculina: uma identidade negociada? In: HEILBORN, Maria Luiza (org.) *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.157-74.

LAGO, Tânia D. G. Opções contraceptivas em tempos de aids. In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996. p.191-204.

LASMAR, Cristiane. Mulheres Tukano e urbanização no alto Rio Negro. In: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa B. (orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998. p.163-91.

LAURENTI, Ruy (org.) Perfil epidemiológico da saúde masculina na região das

Américas: uma contribuição para o enfoque de gênero. São Paulo: FSP/USP, 1998.

LEAL, Ondina F. Cultura reprodutiva e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.376-92, 1998.

\_\_\_\_\_. *A leitura social da novela das oito*. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: LEAL, Ondina F. (org.) *Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p.13-35.

LEAL, Ondina F. & FACHEL, Jandyra M. G. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.) *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.96-116.

LEAL, Ondina F. & LEWGOY, Bernardo. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, Ondina F. (org.) *Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p.57-76.

LEAL, Ondina F. & OLIVEN, Ruben. A televisão e outras falas: como se reconta uma novela. In: CIÊNCIAS Sociais Hoje. São Paulo: Anpocs; Vértice, 1987. p.80-94.

LIMA, Lana L. G. Confissão e sexualidade. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.38-59.

LOYOLA, Maria Andréa R. (org.) *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

LOYOLA, Maria Andréa R. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

\_\_\_\_\_. Percepção e prevenção da aids no Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994c.

\_\_\_\_\_. Sexo e sexualidade na Antropologia. In: \_\_\_\_\_. (org.) *A sexuali-*

*dade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998b.

LOYOLA, Maria Andréa R. (org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998a.

LUNA, Naara. Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.19, p. 233-78, 2002.

MACEDO, Carmen C. Catolicismo e sexualidade. In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. São Paulo: Loyola, 1992.

MACHADO, Lia Z. Beijing em balanço: confrontos políticos e desafios intelectuais. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.414-26, 1995.

\_\_\_\_\_. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.11, 1998.

\_\_\_\_\_. Sexo, estupro e purificação. In: SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (orgs.) *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: UnB; Paralelo 15, 1999. p.297-352.

MACHADO, Maria das Dores C. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. Conversão religiosa e a opção pela heterossexualidade em tempos de aids: notas de uma pesquisa. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.11, p.275-301, 1998.

\_\_\_\_\_. Corpo e moralidade sexual em grupos religiosos. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.7-27, 1o sem. 1995.

\_\_\_\_\_. Identidade religiosa e moralidade sexual entre católicos e evangélicos. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org.) *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1997a. p.173-96.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e contracepção em grupos religiosos brasileiros. In: SILVA, Dayse P. M. (org.) *Saúde, sexualidade e reprodução: compartilhando responsabilidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997b. p.67-82.

\_\_\_\_\_. Tema do aborto na mídia pentecostal: notas de uma pesquisa. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.8, n.1, p.200-11, 2000.

MACHADO, Maria das Dores C. & MARIZ, Cecília L. Mulheres e prática religiosa nas camadas populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as comunidades eclesiais de base e os grupos carismáticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [Anpocs]. São Paulo, n.34, p.71-87, jun. 1997.

MaCRAE, Edward J. B. N. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MAKSUD, Ivia. Sexualidade e mídia: uma análise sócio-antropológica do discurso jornalístico. Rio de Janeiro, 2000. Dissert. (mestr.) IMS/UERJ.

MELO, Jacira V. Aborto na imprensa brasileira. In: OLIVEIRA, Maria Coleta & ROCHA, Maria Isabel B. (orgs.) *Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina*. Campinas: NEPO; Ed. Unicamp, 2001. p.263-78.

\_\_\_\_\_. Polêmica do aborto na imprensa. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.406-12, 1997.

MINELLA, Luzinete S. Autodeterminação e passividade feminina e masculina no campo da saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.8, n.1, p.169-85, 2000.

\_\_\_\_\_. Gênero e saúde reprodutiva. *Caderno de Pesquisa*. Florianópolis, n.20, 1999.

MINELLA, Luzinete S. & SIQUEIRA, Maria Juracy T. Relações de gênero e saúde reprodutiva: avanços e contradições sobre temas cruciais. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.8, n.1, p.127-30, 2000.

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual: um símbolo de estigma no discurso cotidiano*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

MONTEIRO, Simone. Aids e proteção: a visão de jovens de um bairro popular. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.7, n.1/2, p.72-88, 1999a.

\_\_\_\_\_. Gênero, saúde e proteção entre jovens: um perfil tradicional. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ,



Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.23-48.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.) *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

MORAES, Aparecida F. Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre. In: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa B. (orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998. p.15-50.

\_\_\_\_\_. A sexualidade de jovens em contextos de institucionalização: razões, emoções e políticas. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.85-133.

MORAES, Claudia & CARRARA, Sérgio. Aids: um vírus só não faz a doença. *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro, v.4, n.17, p.5-19, 1985a.

\_\_\_\_\_. Um mal de folhetim? *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro, v.4, n. 17, p.20-30, 1985b.

MORAES, Maria Lygia Q. Família e feminismo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.37 [esp. A família em questão], p.44-51, maio 1981.

MOREIRA, Diva & BATISTA SOBRINHO, Adalberto. Casamentos inter-raciais: o homem negro e a rejeição da mulher negra. In: COSTA, Albertina O. & AMADO, Tina (org.) *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1994. p.249-81.

MOREIRA, Maria Ignez C.; RIBEIRO Sônia F. & COSTA, Karine F. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Entre a virtude e o pecado*. São Paulo: FCC; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.169-89.

MOTT, Luiz R. B. *A cena gay de Salvador em tempos de aids*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.

\_\_\_\_\_. *Lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

(Depoimentos, 16).

\_\_\_\_\_. *Sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição*. Campinas: Papirus, 1988.

MOTT, Luiz R. B. & CERQUEIRA, Marcelo. *Causa mortis: homofobia – violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil*, 2000. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MOTT, Luiz R. B.; CERQUEIRA, Marcelo & ALMEIDA, Claudio. *O crime anti-homossexual no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.

MOTTA, Flávia M. O sexo dos anjos: gênero e representação sobre animais no litoral catarinense. In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMÍREZ, Martha C. & SOUZA, Érica R. (orgs.) *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EdUSF, 2002. p.353-97.

MUNIZ, Jacqueline. *Jacarés, lobisomens e lagartixas: um estudo de ditados populares sobre homossexualismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1988.

MURARO, Rose Marie. *Libertação sexual da mulher*. Petrópolis: Vozes, 1970.

MURARO, Rose Marie (org.) *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MUSZKAT, Malvina E. Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra & MEDRADO, Benedito D. (orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS; Ed. 34, 1998. p.215-234.

NOVAES, Simone & SALEM, Tania. Recontextualizando o embrião. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n.3, p.65-88, 1995.

NUNES, Maria José F. R. De mulheres, sexo e igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. In: COSTA, Albertina O. & AMADO, Tina (orgs.) *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1994. p.175-203.

NUNES, Silvia A. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Mulher, o masoquismo e a feminilidade. In: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa B. (orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998. p.225-48.

OLIVEIRA, Fátima. Bioética e os temas de fronteira das biociências no "olhar sobre a mídia". In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. *Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza, 2002. p.37-76.

\_\_\_\_\_. Biotecnologias de procriação e bioética. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.10, p.53-81, 1998.

OLIVEIRA, Guacira C. *Direito ao aborto em debate no parlamento*. São Paulo: RedeSaúde; CFEMEA, s.d.

OLIVEIRA, Maria Coleta (org.) *Cultura, adolescência e saúde: Argentina, Brasil e México*. Campinas: NEPO; CDES; COLMEX, 2000.

OLIVEIRA, Maria Coleta. *Os homens, esses desconhecidos* [Relatório final de pesquisa]. Campinas: NEPO, 1999.

OLIVEIRA, Maria Coleta & ROCHA, Maria Isabel B. (orgs.) *Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina*. Campinas: NEPO; Ed. Unicamp, 2001.

OLIVEIRA, Pedro Paulo M. A construção social da masculinidade. São Paulo, 2002. Tese (doutor.) FFLCH/USP.

\_\_\_\_\_. Crises, valores e vivências da masculinidade. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.56, p.89-110, mar. 2000.

\_\_\_\_\_. Discursos sobre a masculinidade. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.91-112, 1998.

PAIM, Heloísa H. Marcas no corpo: significados atribuídos à gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, Luiz Fernando D. & LEAL, Ondina F. (orgs.) *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. [Coleção Antropologia e Saúde]. p.31-47.

PAIVA, Vera. Cenas sexuais, roteiros de gênero e sujeito sexual. In: BARBOSA, Regina M. & PARKER, Richard (orgs.) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identi-*

dades e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999. p.249-69.

\_\_\_\_\_. (org.). *Em tempos de aids*. São Paulo: Summus, 1992.

\_\_\_\_\_. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e sujeito sexual. *In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.189-99.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e gênero num trabalho com adolescentes para a prevenção do HIV/Aids. *In: PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane & PEDROSA, José S. (orgs.) Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1994. p.231-50.

PARKER, Richard. *Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, IMS/UERJ; ABIA; 1994c.

\_\_\_\_\_. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

\_\_\_\_\_. Diversidade sexual, análise sexual e educação sexual sobre a aids no Brasil. *In: LOYOLA, M. A. (org.) Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994a. p.9-17.

\_\_\_\_\_. *Na contramão da aids: sexualidade, intervenção e política*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. Sexo entre homens: consciência da aids e comportamento sexual entre homens homossexuais e bissexuais no Brasil. *In: PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane & PEDROSA, José S. (orgs.) Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1994b. p.129-50.

PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. Introdução. *In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996b. p.7-16.

PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996a.

PARKER, Richard; BASTOS, Cristiana; GALVÃO, Jane & PEDROSA, José S. (orgs.) *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumarã, 1994.

PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumarã, 1996.

PARKER, Richard; GALVÃO, Jane & BESSA, Marcelo S. (orgs.) *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente à aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1999.

PARKER, Richard & TERTO Jr., Veriano (orgs.) *Entre homens: homossexualidade e Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1998.

PARKER, Richard *et al.* Práticas sexuais e mudança de comportamento entre homens que fazem sexo com homens no Rio de Janeiro, 1990-1995. In: PARKER, Richard & TERTO JR., Veriano. *Entre homens: homossexualidade e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1998. p.15-48.

PASINI, Elisiane. Fronteiras da intimidade: uso de preservativo entre prostitutas de rua. In: BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Céli R. (orgs.) *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2001. p.275-300.

\_\_\_\_\_. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.14, p.181-200, 2000.

\_\_\_\_\_. Prostituição e diferenças sociais. In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMÍREZ, Martha C. & SOUZA, Érica R. (orgs.) *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EdUSF, 2002. p.81-114.

PAZELLO, Magaly & CORRÊA, Sonia. Aborto: mais polêmica à vista! In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO (org.) *Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza, 2002. p.147-183.

PEDRO, Joana M. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe; papéis sociais femininos na sociedade de Desterro, Florianópolis; 1880-1920. São Paulo, 1992. Tese (doutor.) USP.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIERUCCI, Antonio Flávio O. *Igreja: contradições e acomodação; ideologia do*

clero católico sobre a reprodução humana no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1978. [Caderno Cebrap, 30].

PIMENTEL, Silvia. *Direitos reprodutivos e ordenamento jurídico brasileiro*: subsídios a uma ação político-jurídica transformadora. São Paulo: CCR, 1994. (Cadernos CCR, 2).

PINTO, Céli R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In*: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: FCC; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.127-50.

PINTO, Elisabete A. Aborto numa perspectiva étnica e de gênero: o olhar masculino. *In*: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra & MEDRADO, Benedito, D. (orgs.) *Homens e masculinidades*: outras palavras. São Paulo: ECOS; Ed. 34, 1998. p.101-28.

PIROTTA, Wilson R. B. & PIOVESAN, Flavia. Direitos reprodutivos e o poder judiciário no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Maria Coleta & ROCHA, Maria Isabel B. (orgs.) *Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina*. Campinas: NEPO; Ed. Unicamp, 2001. p.155-86.

PISCITELLI, Adriana G. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.19, p.195-231, 2002.

\_\_\_\_\_. Sexo tropical: comentários sobre gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.6/7, p.9-34, 1996.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. *In*: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002. p.109-19.

\_\_\_\_\_. Movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos. *In*: GIFFIN, Karen M. & COSTA, Sarah (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.19-38.

PIZA, Edith. *Caminho das águas*: estereótipos de personagens negras por escritoras brancas. São Paulo: EdUSP; Com-Arte, 1998.

\_\_\_\_\_. Da cor do pecado. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.3,

n.1, p.52-64, 1o sem. 1995.

PONTES, Lígia R. K. *et al.* Conhecimento, atitudes, crenças sobre aids e comportamento sexual entre homossexuais e bissexuais masculinos no município de Fortaleza. *In:* PARKER, Richard & TERTO JR., Veriano (orgs.) *Entre homens: homossexualidade e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1998. p.63-88.

PRADO, Danda. *Ser esposa: a mais antiga profissão*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

PRADO, Rosana M. Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly. *In: Perspectivas Antropológicas da Mulher 2*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.71-112.

RAGO, L. Margareth. Imagens da prostituição na *belle époque* paulistana. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.1, p.31-44, 1993.

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). *In:* PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.51-62.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. *In:* LOYOLA, Maria Andréa R. (org.) *Sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.175-99.

RAMIREZ, Martha C. Propriedade do corpo: o lugar da diferença nos discursos de homens e mulheres acerca do aborto voluntário. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.15. p.297-335, 2000.

RAXACH, Juan C.; TERTO JR., Veriano & PARKER, Richard. Aids e homossexualidade no Brasil: uma bibliografia. *In:* PARKER, Richard & TERTO JR., Veriano (orgs.) *Entre homens: homossexualidade e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1998. p.135-147.

REDESAÚDE – REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS. *Saúde da mulher e direitos reprodutivos: dossiês*. São Paulo, 2001.

REIS, Ana Paula. Inscrições corporais e menopausa: signos da meia-idade

numa perspectiva antropológica. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.207-43.

RIBEIRO, Lúcia. Anticoncepção e Comunidades Eclesiais de Base. In: COSTA, Albertina O. & AMADO, Tina (orgs.) *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1994. p.143-73.

RIETH, Flávia. A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.8, n.17 [Sexualidade e aids], p.77-92, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Ficar e namorar. In: BRUSCHINI, Cristina & HOLLANDA, Heloísa B. (orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998. p.111-34.

RIOS, Luiz Felipe. Quando o assunto é cultura sexual: um "olhar sobre a mídia". In: COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. *Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza, 2002. p.109-146.

ROCHA, Maria Isabel B. Questão do aborto no Brasil: o debate no Congresso. *Revista Estudos Feministas*. v.4, n.2, p.381-98, 1996.

RODRIGUES, Patrícia M. Alguns aspectos da construção do gênero entre os Javáé da Ilha do Bananal. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.5, p.131-47, 1995.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001a.

\_\_\_\_\_. A construção da diferença sexual na medicina do século XIX. In: GRANDO, José Carlos (org.) *A desconstrução do corpo*. Blumenau: EdiFURB, 2001b.

\_\_\_\_\_. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.8, n.17 [Sexualidade e aids], p.101-26, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. O imaginário sobre a mulher através do olhar da medicina do século XIX. *Cadernos IPUB [UFRJ]*. Rio de Janeiro, n.8, p.129-47, 1997.



RUSSO, Jane A. & CARRARA, Sérgio. A Psicanálise e a Sexologia no Rio de Janeiro de entre-guerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.273-90, maio/ago. 2002.

SAFFIOTI, Heleieith I. B. Circuito fechado: abuso sexual incestuoso. In: CLADEM. *Mulheres: vigiadas e castigadas*. São Paulo, 1995. p.271-353.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.16, p.115-36, 2001.

\_\_\_\_\_. *Mulher brasileira: opressão e exploração*. São Paulo: Achiamé, 1984.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero no Brasil atual. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. esp., p.443-61, 2o sem. 1994.

SALEM, Tania. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [Anpocs]. v.3, n.9, p.24-37, fev. 1989.

\_\_\_\_\_. Ensaio bibliográfico: famílias em camadas médias; uma perspectiva antropológica. *BIB*. Rio de Janeiro, n.21, 1986.

\_\_\_\_\_. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*, 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.49-99.

SANTIM, Myriam A. *Aborto legal, Igreja Católica e o Congresso Nacional*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2000. [Série Cadernos, 6].

SANTOS, Carlos N. *Bichas e entendidos: a sauna como lugar de confronto*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1976.

SANTOS, Elizabeth M. Aids e mulher: desafios para definições de políticas de intervenção. In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996. p.79-88.

SANTOS, Naila J. S. A aids entre mulheres no estado de São Paulo. In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996. p.33-60.

SANTOS, Naila J. S. & MUNHOZ, Rosemeire. A aids entre as mulheres: reflexões sobre seus depoimentos. *In: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil.* Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996. p.115-36.

SARTI, Cynthia A. Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo, n.70, p.38-46, ago. 1989.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu.* Campinas, v.16, p.137-50, 2001.

\_\_\_\_\_. Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos. *Cadernos Pagu.* Campinas, n.10, 1998.

SCAVONE, Lucila & CORTES, Gisele. Do subjetivo ao social: implicações sociológicas do aborto. *In: SCAVONE, Lucila & BATISTA, Luís Eduardo (orgs.) Pesquisas de gênero: entre o público e o privado.* Araraquara: FCL/Unesp, 2000. p.27-48. (Temas).

SCOTT, Parry R. Agentes comunitários e saúde reprodutiva: uma experiência recente no Nordeste brasileiro. *In: OLIVEIRA, Maria Coleta & ROCHA, Maria Isabel B. (orgs.) Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina,* Campinas: NEPO; Ed. da Unicamp, 2001. p.49-69.

\_\_\_\_\_. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo, n.73, p.38-47, maio 1990.

SILVA, Cristina L. C. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa.* Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

SILVA, Dayse P. M. (org.) *Saúde, sexualidade e reprodução: compartilhando responsabilidade.* Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SILVA, Hélio R. S. *Travesti: a invenção do feminino.* Rio de Janeiro: ISER; Relume-Dumará, 1993.

SILVA, Hélio R. S. & FLORENTINO, Cristina O. A sociedade dos travestis: espelhos, papéis e interpretações. *In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) Sexualidades brasileiras.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.105-18.

SILVEIRA, Ênio & FÉLIX, Moacyr. Introdução. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.26 [esp. Mulher hoje], p.7-8, 1980.

SOARES, Vera. Trabalhadoras: direitos reprodutivos nos acordos coletivos. In: COSTA, Albertina O. (org.) *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1997. p.89-114.

SORRENTINO, Sara R. Aborto inseguro. In: REDESAÚDE – REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS. *Saúde da mulher e direitos reprodutivos: dossiês*. São Paulo, 2001. p.41-72.

SOUZA, Érica R. Construindo "masculinidades femininas": educação, corpo e violência na pré-adolescência. In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMÍREZ, Martha C. & SOUZA, Érica R. (orgs.) *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EdUSF, 2002. p.285-318.

SPINDEL, Cheywa (org.) *Oito anos em defesa da cidadania: saúde reprodutiva e direitos reprodutivos no Brasil*. São Paulo: MacArthur Foundation, 1998.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada. In: ALMEIDA, Maria Suely K. et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SUÁREZ, Mireya; MACHADO, Lia Z. & BANDEIRA, Lourdes. Violência, sexualidade e saúde reprodutiva. In: GALVÃO, Loren & DIAZ, Juan (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; The Population Council, 1999. p.277-309.

TANAKA, Ana Cristina A. & ALVARENGA, Augusta T. Tecnologia e medicalização na concepção e anticoncepção. In: GALVÃO, Loren & DIAZ, Juan (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; The Population Council, 1999. p.198-208.

TERTO JR., Veriano. Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de aids. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p.90-104.

\_\_\_\_\_. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/Aids. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.8, n.17

[Sexualidade e aids], p.147-58, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Soropositividade e políticas de identidade no Brasil. In: BARBOSA, Regina M. & PARKER, Richard (orgs.) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999.

TORRES, Marieze R. Sexo, prazer e dor: vivências sexuais na fala de adolescentes. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.49-83.

UZIEL, Anna Paula. Da intenção ao direito: homossexualidade e adoção no Brasil. In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMÍREZ, Martha C. & SOUZA, Érica R. (orgs.) *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EdUSF, 2002a. p.153-76.

\_\_\_\_\_. Família e homossexualidade: velhas questões e novos problemas. Campinas, 2002b. Tese (doutor.) IFCH/Unicamp.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

\_\_\_\_\_. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.303-19, 1997.

VALLE, Carlos G. Identidades, doença e organização social: um estudo das "pessoas vivendo com HIV e aids". *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.8, n.17 [Sexualidade e aids], p.179-212, jun. 2002.

VARGAS, Eliane P. Figueira do inferno: os reveses da identidade feminina. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.7, n.1/2, p.89-108, 1999.

\_\_\_\_\_. Gênero e infertilidade na ótica feminina. In: BARBOSA, Regina M.; AQUINO, Estela M. L.; HEILBORN, Maria Luiza & BERQUÓ, Elza (orgs.) *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

VASCONCELOS, Naumi. *Dogmatismos sexuais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. (A mente humana no século XX, 7).

VILLELA, Wilza V. Refletindo sobre a negociação sexual como estratégia de prevenção da aids entre as mulheres. *In*: PARKER, Richard & GALVÃO, Jane (orgs.) *Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; ABIA; Relume-Dumará, 1996, p.181-90.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abreu Fo O. (1983)	_ 20
Alambert, Z. (1980)	_ 18
Almeida Neto, L. M. (1999)	_ 38
Almeida, A. M. (1992)	_ 59
Almeida, M. A. S. (2000)	_ 89
Almeida, M. I. M. (1987)	_ 26
Almeida, M. I. M. (1996)	_ 35
Almeida, P. C. (2002)	_ 89
Andrade, L. F. (1998)	_ 51
Andrade, L. F. (2001)	_ 51, 64
Aquino, E. L. M. et al (2002)	_ 103
Aquino, E.; Araújo, T. & Marinho, L. F. (1999)	_ 87
Aragão, L. T. (1983)	_ 20
Ardaillon, D. & Debert, G. (1987)	_ 28
Ardaillon, D. (1994)	_ 94

## Coleção Documentos

Ardaillon, D. (1997)	_94
Arilha, M. (1995)	_92
Arilha, M. (1996)	_88
Arilha, M. (1998)	_89
Arilha, M.; Ridenti, S. & Medrado, B. (1998)	_85
Ary, Z. (2000)	_62
Ávila, M. B. & Corrêa, S. (1999)	_83
Ávila, M. B. & Gouveia, T. (1996)	_85
Ávila, M. B. (1993)	_85
Ávila, M. B. (2002)	_32
Azeredo, S. & Stolcke, V. (1991a)	_88
Azeredo, S. (1991b)	_85
Azeredo, S. (1994)	_41
Azize, R. L. (2001)	_55
Barbosa, R. M. & Arilha, M. (1993)	_93
Barbosa, R. M. & Parker, R. (1999)	_68
Barbosa, R. M. & Villela, W. (1996)	_68
Barbosa, R. M. (1996)	_69
Barbosa, R. M. (1999)	_78
Barbosa, R. M. et al (2002)	_103
Barroso, C. & Amado, T. (1989)	_26
Barroso, C. & Bruschini, C. (1982)	_26
Barroso, C. & Bruschini, C. (1985)	_26

Barsted, L. L. (1992, 1997)	_ 31
Barsted, L. L. (1994)	_ 95
Bastos, C. (2002)	_ 69
Bastos, C. et al. (1994)	_ 67
Bastos, F. & Malta, M. (2002)	_ 69
Bastos, F. (2002)	_ 69
Bemfam (1999)	_ 85, 89
Berquó, E. & Souza, M. R. (1991, 1994)	_ 70
Berquó, E. & Souza, M. R. (1994)	_ 68
Berquó, E. (1993)	_ 91
Berquó, E. (1995)	_ 32
Berquó, E. (1999)	_ 91
Bilac, E. D. & Rocha, M. I. B. (1998)	_ 86
Birman, P. (1995)	_ 59
Blay, E. A. (1980)	_ 18
Bozon, M. & Heilborn, M. L. (2001)	_ 48
Brandão, E. R. (1998)	_ 96
Brigeiro, M. (2001, 2002)	_ 47
Bruschini, C. & Hollanda, H. B. (1998)	_ 45
Bruschini, C. & Rosemberg, F. (1980)	_ 21
Bruschini, C. & Unbehaum, S. (2002)	_ 32
Bruschini, C. et al. (1983)	_ 26
Bruschini, C.; Ardaillon, D. & Unbehaum, S. (1998)	_ 13



## Coleção Documentos

Cabral, C. S. (2002)	_90
Camarano, A. A.; Araújo, H. E. & Carneiro, I. G. (1999)	_87
Camargo Jr., K. (1994)	_55
Campos, C. (2001)	_96
Carranza, M. (1994)	_87
Carrara, S. (1994a)	_68
Carrara, S. (1994a, 1994b)	_73
Carrara, S. (1994a, 1994b, 1996a, 1996b)	_56
Carrara, S. (1994b)	_68
Carrara, S. (1997)	_57
Carrara, S.; Vianna, A. & Enne, A. L. (2002)	_96
Castro, M. G. (1980)	_18
Cebrap (1999)	_71
Citeli, M. T. (2001a)	_58
Citeli, M. T. (2001b)	_58
Citeli, M. T. (2001c, 2002)	_64
Citeli, M. T.; Portela, A. P. & Souza, C. M. (1998)	_91
Comissão de Cidadania e Reprodução (1994)	_62
Comissão de Cidadania e Reprodução (2002)	_63
Corrêa, Marilena (1994)	_68, 72
Corrêa, Marilena (1998)	_56
Corrêa, Mariza (1981)	_21
Corrêa, Mariza (1983a)	_21

Corrêa, Mariza (1983b)	_ 22
Corrêa, Mariza (1996).	_ 42
Corrêa, Mariza (2002)	_ 96
Corrêa, S. & Freitas, A. (1997)	_ 93
Corrêa, S. & Portela, A. P. (1994)	_ 45
Corrêa, S. (1996)	_ 45
Corrêa, S. (1999)	_ 85
Costa, A. M. (1999)	_ 83
Costa, A. O. & Amado, T. (1994)	_ 86
Costa, A. O. & Bruschini, C. (1989)	_ 21
Costa, A. O. (1997)	_ 86
Costa, A. O.; Barroso, C. & Sarti, C. (1985)	_ 17, 19
Costa, J. F. (1979)	_ 26
Costa, J. F. (1992, 1995)	_ 40
Costa, J. F. (1994)	_ 40
Costa, J. F. (1994, 1996)	_ 40
Costa, R. (2001/2002)	_ 88
Costa, S. (1992)	_ 93
Costa, S. (1999)	_ 92
Debert, G. G. (1994)	_ 46
Desser, N. (1993)	_ 89
Dias Fo, A. J. (1996)	_ 42, 52
Diaz, M. & Diaz, J. (1999)	_ 87

## Coleção Documentos

Duarte, G. A. (2000)	_92
Duarte, L. C. (2000)	_48
Duarte, L. F. D. (1986)	_27
Duarte, L. F. D. (1987)	_27
Duarte, L. F. D. (1998)	_74
Durham, E. (1982, 1983)	_22
Durham, E. (1983)	_20
Enne, A. L.; Vianna, A. B. & Carrara, S. (2002)	_96
Fábregas-Martinez, A. I. (2002)	_52
Facchini, R. (2002)	_31, 37
Family Health International (1995)	_86
Faria, V. (1989)	_28
Fonseca, C. (1980)	_18
Fonseca, C. (1991, 1992)	_34
Fonseca, C. (1996)	_51
Fonseca, J. (1998)	_90
Formiga Fo, J. (1999)	_83
Franchetto, B. (1996)	_43
Franchetto, B.; Cavalcanti, M. L. & Heilborn, M. L. (1981)	_20
Franco, E. et al. (1998)	_80
Franco, I. R. (2002)	_96
Frangella, S. (2000)	_49
Fry, P. (1977, 1982c)	_22

Fry, P. (1982a, 1982b, 1982c)	_ 37
Fry, P. (1982b)	_ 23, 24
Galvão, J. (1992)	_ 63, 79
Galvão, J. (2000)	_ 69
Galvão, J. (2002)	_ 63
Galvão, L. & Diaz, J. (1999)	_ 87
Galvão, L. (1999)	_ 83
Gaspar, M. D. (1985)	_ 25
Giacomini, S. (1992, 1994)	_ 42
Giffin, K. & Cavalcanti, C. (1999)	_ 89
Giffin, K. & Costa, S. (1999)	_ 86
Gikovate, F. (1977)	_ 18
Goldani, A. M. (1999)	_ 87
Goldschmidt, E. (1992)	_ 59
Goldstein, D. (1996)	_ 68
Gonçalves, M. A. (2001)	_ 43
Gregori, M. F. (1992)	_ 95
Grossi, M. P. (1994)	_ 95
Grupo Ceres (1981)	_ 20
Grupo Nuances & Freitas, K. (1998)	_ 80
Guimarães, C. D. (1977, 2004)	_ 24, 37
Guimarães, C. D. (1994a)	_ 68
Guimarães, C. D. (1994a, 1994b)	_ 75

## Coleção Documentos

Guimarães, C. D. (1996b)	_68
Guimarães, K. (1996)	_68
Hahner, J. (1978)	_18
Hamburger, E. (2001)	_65
Heilborn, M. L. & Brandão, E. R. (1999)	_29
Heilborn, M. L. & Gouveia, P. (1999)	_69, 77
Heilborn, M. L. (1992)	_21
Heilborn, M. L. (1992, 1993, 2004)	_38
Heilborn, M. L. (1996)	_37, 38
Heilborn, M. L. (1998)	_47
Heilborn, M. L. (1998, 1999a)	_33
Heilborn, M. L. (1999a)	_33, 74
Heilborn, M. L. (1999b)	_69
Heilborn, M. L. et al. (2002)	_90
Kalckmann, S. (1998)	_88
Kalckmann, S. (1999)	_92
Kalsing, V. S. S. (2002)	_94
Knauth, D. (1995, 1997, 1998, 1999)	_76
Knauth, D. R. & VÍctora, C. G. (2002)	_69
Lago, R. F. (1999)	_80
Lago, T. G. (1996)	_68
Lasmar, C. (1998)	_43
Laurenti, R. (1998)	_85

Leal, O. F. & Fachel, J. (1999)	_ 34, 48
Leal, O. F. & Lewgoy, B. (1995)	_ 93
Leal, O. F. & Oliven, R. (1987)	_ 28
Leal, O. F. (1986)	_ 28
Leal, O. F. (1995)	_ 92
Leal, O. F. (1995, 1998)	_ 89
Lima, L. L. (1996)	_ 59
Loyola, M. A. & Corrêa, Marilena (1994)	_ 33
Loyola, M. A. (1994a)	_ 68
Loyola, M. A. (1994b, 1994c)	_ 70
Loyola, M. A. (1994c)	_ 68
Loyola, M. A. (1998a)	_ 68
Loyola, M. A. (1998b)	_ 68
Luna, N. (2002)	_ 88
Macedo, C. C. (1992)	_ 60
Machado, L. Z. (1995)	_ 32
Machado, L. Z. (1998, 1999)	_ 96
Machado, M. D. C. & Mariz, C. (1997)	_ 61
Machado, M. D. C. (1995, 1996, 1997a, 1997b)	_ 61
Machado, M. D. C. (1998)	_ 61
Machado, M. D. C. (2000)	_ 65
MacRae, E. (1990)	_ 30, 37
Maksud, I. (2000)	_ 64

## Coleção Documentos

Melo, J. (1997, 2001)	_94
Melo, J. (2001)	_64
Minella, L. & Siqueira, M. J. (2000)	_85
Minella, L. (1999)	_87
Minella, L. (2000)	_92
Misse, M. (1979)	_24
Monteiro, S. (1999a)	_77
Monteiro, S. (1999b, 2002)	_34, 49
Moraes, A. F. (1998)	_50
Moraes, A. F. (2002)	_50
Moraes, C. & Carrara, S. (1985a, 1985b)	_28
Moraes, M. L. Q. (1981)	_22
Moreira, D. & Batista Sobrinho, A. (1994)	_42
Moreira, M. I. C.; Ribeiro, S. F. & Costa, K. F. (1992)	_95
Mott, L. & Cerqueira, M. (2001)	_37
Mott, L. (1987)	_25
Mott, L. (1988)	_25
Mott, L. (2000)	_37
Mott, L.; Cerqueira, M. & Almeida, C. (2002)	_37
Motta, F. (2002)	_35
Muniz, J. (1988)	_25
Muraro, R. M. (1970, 1983)	_18
Muszkat, M. (1998)	_95

Novaes, S. & Salem, T. (1995)	_88
Nunes, M. J. (1994)	_60
Nunes, S. A. (1998, 2000)	_45
Oliveira, F. (1998, 2002)	_85
Oliveira, F. (2002)	_63
Oliveira, G. C. (s.d.)	_94
Oliveira, M. C. & Rocha, M. I. B. (2001)	_86
Oliveira, M. C. (1999)	_84
Oliveira, M. C. (2000)	_89
Oliveira, P. P. M. (1998)	_35
Oliveira, P. P. M. (2000)	_35
Oliveira, P. P. M. (2002)	_35
Paim, H. H. (1998)	_89
Paiva, V. (1992)	_67
Paiva, V. (1994)	_68
Paiva, V. (1994, 1996, 1999)	_49
Parker, R. & Barbosa, R. M. (1996a)	_69
Parker, R. & Barbosa, R. M. (1996b)	_29
Parker, R. & Galvão, J. (1996)	_68
Parker, R. & Terto Jr., V. (1998)	_59, 79
Parker, R. (1991)	_46, 60
Parker, R. (1994a)	_68, 74
Parker, R. (1994b)	_68, 79



## Coleção Documentos

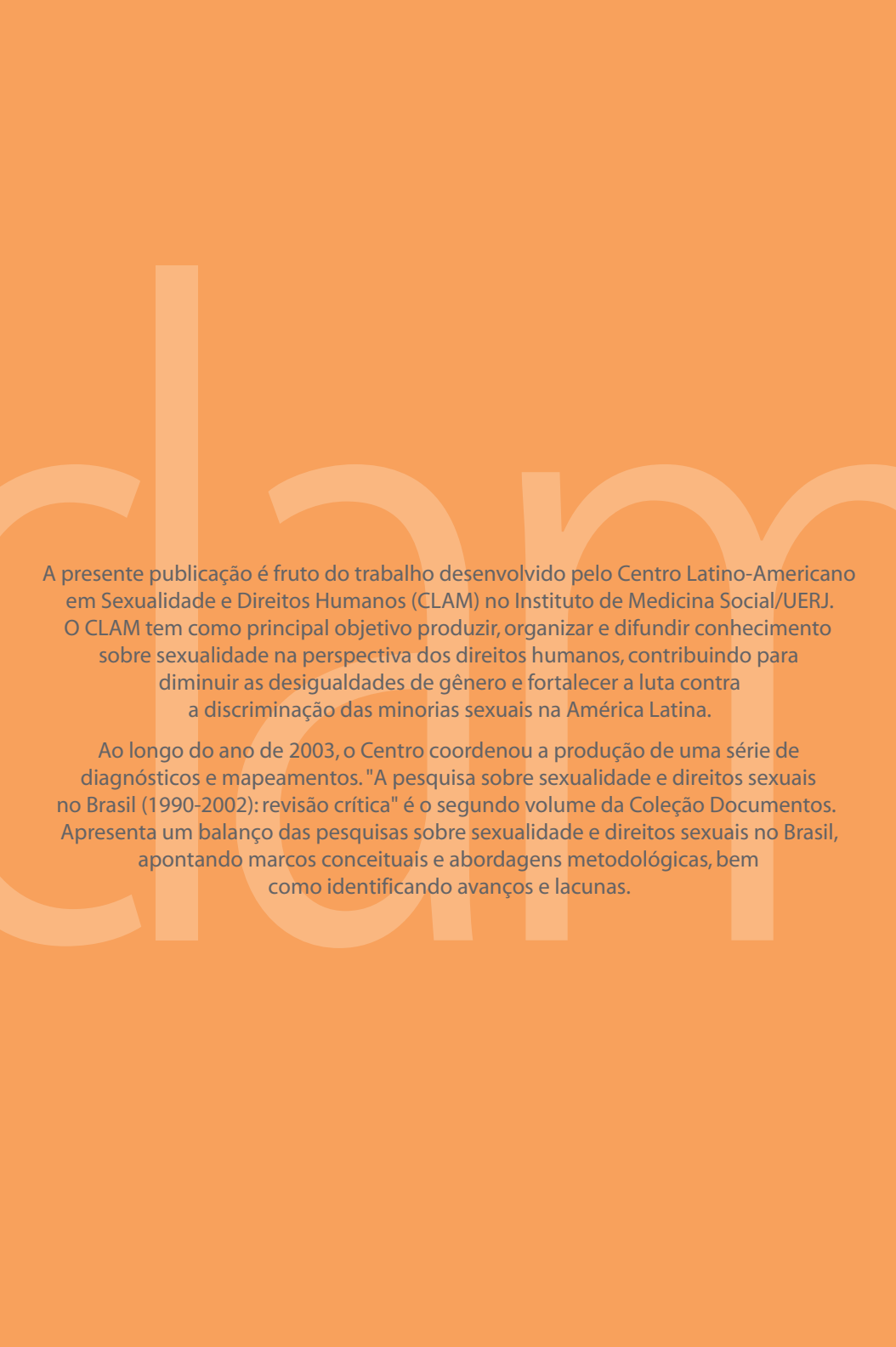
Parker, R. (1994c)	_69
Parker, R. (2000)	_69
Parker, R. (2002)	_69
Parker, R. et al. (1994)	_67
Parker, R. et al. (1998)	_79
Parker, R.; Galvão, J. & Bessa, M. (1999)	_69
Pasini, E. (2000, 2002)	_51
Pasini, E. (2001)	_51
Pazello, M. & Corrêa, S. (2002)	_64, 94
Pedro, J. M. (1992)	_32
Perlongher, N. (1987)	_25
Pierucci, A. F. O. (1978)	_18
Pimentel, S. (1994)	_95
Pinto, C. R. (1992)	_44
Pinto, E. A. (1998)	_93
Pirotta, W. & Piovesan, F. (2001)	_95
Piscitelli, A. (1996)	_42, 52
Piscitelli, A. (2002)	_52
Pitanguy, J. (1999)	_86
Pitanguy, J. (2002)	_32
Piza, E. (1995, 1998)	_41
Pontes, L. R. K. et al. (1998)	_80
Prado, D. (1979)	_22

Prado, R. M. (1981)	_ 20
Rago, M. (1991, 1993, 1996)	_ 50
Rago, M. (1998)	_ 44
Ramirez, M. C. (2000)	_ 93
Raxach, J.; Terto, V. & Parker, R. (1998)	_ 69
RedeSaúde (2001)	_ 86
Reis, A. P. (2002)	_ 46
Ribeiro, L. (1994)	_ 60
Rieth, F. (1998, 2002)	_ 48
Rios, L. F. (2002)	_ 63
Rocha, M. I. B. (1996)	_ 94
Rodrigues, P. (1995).	_ 43
Rohden, F. (1997, 2001b, 2002)	_ 57
Rohden, F. (2001a)	_ 57
Russo, J. & Carrara, S. (2002)	_ 57
Saffioti, H. (1984)	_ 19
Saffioti, H. (1994, 2001)	_ 95
Saffioti, H. (1995)	_ 95
Salem, T. (1981)	_ 20
Salem, T. (1986)	_ 22
Salem, T. (1989)	_ 22
Santim, M. A. (2000)	_ 61
Santos, C. N. (1976)	_ 25

## Coleção Documentos

Santos, E. M. (1996)	_68
Santos, N. J. S. & Munhoz, R. (1996)	_68
Santos, N. J. S. (1996)	_68
Sarti, C. (1989)	_22
Scavone, L. & Cortes, G. (2000)	_92
Scavone, L. (1998)	_88
Scavone, L. (2001)	_89
Scott, P. (1990)	_34
Scott, P. (2001)	_87
Silva, C. C. (2002)	_38
Silva, D. (1997)	_84
Silva, H. & Florentino, C. (1996)	_41
Silva, H. (1993)	_40
Silveira, E. & Félix, M. (1980)	_18
Soares, V. (1997)	_86
Sorrentino, S. (2001)	_92
Souza, E. (2002)	_35
Spindel, C. (1998)	_86
Stolcke, V. (1983)	_22
Suarez, M.; Machado, L. & Bandeira, L. (1999)	_96
Tanaka, A. C. & Alvarenga, A. T. (1999)	_88
Terto Jr., V. (1996, 1999)	_31
Terto Jr., V. (2002)	_81

Torres, M. R. (2002)	_49
Uziel, A. (2002a, 2002b)	_39
Vainfas, R. (1989)	_32
Vaitsman, J. (1994)	_33
Vaitsman, J. (1997)	_81
Valle, C. G. (2002)	_81
Vargas, E. P. (1999, 2002)	_88
Vasconcelos, N. (1971)	_18
Villela, W. V. (1996)	_69



A presente publicação é fruto do trabalho desenvolvido pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) no Instituto de Medicina Social/UERJ. O CLAM tem como principal objetivo produzir, organizar e difundir conhecimento sobre sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, contribuindo para diminuir as desigualdades de gênero e fortalecer a luta contra a discriminação das minorias sexuais na América Latina.

Ao longo do ano de 2003, o Centro coordenou a produção de uma série de diagnósticos e mapeamentos. "A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica" é o segundo volume da Coleção Documentos. Apresenta um balanço das pesquisas sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil, apontando marcos conceituais e abordagens metodológicas, bem como identificando avanços e lacunas.